



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

## CEARÁ: DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES (1987-1998)

Ricardo Azevedo Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente – área de concentração: Economia Regional e Urbana, sob a orientação do Prof. Dr. Claudio Schuller Maciel.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Ricardo Azevedo Silva em 18/12/2002 e orientada pelo Prof. Dr. Claudio Schuller Maciel.*

CPG, 18/12/2002

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Ricardo Azevedo Silva", written over a horizontal line.

Campinas, 2002

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	80
Nº CHAMADA	T/UNICAMP Si38c
V	EX
TOMBO BCI	53155
PROC.	124108
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	16/04/03
Nº CPD	

CM00181401-8

3113 ID 287605

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Si38c

Silva, Ricardo Azevedo

Ceará : desaceleração do crescimento econômico e manutenção das desigualdades (1987-1998) / Ricardo Azevedo Silva. - Campinas : [s.n.], 2002.

Orientador: Cláudio Schuller Maciel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Ceará – Desenvolvimento socioeconômico. I. Maciel, Cláudio Schuller. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

## Agradecimentos

Ao longo desta jornada, muitas pessoas colaboraram, direta ou indiretamente, para torná-la menos árdua, trazendo contribuições das mais variadas. Registro aqui meus sinceros agradecimentos a todos e meu reconhecimento pela grande importância de cada participação para a conclusão deste trabalho.

Agradeço, de forma muito especial, à minha companheira Denise por seu apoio e carinho em todos os momentos e por sua total compreensão frente a minha ausência.

Deixo aqui também, um profundo agradecimento a minha mãe, Heloisa, por sua participação decisiva em diversos sentidos, repleta de amor e, ao mesmo tempo, de objetividade.

Agradeço ainda, em especial, a meu pai, Adilson, por seu importante apoio em várias ocasiões, especialmente ao me encorajar nas horas difíceis e disponibilizar um espaço tranquilo na fase de redação desta dissertação.

Não posso esquecer também o apoio inestimável de minhas irmãs Patrícia e Priscila, que além do afeto e companheirismo, me proporcionaram condições para a viabilização desse trabalho, às quais dedico minha gratidão e reconhecimento.

Entre os familiares, ainda agradeço o apoio e carinho de meus avós, Helena e Alfeu, meus tios, Liliana e Marcos, meu irmão, Marcelo e, especialmente, minha segunda mãe, M<sup>a</sup> da Penha.

Deixo aqui, minha gratidão aos colegas da pós-graduação, notadamente àqueles que tiveram participação mais direta, como o grande colaborador Carlos Alves, os caros amigos Araken, Abadia, Cláudio César, Marcelo Carvalho, Gori, Zuza, Wilson e, principalmente, ao Murilo que acompanhou minha jornada desde o início, mostrando-se um companheiro de todas as horas.

De maneira muito especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel que, por seu empenho na condução desta dissertação, sua amizade e sincera preocupação com meu futuro, foi, além de um orientador dedicado e sempre disponível, um importante conselheiro.

Agradeço, ainda, aos coordenadores do Mestrado e do Curso *Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente*, Profs. Drs. Mariano Laplane, José Graziano da Silva e Waldir Quadros, entre outras coisas, por propiciarem aos alunos as condições básicas ao cumprimento de mais essa etapa de sua formação acadêmica, mesmo frente aos limites impostos pela redução de recursos das instituições de fomento à pesquisa.

2003.13013

Em especial, deixo aqui minha gratidão ao também coordenador Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão que, além da contribuição ao nosso curso e importantes sugestões ao meu trabalho, sempre esteve atento a qualquer informação ou contato que pudesse me auxiliar, demonstrando interesse e companheirismo. Agradeço ainda à Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Cristina Fernandes por seu apoio e rica contribuição à qualidade da pesquisa e ao Prof. Dr. Cláudio Dedecca pelo apoio na fase final.

Agradeço aos Professores do Instituto de Economia, especialmente ao grande colaborador Prof. Dr. Sérgio Prado, aos Profs. Drs., Geraldo Biasoto, Geraldo Di Giovanni e Antônio Carlos Macedo, aos quais devo o apoio aos primeiros passos importantes de minha pesquisa, e aos Profs. Drs. Wilson Cano e Otamar de Carvalho, por importantes contribuições ao longo deste trabalho.

A todos os funcionários do Instituto de Economia fica aqui minha sincera gratidão, especialmente aos sempre solícitos Alberto e Cida da Secretária, Lourdes, Almira e Ademir da biblioteca, Licério, Dora, Tereza, Cláudia e Natalina dos núcleos de pesquisa que, com paciência e profissionalismo, me dispensaram assistência inestimável.

Agradeço aos Profs. da Universidade Federal do Ceará por diversas contribuições a esta dissertação, em particular aos Profs. Drs. Osires Carvalho, Assuero Ferreira e, principalmente, Roberto Smith, que me dedicou atenção especial em momentos decisivos dessa empreitada.

Agradeço, também, a pesquisadores e funcionários da Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - Escritório Regional do Ceará (DIEESE-CE), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Sistema Nacional de Emprego (SINE-CE) por contribuírem decisivamente para contornar as dificuldades impostas pela distância e pelo desconhecimento. Em especial, agradeço imensamente a Francisco Gonçalves, Helena Mota, Yoshio Namekata, Setembrino e Annússia do IPLANCE, Marlene Casela e Marcelo M. da Costa do DIEESE-CE e a Herodoto Moreira, Enildo e Célia da SUDENE.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por um ano de bolsa de estudos, suficiente para cobrir os gastos diretos dessa pesquisa.

E, por último, mas não menos importante, agradeço aos amigos, especialmente, Cristiane e Lilian Gomes, Edilson, Kátia, Ricardo, Ednei, Edson, Bertol, Rita, Cláudio e Alessandra Sverzut que além do apoio, ajudaram a me lembrar que a vida supera os livros e o trabalho acadêmico.

Finalmente, deixo aqui documentado que jamais me esquecerei dos que me ajudaram, mesmo daqueles não mencionados diretamente neste breve relato.

## Sumário

Lista de Tabelas .....	vi
Apresentação.....	viii
Introdução.....	1
Breve Histórico.....	9
Capítulo 1 - A Evolução da Infra-estrutura Econômica.....	15
1.1 A Importância da Infra-estrutura após o Advento da Indústria Incentivada no Nordeste.....	15
1.2 Aspectos Específicos.....	20
1.2.1. Transportes .....	20
1.2.1.1. Infra-estrutura Rodoviária.....	20
1.2.1.2. Infra-estrutura Ferroviária.....	28
1.2.1.3 Infra-estrutura Portuária.....	30
1.2.1.4 Infra-estrutura Aeroportuária.....	33
1.2.2 Infra-estrutura Elétrica.....	36
1.2.3 Infra-estrutura de Telefonia.....	46
1.2.4 Infra-estrutura Hídrica.....	49
Capítulo 2 - Desempenho dos Setores Produtivos.....	59
2.1 A Indústria de Transformação Cearense sob os Efeitos da Industrialização Incentivada (1964-86).....	59
2.2 O Desempenho da Indústria de Transformação Cearense Após 1986.....	74
2.3 Aspectos da Evolução do Setor Agropecuário.....	92
2.4 A Evolução Setorial do PIB Cearense e Seu Ritmo de Crescimento no Contexto Regional.....	109
Capítulo 3 - Aspectos da Evolução das Condições Sociais.....	117
3.1 Evolução de Indicadores Sociais Estreitamente Relacionados à Economia.....	118
3.2 Alguns Indicadores Sociais Relacionados à Distribuição de Renda, Educação e Saúde.....	127
3.3 Reflexos da Concentração Espacial da Economia Sobre as Condições Sociais.....	136
Considerações Finais.....	143
Bibliografia.....	147
ANEXO.....	153

## Lista de Tabelas

TABELA 1 - Receita Própria e Disponível das Esferas de Governo - 1980/1994 .....	18
TABELA 2 - Finanças Públicas do Estado do Ceará: Indicadores Econômico-Financeiros - 1980/1992 (US\$ milhões).....	18
TABELA 3 - Extensão da Malha Rodoviária Cearense por Jurisdição 1964/1997 (Km) .....	22
TABELA 4 - Quilometragem Acréscida por Rede Rodoviária - CEARÁ .....	23
TABELA 5 - Trechos e Pontes Construídos pelo Governo Estadual .....	24
TABELA 6 - Obras Realizadas na Malha Rodoviária pelo Governo Estadual - 1963-1998.....	26
TABELA 7 - Consumo de Energia Elétrica - CEARÁ - 1964/1997 .....	39
TABELA 8 - Consumo de Energia Elétrica - Acréscimo Médio Anual - CEARÁ.....	40
TABELA 9 - Ligações de Energia Elétrica Existentes - CEARÁ 1975/1998 .....	40
TABELA 10 - Moradores em Domicílios Particulares Permanentes -CEARÁ.....	41
TABELA 11 - Unidades Consumidoras Ligadas à Rede de Energia Elétrica - CEARÁ .....	42
TABELA 12 - Energia Elétrica / Subestações Abaixadoras - CEARÁ.....	42
TABELA 13 - Linhas de Transmissão Construídas (Km) - CEARÁ 1964/1998.....	43
TABELA 14- Obras Realizadas em Infra-Estrutura Elétrica - CEARÁ - 1964/98 .....	45
TABELA 15 - Telefonia Fixa - CEARÁ 1963/1998.....	48
TABELA 16 - Moradores em Domicílios Particulares Permanentes, segundo o Abastecimento de Água - CEARÁ - 1981/86/98.....	49
TABELA 17A - Recursos Hídricos - Obras Públicas - CEARÁ 1964/98.....	52
TABELA 17B - Recursos Hídricos - Obras Públicas - CEARÁ 1964/98.....	53
TABELA 18 - Obras Hídricas - Setor Público - CEARÁ 1964/98 .....	55
TABELA 19 - Participação Setorial na Indústria de Transformação Cearense 1960-85 (% do VTI).....	62
TABELA 20 - Participação Setorial na Indústria de Transformação do Ceará 1960-85 (% do VTI) .....	64
TABELA 21 - Participação Setorial na Indústria de Transformação do Nordeste 1970-85 (% do VTI) ...	64
TABELA 22 - Liberação dos Recursos do Finor Para Indústria de Transformação dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (Percentual do Valor Total Liberado para o Nordeste - 1976-88).....	66
TABELA 23 - Valor Adicionado da Indústria de Transformação - CEARÁ 1970/1986 (R\$ 1.000).....	68
TABELA 24 - Valor Adicionado e Taxa de Crescimento da Indústria - CEARÁ 1970/1986 (R\$ 1.000)..	70
TABELA 25 - Participação Setorial na Indústria de Transformação - CEARÁ - 1986/96 (% do VA) .....	75
TABELA 26 - Brasil: Exportações de Calçados, segundo os Principais Estados Produtores (Us\$ milhões - Fob) – 1998/2000 .....	78
TABELA 27 - Participação Setorial na Indústria de Transformação - CEARÁ - 1970/96 (% do VA) .....	79
TABELA 28 - Valor Adicionado da Indústria de Transformação - CEARÁ 1970/1996 (R\$ 1000).....	80
TABELA 29 - Valor Adicionado da Indústria e Taxa de Crescimento - CEARÁ - 1970/1996 (R\$ 1000)..	82
TABELA 30 - Valor Adicionado da Indústria e Crescimento Absoluto - CEARÁ - 1976/1996 (R\$ 1000) .	83
TABELA 31 - Projetos Industriais Incentivados Instalados e a Instalar - CEARÁ - 1991-97 .....	90
TABELA 32 - Evolução dos Principais Efetivos da Pecuária - CEARÁ - 1970/1996.....	96
TABELA 33 - Produção Física da Principais Culturas - CEARÁ - 1992-98 (em toneladas).....	98
TABELA 34 - Evolução do Produto Interno Bruto Agropecuário - CEARÁ - 1970/98 (R\$ 1000)*.....	102
TABELA 35 - Composição Setorial do PIB - CEARÁ - 1970/98 (%).....	109
TABELA 36 - Evolução do Produto Interno Bruto - CEARÁ - 1970/1998 (R\$ 1000).....	110

TABELA 37 - Pib da Economia Cearense e Crescimento Absoluto - CEARÁ- 1976/1998 (R\$ 1000) ...	111
TABELA 38- Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Estados - 1970/1998 (R\$ 1.000).....	112
TABELA 39 - PIB e Crescimento Absoluto - Brasil, Nordeste e Estados - 1974/1998 (R\$ 1000).....	113
TABELA 40 - Participação dos Estados Nordestinos no PIB do Nordeste e do Brasil - 1974/1998 .....	114
TABELA 41- Evolução do PIB <i>per capita</i> - Brasil, Nordeste e Estados - 1970/1998 (R\$).....	115
TABELA 42- PIB <i>per capita</i> dos Estados Nordestinos em Relação à Região e ao Brasil - 1970/1998 ...	119
TABELA 43 - Crescimento da População Economicamente Ativa e da População Ocupada - CEARÁ, NORDESTE E BRASIL - 1971-86 e 1987-1999 .....	120
TABELA 44 - População Ocupada por Setores da Economia - CEARÁ - 1970, 1986 e 2001 .....	121
TABELA 45 - Crescimento Setorial da População Ocupada - CE, NE e BR - 1970-86 e 1987-2001.....	122
TABELA 46 - Participação Regional e Nacional da População Ocupada Cearense - 1970/1999.....	123
TABELA 47 - População Ocupada por Faixas de Rendimento - CEARÁ - 1986 e 1999.....	124
TABELA 48 - População Ocupada por Faixas de Rendimento - CE, NE e BR - 1986 e 1999.....	125
TABELA 49 - População Ocupada por Anos de Estudo - CE, NE e BR - 1970, 1986 e 1999 .....	126
TABELA 50 - Concentração de Renda (Gini), IDH e Taxa de Analfabetismo - BR, NE e UFs .....	127
TABELA 51 - Alfabetização da População com 15 anos ou mais por Situação do Domicílio - CEARÁ .	129
TABELA 52 - Analfabetismo da População com 15 anos ou mais por Situação do Domicílio - CE, NE e BR.....	130
TABELA 53 - Alfabetização da População com 5 Anos ou mais por Situação Do Domicílio - CEARÁ	131
TABELA 54 - Analfabetismo da População com 5 Anos ou mais por Situação Do Domicílio - CE, NE e BR.....	131
TABELA 55 - Taxa de Mortalidade Infantil e Esperança de Vida ao Nascer - BR, NE e UFs.....	133
TABELA 56 - Oferta de Equipamentos de Saúde: Leitos - BR, NE e UFs - 1973, 1986 e 1999.....	134
TABELA 57 - Oferta de Profissionais de Saúde - Br, NE e UFs - 1973, 1986 e 1999 .....	135
TABELA 58 - Disparidades Intra-Estaduais - Demografia - CEARÁ - 1996.....	138
TABELA 59 - Disparidades Intra-Estaduais - Dimensão Econômica - CEARÁ - 1995 .....	139
TABELA 60 - Disparidades Intra-Estaduais - Serviços Públicos - CEARÁ - 1996.....	140
TABELA 61 - Disparidades Intra-Estaduais - Saúde e Educação - CEARÁ - 1991/1995 .....	141

#### ANEXO

TABELA A1- Características do Setor Agropecuário do estado do Ceará – 1960/70/75/80/85 .....	153
--	-----

## Apresentação

Esta dissertação versa sobre o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará nas décadas seguintes à criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; à formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, e à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Décadas nas quais esteve em vigência um consistente sistema de incentivos fiscais e financeiros, gerido pela SUDENE e pelo BNB, cuja implantação se iniciou em 1961, representando a possibilidade de acesso a uma poupança externa representativa, que passou a constituir um elemento novo importante para o desenvolvimento do Nordeste, marcando no Ceará e outros estados da Região, o início de uma fase de esforços governamentais no sentido de aumentar as possibilidades locais de receber projetos incentivados.

Desde então, a economia cearense vem apresentando taxas de crescimento acima da média nacional e regional, elevando sua participação no PIB do Nordeste e no PIB do Brasil. O valor do PIB cearense em relação às duas principais economias do Nordeste, Bahia e Pernambuco, cresceu de forma relevante, aproximando-se do PIB de Pernambuco, a segunda maior economia e a mais diversificada da Região, chegando até mesmo a igualar este estado no que tange ao PIB *per-capita*.

O espaço relevante dado ao crescimento cearense pela mídia brasileira na década de 1990, a projeção de dois de seus últimos governadores (Tasso Jereissati e Ciro Gomes) no cenário político nacional e o fato dos resultados econômicos obtidos terem sido, desde essa década, atribuídos quase exclusivamente ao desempenho obtido durante seus sucessivos governos (1987-2002), diagnóstico pouco contestado no meio acadêmico, motivou esta dissertação.

Esta dissertação se propõe a analisar se o crescimento da economia cearense se destacou apenas durante esses governos e, ainda, se nesse período houve uma ruptura com a qualidade sócio-econômica do crescimento anterior, conforme seu discurso de que teriam rompido com o padrão de desenvolvimento concentrado e excludente observado anteriormente. Não se pretendeu discutir, aqui, a competência do governo estadual, o que exigiria uma análise detalhada das políticas e ações governamentais; focou-se, sim, os resultados no campo socioeconômico, os aspectos econômicos e estruturais determinantes e as implicações envolvidas, em períodos sob governos de diferentes lideranças políticas.

Para tal, através de diversos indicadores, foi analisado o desenvolvimento socioeconômico cearense a partir da implantação do programa de incentivos para o Nordeste no início da década de 1960, considerando dois períodos: anterior e posterior aos governos iniciados em 1987, considerados pela mídia como os responsáveis pelo ritmo de crescimento destacado da economia cearense.

Inicialmente, se trabalhou com a hipótese de ter havido um desenvolvimento socioeconômico maior a partir de 1987, mas que o desenvolvimento anterior, conquistado desde a implantação do sistema de incentivos na década de 1960, foi bastante significativo e importante para a obtenção dos resultados posteriores.

Havendo ciência da forte limitação imposta às comparações de desempenho sócioeconômico em períodos sob ambientes macroeconômicos bastante diferentes, buscou-se analisar o desempenho cearense nos dois períodos, não visando propriamente o mérito governamental, mas com intuito de constatar se vem ocorrendo um progresso mais que proporcional e apurar o estágio de desenvolvimento socioeconômico atual.

Primeiro, foi realizada um levantamento, ano a ano, da evolução da oferta de infraestrutura econômica do Ceará, procurando avaliar a dimensão das realizações governamentais neste setor determinante do desenvolvimento econômico.

Em seguida, foi realizada uma análise do crescimento econômico cearense, baseada nos principais aspectos dos dois grandes setores produtivos: indústria de transformação e agricultura. Em ambos setores, a análise centrou-se na avaliação dos fatores que eram apontados como limitadores dos benefícios gerados pelos mesmos, antes de 1987. Buscou-se analisar, através do resultado econômico, se no período mais recente realmente houve um salto no crescimento econômico do Ceará, com eliminação de entraves a sua expansão, ou tratou-se de uma continuidade do crescimento do período anterior.

Por último, foram avaliados os avanços sociais, a fim de verificar através de diferentes indicadores se, como apregoa o grupo político atual, houve uma ruptura com o padrão anterior de crescimento, limitado no que se refere à melhoria das condições de vida.

Procurou-se realizar, nos capítulos 2 e 3, que tratam do campo econômico e social, a análise dos principais indicadores no âmbito regional e nacional para, aí sim, realizar uma comparação de desempenho.

## Introdução

Especialmente no início da década de 1990, mesmo antes do reaquecimento da economia brasileira que culmina nos anos seguintes ao Plano Real, o Ceará passou a ser apontado não mais como um exemplo de atraso econômico mas sim como exemplo de crescimento econômico. O empresário Tasso Jereissati, que direta ou indiretamente, a partir de 1987, participou do comando do governo estadual, tornou-se um político de destaque na mídia brasileira, sendo apontado como governador eficiente e até mesmo como quem teria levado a economia cearense a crescer de forma significativa. Sua popularidade no Ceará é tão elevada, a ponto de ter sido eleito para três mandatos, no período das últimas cinco eleições para governador (1986/1990/1994/1998/2002); na eleição de 1998 foi reeleito no primeiro turno, com 76,5% dos votos, e na eleição seguinte (2002) fez seu sucessor mesmo diante dos sérios problemas sociais que o Estado ainda apresenta.

Seus governos (1987 em diante) se auto-intitulam "Governo das Mudanças", e se atribuem o mérito de ter acabado com o "*coronelismo*" na economia cearense. Entretanto, a elite cearense não se absteve um só momento do poder, embora não se trate mais da elite agrária, que sofreu um fortíssimo revés com o total declínio da cotonicultura e da estagnação da pecuária; elite essa que historicamente mantinha importantes relações com a classe mercantil (forte detentora de influência política) e, em boa parte, participou do processo de industrialização motivada pelo programa de incentivos implantado no Nordeste na década de 1960. Empreendedores desses dois setores (*Serviços e Indústria*) formaram, no auge da crise da cotonicultura cearense na virada da década de 70, um grupo da elite empresarial que conquistou o Governo do Ceará em 1986, não mais o deixando até então.

Os diversos analistas que criticavam os governos anteriores,<sup>1</sup> já no primeiro mandato de Jereissati, passaram a elogiar o governo. Alguns até mesmo afirmam que se passou de um "ciclo vicioso" para um "ciclo virtuoso", referindo-se mais precisamente ao ajuste das contas públicas,

---

<sup>1</sup> Uma importante crítica ao período anterior ao Grupo de T. Jereissati foi feita por CAVALCANTE (1992) ao analisar os resultados do processo de industrialização iniciado na década de 60 até fins da década de 1980, talvez na tese mais abrangente sobre a economia cearense após o advento da indústria incentivada no NE, defende: "... mesmo tendo a economia cearense apresentado um pequeno mas relevante crescimento, a partir da política de desenvolvimento planejado implementado pela SUDENE a partir dos incentivos fiscais, tal crescimento não se deu revertendo a situação de pobreza por qual passava o Estado. Assim sendo, conclui-se por denominar tal processo como o de um crescimento econômico concentrado e incapaz de impulsionar efeitos em cadeia que viessem melhorar significativamente os indicadores sócio econômicos do Estado, tais como, distribuição de renda, educação, emprego, moradia e saúde." (p. 150). Entretanto, devemos destacar que por sua análise se reportar ao final

que foi o ponto forte do primeiro "Governo das Mudanças".<sup>2</sup> Ajuste que realmente trouxe fôlego para o governo estadual investir e melhorou bastante sua imagem, propiciando o acesso a financiamentos anteriormente não disponíveis e contribuindo para atrair, no mandato seguinte, novos investimentos de origem extra-estadual que, até então, muito pouco participavam dos projetos implantados no Ceará.

Entretanto, essas análises não ressaltam que depois de instituída a Constituição Federal (CF) de 1988, o processo de descentralização fiscal iniciado em 1975 atingiu o seu máximo, quando se aumentou expressivamente a autonomia tributária dos estados e municípios com as alterações introduzidas pela reforma constitucional. A partir de então, os recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios se elevaram consideravelmente. Assim, a elevação da capacidade de investir do governo estadual não esteve apenas relacionada ao ajuste fiscal.

Em relação às novas fontes de empréstimos e à atração de novos investimentos observadas no 2º "Governo das Mudanças", devem ser acrescentadas às análises favoráveis ao governo pelo menos dois fatores que também exerceram influências positivas, além do ajuste fiscal realizado pelo 1º governo:

1) Nos anos 80 as fontes de empréstimos internacionais se fecharam para toda a América Latina, ou seja, todos os Estados do Brasil foram afetados. Já na década de 1990, o mercado financeiro internacional voltou a emprestar para o Brasil. No plano nacional, a Constituição Federal de 1988 traria dois reforços de financiamento importantes ao descentralizar consideravelmente os recursos tributários, elevando substancialmente os recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM). Em conformidade com as bases estabelecidas para a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi instituído em 1989 o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, alimentado com 1,8% "do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados", arrecadados pela União. O FNE veio complementar o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), assegurando 50% de seus recursos ao semi-árido nordestino, o que,

---

da década de 1980, considerou indicadores que certamente refletem, ao menos em parte, a crise econômica pela qual o país passou nessa década, sendo ainda que a industrialização não acabou com a pobreza no país inteiro.

<sup>2</sup> Entre os analistas que defendem a ocorrência de um salto no desenvolvimento do Estado do Ceará no período recente encontram-se Jair do Amaral Filho, José N. B. Maia e Demartone C. Botelho. Ver, por exemplo, BOTELHO (1994), AMARAL FILHO (1997) e MAIA & BOTELHO, 2000).

em tese, contribuiria para o governo promover a desconcentração espacial da economia cearense, tão importante para um Estado em que cerca de 70% da população, em 1986, residiam fora da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), em municípios do interior, todos inseridos no Semi-árido.

2) Da mesma forma, a melhora considerável na atração de investimentos produtivos de novas fontes, na década de 1990, se deve também à melhora expressiva dos fatores de atratividade locacional, resultante das realizações governamentais decisivas de vários governos estaduais (iniciadas na década de 1960) anteriores ao 1º mandato das lideranças empresariais, com intuito de aumentar a competitividade do Estado do Ceará por recursos incentivados administrados pela SUDENE e pelo BNB. Tais realizações governamentais, entre outras coisas, capacitaram a RMF a ser escolhida pela SUDENE para receber em 1979, durante o 2º governo de Virgílio Távora,<sup>3</sup> o III Pólo Industrial do Nordeste, voltado para os setores têxtil e de vestuário, o que foi de vital importância para melhorar a atração de investimentos para o Ceará. Isto pôde ser sentido, por exemplo, no expressivo aumento do número de projetos incentivados aprovados pela SUDENE, como no valor total dos recursos liberados para esses projetos. Vale destacar que isto ocorreu mesmo durante a forte crise econômica que o Brasil atravessou entre o 2º choque do petróleo (1979) e o Plano Cruzado, em 1986, ano em que o grupo político liderado por Jereissati vence sua primeira eleição para o governo estadual.

Em relação às análises do crescimento socioeconômico da economia cearense, observado depois do advento da indústria incentivada no Nordeste, até o grupo de Jereissati assumir o governo (1987), que criticavam seu caráter bastante concentrado – tanto espacialmente na RMF e setorialmente em três gêneros industriais (alimentar, têxtil, vestuário e calçados), quanto socialmente, com forte concentração de renda e coexistência de elevado nível de pobreza da população – uma leitura da bibliografia, dados e indicadores disponíveis, antes que seja feito o processamento e comparação dos números, sugere que esta concentração se manteve. O Ceará trata-se do estado brasileiro com uma das maiores, senão a maior concentração de renda espacial, social e setorial.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Governador que percebendo a importância da fase de industrialização detonada pela criação do sistema de incentivos fiscais voltados para o NE, iniciou um intenso esforço infra-estrutural para aumentar a competitividade cearense na disputa por investimentos incentivados, em seu primeiro mandato no começo da década de 1960.

<sup>4</sup> O Ceará está entre os estados com maior concentração do PIB na área metropolitana, maior concentração de renda nas classes sociais mais ricas e apresenta forte concentração do PIB industrial em poucos setores.

Mas, mesmo concentrada, no intervalo 1960-86 a indústria cearense teve expressiva participação do empresariado local e soube aproveitar as brechas de mercado regional/nacional existentes, apresentando bom desempenho e contribuindo significativamente para o crescimento da economia cearense, que conquistou um elevado acréscimo em seu Produto Interno Bruto (PIB) e no PIB *per capita*. Entretanto, a parcela da renda apropriada pela classe trabalhadora manteve-se baixa e o rendimento médio da população economicamente ativa (PEA) do Ceará ainda era um dos piores do Brasil.

Em grande parte, isso se deveu ao fato de que a década de 1980 foi marcada por uma fase recessiva da economia brasileira e ainda por diversas transformações político-econômicas, que exerceram influências significativas no contexto do Ceará.

Durante a crise dessa década, deu-se início a uma série de políticas nacionais de estabilização e reajustamento estrutural, que não iriam impedir a escalada de uma crise hiperinflacionária e a falência fiscal do setor público. Também teve fim o regime militar e a linha "desenvolvimentista", quando se esboçou um processo de abertura de mercado pautado em uma política econômica liberal que iria se aprofundar na década seguinte. As empresas e órgãos públicos estatais passaram a perder consideravelmente seu poder de impulsionar a economia, o que se refletiu negativamente sobre as ações estatais direcionadas para o desenvolvimento regional. (FIORI, 1993 e 1994).

Outro fator decisivo foi que, embora o setor industrial cearense tenha se expandido consideravelmente após o advento da indústria incentivada no NE, o setor agropecuário não se atrelaria ao impulso industrial que se observa no interregno 1960-90. A migração da população rural apresentou números expressivos, tendo sido a metrópole cearense, na década de 1980, o principal destino dos migrantes e excluídos do processo produtivo agrícola. A taxa anual de crescimento do PIB cearense caiu para menos da metade daquela da década anterior e a pobreza aumentou consideravelmente, fatores que contribuíram para a instabilidade política e econômica.

No início dos anos de 1980, um grupo de jovens empresários cearenses se articulou e, em 1987, assumiu o governo do Ceará, propondo-se a romper com o padrão de desenvolvimento que vinha sendo adotado pelos governos anteriores, altamente concentrador, sob vários aspectos, como já mencionado.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>Embora, o grupo se propusesse a romper com o ciclo de poder sobre a batuta dos "coronéis", grande parte dessa classe empresarial tenha saído dos quadros oligárquicos que se mantiveram no governo até então.

Com a intensificação da abertura da economia brasileira, a partir de 1990, novos agentes econômicos passaram a competir no mercado nacional e o comércio exterior passou a ter maior peso na economia do País. As forças do mercado predominaram e a disputa pelos investimentos se intensificaram. O mercado regional brasileiro havia se integrado (as diversas obras de infraestrutura contribuíram para isso), marcando uma nova fase para as economias dos estados do Nordeste, desta vez dentro de um contexto muito diferente do encontrado no princípio da industrialização incentivada promovida pelo consistente programa de incentivos destinado ao Nordeste, implantado no início da década de 1960.

É fato que no Ceará, após 1986, foram realizados empreendimentos em infra-estrutura e ocorreu um crescimento do seu parque industrial, notadamente, de seus pólos têxtil, de vestuário e de calçados. Sua atividade turística também se destacou no contexto nacional, tendo exercido papel importante a administração de cunho empresarial e a política agressiva de desenvolvimento econômico dos governos sob a liderança de Tasso Jereissati. Entretanto, tal liderança encontrou o Estado do Ceará em condições muito melhores para solucionar os problemas socioeconômicos até aqui apontados e ainda pôde contar com a continuidade administrativa, visto que seu grupo já está em seu quarto governo consecutivo (1999-2002), na continuação de seu "Projeto de Mudanças", tendo inclusive feito seu sucessor nas eleições para governador de 2002.

Mas, embora o Ceará, na década de 1990, tenha se destacado no noticiário econômico, foi negligenciado o fato de que os progressos no campo econômico vinham sendo alcançados desde a década de 1970. Da forma como foram divulgados os resultados no campo socioeconômico, parece que isto ocorreu de forma relevante apenas no período governado pelo grupo político de Jereissati, pois atribuíam o desempenho favorável quase que exclusivamente a este grupo.<sup>6</sup>

Esta dissertação se propõe a analisar se o crescimento da economia cearense se destacou apenas durante os "governos dos empresários" e ainda, se durante estes governos houve ou não uma ruptura com a qualidade sócio-econômica do crescimento anterior, conforme seu discurso, e averiguar se eles romperam com o padrão de desenvolvimento concentrado e portanto excludente observado anteriormente. A análise pretende responder à seguinte pergunta: *Durante o período 1987-98, houve um salto no crescimento socioeconômico do Estado do Ceará em relação ao período 1970-86?*

---

<sup>6</sup> Entre os meios de comunicação que mais exaltaram os resultados positivos da economia cearense nessa década estavam: Gazeta Mercantil, Veja e Rede Globo.

Para tal, através de diversos indicadores socioeconômicos, foram analisados dois períodos: 1964-86 e 1987-98. Embora o período 1964-86 abranja anos não incluídos na pergunta acima, foram analisados fatos anteriores a 1970, em razão de sua importância na determinação da dinâmica econômica posterior, especialmente no que tange à dotação da infra-estrutura econômica. A análise parte de 1964, por ser este o primeiro ano em que passou a vigorar o programa de incentivos para o Nordeste, após a composição dos artigos 34/18<sup>7</sup>. Estes artigos estabeleceram um mecanismo legal em que pessoas jurídicas poderiam transformar 50% de seu imposto de renda anual pago em cotas de um fundo de investimentos para Região administrado pela SUDENE e pelo BNB. Esse fundo passou a representar a possibilidade de acesso a uma poupança externa expressiva, constituindo um elemento novo importante para o desenvolvimento do Nordeste, marcando no Ceará, e em outros estados da Região, o início de uma fase de esforços governamentais no sentido de aumentar os atrativos locais e, portanto, as possibilidades de receber projetos incentivados.

O primeiro período adotado na periodização (1964-86) foi escolhido pois permite uma análise do desempenho e de aspectos do desenvolvimento socioeconômico ocorrido após a disponibilização desse programa de incentivos até o ano em que o grupo político de Jereissati passou a governar o Ceará. Já o período 1987-98, para o qual os dados básicos necessários já estão disponíveis, foi escolhido por permitir analisar o desempenho e aspectos do desenvolvimento socioeconômico ocorrido durante três mandatos deste grupo.<sup>8</sup>

Assim, além de uma avaliação do desenvolvimento do Ceará nas últimas décadas, será possível constatar se houve de fato uma ruptura no padrão de desenvolvimento a partir de 1987, como apregoa o discurso político do grupo que passa a governá-lo neste ano.

Como primeiro passo, foi realizada no primeiro capítulo uma avaliação da evolução da oferta de infra-estrutura econômica do Ceará, comparando os dois períodos escolhidos, onde se procurou avaliar a dimensão das realizações governamentais neste importante vetor determinante do desenvolvimento econômico.

Em seguida, no segundo capítulo, foi realizada uma análise do crescimento econômico cearense nos dois períodos em questão, baseada nos principais aspectos dos dois grandes setores

---

<sup>7</sup> Trata-se da composição do Art.34 do DL n. 3995 (dez/61) e das emendas introduzidas pelo Art.18 do DL n. 4239 (jun/63).

<sup>8</sup> Embora, em alguns aspectos abordados, as análises não abranjam todos os anos desses dois períodos, visto que nem sempre foram obtidas séries históricas metodologicamente uniformes para todos os anos do período.

produtivos: indústria de transformação e agricultura. Em ambos setores, a análise centrou-se na avaliação dos fatores que eram apontados como limitadores dos benefícios gerados pelos mesmos, antes do "governo dos empresários" assumir. No caso da indústria de transformação, foi analisado como evoluiu a concentração setorial e a espacial, além do seu ritmo de crescimento. Em relação à agricultura foram analisadas a evolução da questão agrária no Ceará (acesso à terra e às condições de produzir) e o desenvolvimento da agricultura e de algumas de suas principais atividades frente aos problemas presentes na ocasião em que o grupo político de cunho empresarial assumiu o poder.

Buscou-se analisar, através do resultado econômico, se no período mais recente realmente houve um salto no crescimento econômico do Ceará, com eliminação de entraves à sua expansão, ou se tratou de uma continuidade do crescimento do período anterior.

No terceiro e último capítulo, foram avaliados avanços sociais proporcionados pelo crescimento econômico do Ceará, a fim de verificar através de diferentes indicadores sociais se, como apregoa o grupo político atual, houve uma ruptura com o padrão anterior de crescimento, limitado no que se refere à melhoria das condições de vida.

## Breve Histórico

A partir de 1990 é possível notar que o Ceará ganha um certo destaque positivo na mídia devido aos seus indicadores econômicos. Embora ainda apresente graves problemas sociais, vem perdendo o "rótulo" de estado pobre, para ser citado como um dos poucos exemplos de crescimento econômico entre os estados brasileiros, caracterizado também como unidade da federação que apresenta uma das melhores situações fiscais do Brasil.

Mas, ao contrário do que a grande maioria imagina, o Ceará já foi um dos estados mais ricos do Brasil por ocasião do ciclo do algodão, em meados do século XIX, durante o qual a cotonicultura cearense foi de longe a que mais se destacou no cenário nacional. Tendo sido o Estado do Ceará, por várias décadas, o grande beneficiário das riquezas auferidas com o algodão, produto que chegou a ser conhecido no Nordeste como "ouro branco".

No entanto, a exploração econômica no Ceará teve início com a prática da pecuária extensiva no século XVII, que predomina até o início do século XIX. Ao contrário da cana-de-açúcar, esta atividade ao demandar pouca mão de obra, não contribuiu para o povoamento do estado, mas permitiu a ocupação econômica do sertão. Data do século XVIII, o princípio de uma organização político-administrativa sediada em Fortaleza.<sup>9</sup>

O crescimento do rebanho bovino associado à atividade de conservação da carne, marcou o início de uma primitiva implantação industrial no Ceará. A economia açucareira e a atividade extrativa de metais preciosos no Nordeste, incapazes de prover a subsistência do contingente de mão de obra nelas empregado, propiciava um mercado receptivo para esse produto. Essa demanda fora do Estado foi essencial para o desenvolvimento do litoral cearense que, inicialmente, via Fortaleza e Aracati, escoava a produção para os locais de consumo.

Porém, o advento da grande seca do final do século XVIII, que dizimou grande parte do rebanho, levou os empreendedores dessa indústria a se transferirem para o Rio Grande do Sul, não retornando mais ao Ceará. Isto limitaria suas relações com os outros estados do Nordeste, que prosseguiriam basicamente no comércio de mercadorias adquiridas através de Recife.

---

<sup>9</sup> O Ceará, ao contrário da Bahia e de Pernambuco, foi tardiamente colonizado e povoado pelos Portugueses. O povoamento de Pernambuco foi iniciado antes da criação das capitanias (1534), em função da exploração do pau-brasil. Ainda na primeira metade do século XVI são introduzidas o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão para exportação. No final deste século o porto de Recife passa a ser o mais movimentado da Colônia. Em 1620, Pernambuco e Bahia eram as regiões mais povoadas (ANDRADE, 1962).

Embora o primeiro impulso econômico dado pela atividade de conservação de carnes não tenha vingado, esta propiciou a criação de uma incipiente logística portuária e comercial que as atividades desenvolvidas em torno da cotonicultura, no século seguinte, já encontraram em funcionamento, bastando expandi-la.

A expansão da cotonicultura se deu voltada para exportação, no início do século XIX, tendo como fatores favoráveis a abertura dos portos em 1808 e a elevação dos preços no mercado externo. Atividade rentável e adequada ao clima semi-árido presente na região, a cultura do algodão, associada à pecuária, tornou-se base da economia local. Foi desenvolvida em Fortaleza, sede do principal porto de exportação do produto, a infra-estrutura comercial necessária à expansão da atividade. A população no interior do território aumentou e, conseqüentemente, a demanda por alimentos. A fim de atender esta demanda passa a ocorrer o cultivo consorciado algodão/milho/feijão, originando o complexo gado/algodão/lavouras de subsistência. O algodão que constituía o excedente era voltado para o mercado externo, já a pecuária e as lavouras de subsistência basicamente atendiam à demanda interna.<sup>10</sup>

A expansão do capital mercantil possibilitou que, em 1873, fosse inaugurado o trecho Fortaleza - Parangaba (distrito de Fortaleza) da Estrada de Ferro de Baturité, fruto de uma sociedade anônima entre quatro proeminentes cidadãos cearenses e um comerciante inglês.<sup>11</sup> Mesmo superada a fase áurea dos anos 1860-70, a cotonicultura continuou sendo a base da riqueza do estado.

Mas, paralelamente, a partir de 1860 "... a Inglaterra passou a estimular a produção de algodão na Província de São Paulo, sobretudo através da introdução da variedade herbácea, e a

---

<sup>10</sup>"...o Nordeste que se estendia do Rio Grande do Norte até Alagoas, onde a economia açucareira e a pecuária gestavam duas poderosas oligarquias e uma incipiente burguesia industrial. Dele se distinguia o Ceará, onde o complexo gado/algodão/agricultura de alimentos conformava uma oligarquia sertaneja que se expandia na acumulação comercial, e onde não existia o complexo canavieiro..." ARAÚJO (1995: 138). Ver sobre o período anterior a 1880, PRADO JUNIOR (1953:145; 157-158; 181-194), GIRÃO (1984); GUIMARÃES NETO (1986: 2-67), NOBRE (1989: 29-155) e VIANA (1990), este ressalta o estreitamento comercial com a Inglaterra (p.70/71): "Saindo do Ceará, diretamente para a Inglaterra, as primeiras exportações de algodão datam de 1809, apresentando sensível intensificação no período de 1864 a 1875. Apesar de a intervenção inglesa não ser tão direta como no caso paulista, estreitaram-se e aprofundaram-se as relações comerciais com a Inglaterra através do estabelecimentos de linhas diretas de navegação entre Fortaleza e Liverpool, a partir de 1866. O vulto da exportações algodoeiras impôs também a necessidade de novos agentes estrangeiros em Fortaleza para dar vazão ao crescente acúmulo de matérias exportáveis."

<sup>11</sup> Esta estrada seria terminada em 1882, chegando a Baturité, cidade vizinha a Fortaleza (distante 74 km em linha reta); embora o objetivo principal no início da construção em meados dos anos de 1860, fosse escoar a produção de café da serra de Baturité pelo porto de Fortaleza.(ver VIANA, 1990 e IPLANCE, 1.2 Evolução Territorial e 1.3.5 Posição Relativa à Capital, segundo os municípios do Ceará, 1997)

*construção da estrada de ferro Santos-Jundiá para barateamento do seu transporte.(...)"<sup>12</sup>, envolvendo-se também com o cultivo, o que não aconteceu no Ceará. O que traria futuras implicações quando o algodão cearense se voltou para o mercado interno.*

Com a queda brusca dos preços do algodão no mercado internacional, após 1870, marcada pelo retorno do produto norte-americano ao mercado, finda a Guerra da Secessão, e a "grande seca" de 1877-79,<sup>13</sup> o beneficiamento deste produto passa a ser uma alternativa para a manutenção da cultura, promovendo um segundo impulso para industrialização local.<sup>14</sup>

Segundo VIANA (1990: 68), como esse impulso *"coincidiu com um dos mais longos períodos de expansão de investimentos na indústria de transformação brasileira (1880-1895), sobretudo no seu setor têxtil algodoeiro, de imediato já se pôde deduzir que o mesmo foi condicionado por fatores que se fizeram sentir em âmbito nacional (...)"*. Um destes fatores, está relacionado à primeira intervenção do Estado na economia cearense, movida pelas graves consequências da "grande seca". Foram adotadas medidas responsáveis por injeção de recursos em obras públicas, assistenciais, etc. Entre elas, as de maior impacto foram a construção da Estrada de Ferro Sobral-Camocim<sup>15</sup> - decretada em 1878 e concluída em 1882 - e a transferência para o Estado da Estrada de Ferro de Baturité, que deveria continuar até Pacatuba<sup>16</sup> e só deveria chegar a Baturité em 1882. Outro fator seria a Lei das Sociedades Anônimas, diretamente ligada aos empreendimentos realizados nesta fase. E, por fim, visto que a mão de obra escrava nunca foi importante para as atividades econômicas locais, o produtor cearense, motivado pela significativa alta dos preços após as leis abolicionistas, passou a vendê-los lucrativamente. Além de auferirem renda, a produção local não é abalada com o fim da escravidão, como em outras regiões.

O segundo impulso para industrialização local propiciou o surgimento, entre 1880 e 1930, de um número relativamente significativo, para a época, de instalações fabris em Fortaleza, algumas até no interior cearense. Nessa fase Fortaleza já concentrava uma razoável atividade no

---

<sup>12</sup> VIANA (1990:70).

<sup>13</sup> O Ceará perdeu um terço de sua população, pela emigração e pela morte e viu seus rebanhos aniquilados. Os emigrantes somaram 54.875 (coincidindo com o *boom* da borracha); as mortes pela fome, agravadas por um surto de variola, somaram só em 1878, 57.780 em Fortaleza e 119.999 em toda Província. (CARVALHO, 1988; FURTADO, 1989 e VIANA, 1990)

<sup>14</sup> No contexto nordestino *"(...) o algodão só voltaria a ser importante com o advento da indústria têxtil do Sul do país (Rio de Janeiro, principalmente, e São Paulo), somente a partir da década de 1880 (...)"*, direcionado desta vez para o mercado interno. Após 1929, a reestruturação da agricultura paulista faria com que o algodão nordestino sofresse outro golpe, tornando-se São Paulo o maior produtor (CANO 1985: 55 e 56).

<sup>15</sup> Camocim, município litorâneo, faz divisa com o Piauí e se localiza no extremo norte ocidental do Ceará, próximo de Sobral, localizada no centro da região noroeste da Província.

<sup>16</sup> Cidade da RMF, distante 17 km da cidade de Fortaleza, em linha reta.

setor de vestuário e artefatos de tecido, contribuindo para que este impulso 'industrializante' vingasse, já que o primeiro impulso dado pela atividade de conservação da carne havia sido frustrado.

Mas entre 1930 e 1960, a principal atividade fabril do Ceará, o beneficiamento do algodão, passou por um período de estagnação, tornando-se essa indústria obsoleta. A indústria têxtil do Centro-Sul, que se beneficiava de um mercado consumidor "bem maior" e de um poder de capitalização superior, impôs um ritmo tecnológico que não foi alcançado pelas empresas concorrentes do Ceará.<sup>17</sup>

Conforme GUIMARÃES NETO, a crise de 1929/30, seguida de uma intensa fase de industrialização, se constitui um marco das transformações econômicas, sociais e políticas do País, com implicações inter-regionais no período 1930/55, especialmente em relação à articulação São Paulo/Nordeste. A consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial que, extremamente concentrado num espaço regional restrito, retoma efetivamente após a crise, o caminho dos mercados regionais. Assim sendo o "*entrelaçamento das economias regionais*" não se dá, até a década de 60, a não ser pelo comércio, sem a transferência do capital produtivo, espacialmente concentrado, para as áreas periféricas. Predomina o escoamento da produção industrial concentrada no Sudeste, em busca de mercado, facilitado por mudanças no sistema de transporte e na legislação tributária, que regulava o comércio interestadual, quando gradativamente seriam eliminados os impostos interestaduais e intermunicipais; e ainda, adotarem-se iam medidas protecionistas aos produtos nacionais.<sup>18</sup>

Segundo CANO, "*A complementaridade que existia desde o início do século XIX, pela qual o algodão e o açúcar nordestinos abasteciam São Paulo, passaria a ser seriamente abalada a partir das décadas de 1930 e de 1940 quando este Estado supera aquela região na produção desses bens.*"<sup>19</sup>, apontando a influência decisiva que teria causado a mudança da estrutura de preços relativos após as alterações da legislação tributária.

Na década de 1930, ao mesmo tempo em que se iniciou um período de estagnação da atividade de beneficiamento do algodão, o Estado de São Paulo ultrapassou o Ceará na produção agrícola do algodão, tornando-se um forte concorrente no mercado interno, mercado para o qual a produção cearense se voltara, após a queda brusca dos preços do algodão no mercado

<sup>17</sup> ver CANO (1985), CRUZ (1981), FERREIRA (1985B), GUIMARÃES NETO (1986), e, NOBRE (1989).

<sup>18</sup> Ver GUIMARÃES NETO, (1986:112-115) e CANO (1985: 186-208).

<sup>19</sup> CANO (1985: 208 - 2.1 Integração via dominação do mercado de mercadorias).

internacional em 1870, com o retorno dos EUA ao mercado. O ganho de mercado pelo algodão paulista esteve fortemente relacionado aos avanços técnicos obtidos na busca da produção de variedades de algodoeiro herbáceo dotadas de maior comprimento e resistência da fibra, que constituíam as vantagens comparativas do algodão arbóreo produzido no Nordeste, *vis-à-vis* São Paulo.<sup>20</sup>

Assim o Ceará sofre significativa perda de mercado, especialmente em relação ao importante mercado de São Paulo, o que irá contribuir para que o Estado do Ceará adentre a década de 1960, quando se inicia o programa de industrialização incentivada do Nordeste, na condição de um dos Estados mais pobres da região.

A década de 1950 fora marcada pela forte presença estatal na economia regional, quando foram criados instrumentos para o desenvolvimento da Região Nordeste, que viriam a impulsionar a industrialização nos estados nordestinos, através de um sistema de incentivos voltados para a região. O Estado do Ceará passaria a participar de uma disputa pelos recursos administrados pela SUDENE e pelo BNB.

Mesmo que a atividade de beneficiamento do algodão, de 1930 a 1960, tenha passado por um período de estagnação, esta atividade foi importante por formar uma primitiva classe industrial cearense e um incipiente setor industrial, que:

*partindo de matrizes artesanais rudimentares e de pequeno porte, se desenvolveu lentamente, apoiando-se no beneficiamento de matérias-primas tradicionais e no crescimento vegetativo de uma demanda pré-existente (sic) por bens leves de consumo (têxteis, alimentares e bebidas), ou seja, um setor industrial caracterizado por um processo lento e "expontâneo" de expansão.* (IPLANCE, 1994: 9)

O fato de ter se formado um setor industrial e seu grupo de representantes, ainda que modestamente, teria participação importante na disputa pelos recursos incentivados após 1960. Os setores Alimentar, Têxtil e de Vestuário, com elevada participação do empresariado local, foram a locomotiva do crescimento industrial cearense apresentado desde então.

Quando os recursos incentivados tornaram-se disponíveis, no início da década de 1960, além da principal atividade industrial cearense vir de um longo período de estagnação, no campo da infra-estrutura quase tudo estava por ser feito para tornar o Ceará competitivo na atração destes recursos. Assim, o Ceará se deparou com este novo contexto bastante fragilizado diante de

---

<sup>20</sup> Para tanto, São Paulo montou e operou novas bases técnicas, a partir do Instituto Agrônomo de Campinas-IAC (CARVALHO, 1988, CANO, 1990)

uma importante oportunidade de impulsionar sua economia. Frente a esta situação, o desenvolvimento da infra-estrutura econômica deste estado passou a ser perseguido intensamente após a disponibilização dos incentivos aos estados do Nordeste.

O capítulo seguinte demonstrará se as realizações no campo da infra-estrutura econômica, no período que vai do início da década de 1960 até o grupo político de cunho empresarial liderado por Jereissati passar a governar o Ceará em 1987, foram relevantes mesmo se confrontadas com as realizações dos governos posteriores a 1987, que contaram com uma capacidade consideravelmente maior de arrecadação, investimento e captação de recursos.

## Capítulo 1 - A Evolução da Infra-estrutura Econômica

### 1.1 A Importância da Infra-estrutura após o Advento da Indústria Incentivada no Nordeste

A década de 1960 marca uma nova fase para a economia nordestina, visto o programa de incentivo à indústria da Região, levado a cabo pelo Governo Federal através da SUDENE e do BNB, criados na década de 1950. Implantou-se um sistema de incentivos fiscais e financeiros, que contribuiu decisivamente para estimular a aplicação produtiva das poupanças nacionais, ao mesmo tempo em que atraía capitais e iniciativa empresarial de outras regiões.<sup>21</sup> A partir daí se daria o advento da indústria incentivada no Nordeste, que teve papel fundamental para a economia da Região.

O Estado do Ceará passaria a participar de uma disputa junto aos demais estados da região pelos recursos administrados pela SUDENE e pelo BNB. Entretanto, a economia cearense até então eminentemente agrícola, encontrava-se extremamente desaparelhada para disputar os investimentos privados de forma a impulsionar sua incipiente indústria. O mesmo não acontecia com as economias da Bahia e de Pernambuco que, em estágio mais avançado em relação àquela, ofereciam melhores condições para participarem dessa fase da industrialização, que se inicia no Nordeste, saindo à frente na captação dos investimentos incentivados.

No início da década de 1960, quando passa a disputar tais investimentos, o Ceará ainda tinha escassez de energia elétrica, sérios problemas de abastecimento de água e poucas estradas em precárias condições, principalmente no interior. Mesmo Fortaleza, mais desenvolvida, o centro da economia cearense, que exercia papel fundamental para as atividades produtivas do Ceará, passava por essas limitações. Havia a necessidade de investir em infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e serviços de apoio à produção, uma vez que os recursos incentivados eram praticamente a única fonte de poupança disponível capaz de reverter seu atraso industrial.

Naquela década pôde-se notar, pela primeira vez, uma forte preocupação em oferecer condições para o progresso da indústria local. Constata-se que a baixa participação da indústria de transformação cearense (inferior a 8% do PIB estadual) em boa parte estava vinculada à falta de infra-estrutura tanto física quanto organizacional. Foram realizados investimentos

consideráveis nessa área, detalhados neste capítulo, buscando tornar o Estado competitivo na atração de empreendimentos e ter maior acesso ao sistema de incentivos regionais.

Até então, os Estados da Bahia e de Pernambuco, detentores de mercados mais atrativos e melhor estruturados, foram os mais beneficiados com o sistema de incentivos fiscais, ficando o Ceará em segundo plano<sup>22</sup>. Contribuíam para esse distanciamento a indisponibilidade de energia elétrica neste último, a oferta de água e os limites ao escoamento da produção.

As realizações dessa fase resultaram em aumento considerável da capacidade de fornecimento de energia elétrica, na ampliação e melhoria das estradas e da rede de abastecimento de água. Investiu-se em qualificação de mão de obra e houve progressos no campo educacional.<sup>23</sup>

Infelizmente não estão acessíveis os registros de todas as realizações da década de 1960, entretanto, com o disponível já é possível perceber a carência infraestrutural e o relevante progresso alcançado, como veremos nos tópicos seguintes.

Esta década não marcou apenas um avanço em infra-estrutura física pois, com a criação do Distrito Industrial de Fortaleza e do Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE), no Governo Virgílio Távora (1963-66), o estado passa a contar com uma estrutura de apoio à industrialização, integrada à Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC) e à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Contando, ainda, com suporte da SUDENE e do BNB, que administravam os incentivos fiscais provenientes da composição dos artigos 34/18. Os recursos eram depositados no BNB, que participava com a SUDENE na liberação para os projetos aprovados, mediante contrapartida das empresas candidatas em relação ao total do investimento.

---

<sup>21</sup> No contexto da economia nacional, a integração regional se fez necessária ao desenvolvimento nacional como opção para crescer e não estagnar. Parte do excedente gerado no centro-sul, não convertido em capital produtivo, pôde "vazar" em direção às regiões incentivadas. Ver CANO (1985, p. 58 e 253) e PACHECO (1991).

<sup>22</sup> Ver SOARES & EWBANK ROCHA, 1989.

<sup>23</sup> Em 1964, chega a energia de Paulo Afonso à Fortaleza e Caucaia (cidade que compõe a metrópole) com a conclusão da linha de transmissão Milagres-Banabuiú-Fortaleza, obra realizada pela Cia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), passando o Estado a ser o terceiro consumidor de energia do Nordeste. Ao analisarmos as obras realizadas na década de 60, é possível constatar que a estrada de ligação com as capitais do Nordeste, só vem a ser pavimentada em 1964/65; as ligações entre a metrópole e interior, seja por via rodoviária ou ferroviária (trechos curtos e não integrados), ofereciam graves limitações à industrialização. Onde o transporte marítimo, embora alvo de melhorias, exercitava papel importante no escoamento da produção, especialmente o porto de Fortaleza, estando o ancoradouro de Camocim, que dava vazão à produção da região de Sobral, desativado. Ver CEARÁ (1965) e CASTELO (1969).

Cabe ainda destacar a importante participação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) criada em 1952, na captação de projetos industriais, intermediando inúmeros incentivos adicionais oferecidos pelo Governo Estadual.

O Estado do Ceará adiantava financiamentos da SUDENE, mantinha participação acionária na empresa (muitas vezes cabendo ao empreendedor a contrapartida de apenas 6,25% do capital inicial) e oferecia isenção de impostos por dez anos para firmas instaladas em Fortaleza e por cinco anos em outras cidades, revelando uma estratégia de investimento concentrado na capital, centrada nas vantagens que esta oferecia como melhor e talvez a única alternativa de crescimento mais rápido.<sup>24</sup>

Os resultados para a economia cearense foram positivos e, gradativamente, o Ceará passou a elevar sua participação na captação de projetos incentivados junto à SUDENE, mantendo em ascensão o ritmo de obras em infra-estrutura.

Mesmo que o processo de centralização tributária, iniciado em meados da década de 1960, tenha atingido seu pico em 1975, na década de 1970 elevou-se de forma consistente o ritmo de obras em infra-estrutura. O que propiciou melhores condições estruturais para disputa dos recursos incentivados e para impulsionar o crescimento econômico.

Da mesma forma, nos seis primeiros anos da década de 1980, mesmo diante da forte crise econômica pela qual o país passava, o setor público cearense manteve o ritmo ascendente das realizações no campo da infra-estrutura.

Já nos anos finais da década de 1980, o ajuste fiscal, que foi a medida central do primeiro mandato do grupo político de cunho empresarial, prejudicou a manutenção do ritmo ascendente de obras em infra-estrutura. Como muito já havia sido feito neste campo, o fato de o governo estadual direcionar menos esforços e recursos para esse vetor de crescimento, priorizando o ajuste, não afetou de forma relevante as condições estruturais necessárias ao desenvolvimento da economia local.

As primeiras medidas governamentais implantadas no início do período 1987-98 buscaram realizar um ajuste das contas estaduais, resultando em aumento da arrecadação e controle do crescimento dos gastos a partir de uma renegociação da dívida e da redução de pessoal, permitindo uma expressiva expansão da capacidade de investimento do governo. Embora o principal fator para que esta situação favorável fosse alcançada, tenha sido o conjunto de

---

<sup>24</sup> O que contribuiu para reforçar a concentração espacial de atividades na área metropolitana.

modificações introduzidos pela Constituição Federal de 1988, que desconcentrou a arrecadação em favor dos Estados e Municípios e contribuiu decisivamente para que, a partir de 1988, o peso da receita dos estados brasileiros se elevasse, conforme se pode verificar na Tabela 1.

**TABELA 1- RECEITA PRÓPRIA E DISPONÍVEL DAS ESFERAS DE GOVERNO**

	Receita Própria (%)			Receita Disponível (%)		
	União	Estado	Município	União	Estado	Município
1980	75	22	3	69	22	9
1988	71	26	3	62	27	11
1994	66	29	5	58	27	15

Fonte: Extraído de Affonso (1997: 26-27).

No caso específico do Ceará, devido ao elevado peso das transferências federais em suas receitas, este aumento, somado ao aumento de outras fontes de receita fiscal teve um impacto muito forte sobre sua realização orçamentária, na medida em que as despesas não cresceram na mesma proporção.

Como é possível constatar na tabela 2, o aumento da receita resultou em um substancial aumento da margem de poupança e na aplicação de capital por parte do governo estadual.

**TABELA 2 - FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ:  
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (US\$ Milhões)**

	1980	1984	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Receita Líquida	174,6	210,0	387,5	410,7	687,3	778,9	1.135,7	945,7	862,6
Despesa Líquida	175,7	182,4	353,0	339,3	369,5	462,3	597,2	535,7	524,3
Margem de Poupança	(1,1)	27,6	34,5	71,4	317,8	316,5	538,4	410,0	338,2
Encargos da Dívida	23,0	19,6	84,7	448,9	135,5	231,2	205,6	77,8	85,1
Despesa com Pessoal	106,6	93,8	210,0	215,1	213,7	294,4	348,9	267,8	264,6
Aplicação de Capital	109,9	20,9	125,8	26,6	214,4	151,9	275,8	301,0	277,6
RL/DL* (%)	59,7	101,6	78,1	83,1	101,7	98,8	113,5	111,2	104,7
DP/RL** (%)	61,0	44,7	54,2	52,4	31,1	37,8	30,7	28,3	30,7
EDF/RL*** (%)	13,2	9,3	21,8	109,3	19,7	29,7	18,1	8,2	9,9

Fonte: Smith & Alves (1993).

Obs: (1) Tabela a preços médios de 1992, inflacionados pelo IGP-DI. (2) O valor para 1980, é estimado.

\* Receita Orçamentária Líquida/Despesa Orçamentária Líquida \*\* Despesa de Pessoal/Receita Orçamentária Líquida

\*\*\* Encargos da Dívida Fundada/Receita Orçamentária Líquida

Em 1988, a receita líquida ultrapassou em US\$ 299,8 milhões o último ano do período 1964-1986, o que representou 77,4% a mais de receita, crescimento percentual que se comparado a 1980 sobe para 393,%. Outra vez tomando como base 1986, o acréscimo de receita líquida

chegou a ser de 193,1% em 1990, recuando para 122,6% em 1992, ainda representando uma receita líquida muito superior em espaço de tempo relativamente curto.

O expressivo aumento da receita possibilitou que as relações Despesa com Pessoal (DP)/Receita Líquida (RL) e Encargos da Dívida Fundada (EDF)/RL caíssem, criando condições para o crescimento dos investimentos públicos. Enquanto as relações DP/RL e EDF/RL em 1986, eram 54,2% e 21,8% respectivamente, em 1992, caíram para 30,7% e 9,9%. Ou seja, somados os percentuais destes dois passivos, estes caíram de 76% em 1986 para 40,6% da Receita Líquida.

Como as Despesas Líquidas (DL) de 1986 a 1992 cresceram bem menos que as RL, a margem de poupança (RL - DL) aumentou substancialmente, crescendo US\$ 334,7 milhões, ou 880,3%. Sendo que, já a partir de 1988, o menor acréscimo da margem de poupança em relação a 1986, foi de US\$ 282 milhões obtidos em 1989, superior em 817,4%.

Conseqüentemente, já nos primeiros anos do período 1987-98, a capacidade de realizações do Governo do Estado do Ceará foi significativamente ampliada pela disponibilidade de recursos. Se acompanharmos a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, no período 1984-89, em relação ao PIB do Estado, teremos ano a ano os seguintes percentuais: 4,92% (1984), 6,25% (1985), 4,70% (1986), 10,12% (1987), 16,01% (1988), e 10,47% em 1989<sup>25</sup>. Demonstrando sensível aumento da capacidade de investimento governamental.

O comportamento da arrecadação no Estado do Ceará demonstra que as receitas continuaram subindo. Dois exemplos importantes foram a arrecadação de ICMS de competência estadual e a do IPI, que em parte retornam aos estados e em 1985 eram R\$ 484 milhões e R\$ 45 milhões respectivamente, em 1995 atingiram R\$ 951 milhões e R\$ 134 milhões (em reais de 1995, corrigidos pelo IGP-DI da FGV). Em 1996, a arrecadação destes impostos volta a crescer no Ceará, atingindo R\$ 1,18 bilhão em ICMS e R\$ 149 milhões em IPI (em reais de 1996). Mesmo que estes sejam valores de 1996, notadamente em relação ao ICMS, houve relevante ganho real. O ICMS continua subindo e em 1998 atinge R\$ 1,34 bilhão (em reais de 1998).

Mas, mesmo com a ampliação da capacidade de arrecadação estadual, como veremos nos próximos tópicos, as realizações no campo da infra-estrutura cearense não apresentaram um aumento proporcional e, em boa parte dos casos, mantiveram o mesmo ritmo de crescimento e até mesmo tiveram este ritmo reduzido no período 1987-98.

---

<sup>25</sup> Percentuais calculados a partir de dados da SUDENE, 1990A.

## **1.2 Aspectos Específicos**

Nos próximos tópicos serão demonstrados os avanços da infra-estrutura em setores que influenciam mais diretamente as atividades econômicas: transportes, energia e recursos hídricos.

Não foi possível obter dados referentes a quatro anos do longo período 1964-1998 (1965/66/70/82) e alguns dados não são fornecidos todos os anos de forma uniforme, visto que a principal fonte de informações, os Anexos às Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que discorrem sobre as realizações do governo estadual, não obedecem uma metodologia padrão.

Mas estas deficiências não comprometem o objetivo de avaliar a extensão das ações governamentais da esfera estadual anteriores à 1987, ano em que o grupo político liderado pelos empresários cearenses passa a governar o Estado do Ceará.

A avaliação parte de 1964 por se tratar do ano no qual passam a vigorar os incentivos fiscais provenientes da composição dos artigos 34/18.

No decorrer da avaliação serão contrastados os períodos 1964-86 e 1987-98. O período mais antigo vai do ano da implantação do 34/18 ao ano anterior ao início do primeiro mandato do grupo político de cunho empresarial. O período mais recente agrega três mandatos alinhados sob o comando deste grupo.

### **1.2.1. Transportes**

#### **1.2.1.1. Infra-estrutura Rodoviária**

Em nosso levantamento sobre a infra-estrutura de transporte foi possível constatar importantes esforços por parte do governo estadual em suprir as carências existentes no modal rodoviário a partir da década de 1960.

Antes do governo estadual passar a ser governado pelas lideranças empresariais em 1987, o território cearense foi cortado por estradas de norte a sul e de leste a oeste. Como resultado, importantes estradas estratégicas foram construídas até então. Entre estas a "Estrada do Algodão", concluída em 1970, que se estende de Chorózinho a Iguatu, ligando do norte ao sul quase toda extensão central a leste do Estado do Ceará. Esta estrada, com extensão de 305 Km, tem sido de

suma importância para o escoamento da produção agrícola estadual, notadamente na fase áurea da cotonicultura.

Outra estrada estratégica construída foi a Estrada Central do Ceará (CE-71 e CE-55), com cerca de 800 Km ligando o município de Camocim (município litorâneo a noroeste cearense) ao município de Crato, rodovia de grande importância pois atravessa todo o território cearense ligando o sul e centro-norte do Ceará ao Porto de Camocim.

Ainda no sentido longitudinal construiu-se a Rodovia da Confiança (CE-75) que, em seus 527 Km, interligou de Viçosa do Ceará a Campos Sales 18 municípios e, conseqüentemente, o norte ao sul do oeste do Estado do Ceará.

No sentido transversal também se avançou, tendo sido construída a Rodovia Perimetral Sul (concluída em 1977), com extensão de 122,5 Km em asfalto. Importante rodovia por interligar a região sul do Ceará à Rodovia Transamazônica e complementar a ligação da BR-116 ao Estado do Piauí, proporcionando assim ao triângulo industrial do sul do Ceará (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) melhores condições de escoamento de sua produção para o Piauí e Maranhão.

Também construiu-se a Rodovia Presidente Geisel (concluída em 1979), a primeira grande rodovia transversal do Ceará, também denominada Anel Central, com extensão de 353,3 Km em asfalto, que se estende de Limoeiro do Norte (divisa com Rio Grande do Norte) a Sobral, interligando oito municípios e as BR-116, BR-122, BR-222, BR-020 e ligando de leste a oeste quase toda extensão ao norte da faixa central do território cearense.<sup>26</sup> Com sua construção foi possível preencher o espaço físico, à época praticamente vazio, existente entre as micro-regiões por ela atravessadas, aproximando os sertões do Canindé e Quixeramobim que desenvolviam significativos projetos agroindustriais e possibilitando o escoamento, até então deficiente, da produção de micro-regiões envolvidas, responsáveis por importante parcela da produção estadual.

Ainda no sentido transversal, foi concluída em 1976, a interligação entre duas rodovias de grande importância estadual, a CE-75 (Rod. da Confiança) e a CE-55 (Rodovia Central do Ceará), numa extensão de 182 Km, ligando os municípios de Crateus e Senador Pompeu e parte do leste e do oeste central do território cearense.

---

<sup>26</sup> A BR-116 sai de Fortaleza em direção ao sudoeste e passa em Boa Viagem (CE), divisa com Piauí, prosseguindo neste estado; a BR-122 sai de Fortaleza em direção sudeste, passa por Russas (CE) e Icó (CE), divisa com Pernambuco, continuando por este estado; a BR-222 sai de Fortaleza em direção ao leste e passa por Sobral (CE), divisa com o Piauí, prosseguindo neste estado e; a BR-020 liga Fortaleza a Brasília.

Já no período 1987-98, os registros das realizações governamentais fazem alusão à construção de uma única estrada a ser destacada como de importância para a rede rodoviária estadual. Trata-se da Rodovia Costa do Sol Poente com extensão de 176 Km, situada no litoral a oeste de Fortaleza que, de Itapipoca a Caucaia (vizinha a Fortaleza), interliga seis municípios e cuja importância está relacionada ao turismo e ao acesso rodoviário ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em construção no Município de São Gonçalo do Amarante distante 42 Km de Fortaleza. Esta rodovia ainda não se encontrava concluída em 2001, tendo sido concluída em 2002 a parte da rodovia que permite o acesso ao Complexo de Pecém.

A análise da evolução física da malha rodoviária cearense como um todo nos mostra que os avanços mais importantes deste importante vetor da infra-estrutura, foram realizados antes de 1987, qualquer que seja a jurisdição das redes rodoviárias, conforme é possível constatar na tabela 3.

**TABELA 3**  
**EXTENSÃO DA MALHA RODOVIÁRIA CEARENSE POR JURISDIÇÃO 1964/1997 (KM)**

MALHA RODOVIÁRIA	1964	1970	1980	1986	1997 (2)
<b>EXTENSÃO TOTAL</b>	<b>13.089</b>	<b>NC</b>	<b>49.576</b>	<b>49.443</b>	<b>49.642</b>
<b>Rede Rodoviária Federal</b>	<b>1.768</b>	<b>2.158</b>	<b>2.261</b>	<b>2.673</b>	<b>2.715</b>
Pavimentada	361	1.003	1.603	1.804	2.066
Planejada	0	0	NF (1)	507	401
sem Pavimentação	1.407	1.155	658	362	248
<b>Rede Rodoviária Estadual</b>	<b>1.878</b>	<b>4.213</b>	<b>6.128</b>	<b>7.882</b>	<b>8.038</b>
Pavimentada	16	729	2.537	3.745	3.270
Planejada	0	0	NF (1)	973	1.527
sem Pavimentação	1.862	3.484	3.591	3.164	3241
<b>Rede Rodov. Municipal</b>	<b>9.443</b>	<b>NC</b>	<b>38.417</b>	<b>38.888</b>	<b>38.889</b>
Pavimentada	0	NC	281	295	373
Planejada	0	0	NF (1)	424	336
sem Pavimentação	9.443	NC	38.136	38.169	38.180

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Convenções: Dado não confiável/divergente (NC); Dado não fornecido (NF)

Obs: (1) O trecho referente às rodovias planejadas pertencentes ao Sistema Nacional de Viação não foi fornecido por jurisdição, correspondendo a um total de 2.770 Km.

(2) O último ano pesquisado pelo IBGE foi 1997. Segundo o governo estadual, em 1998, a rede sob sua jurisdição continha cerca de 8.300 Km (Ceará, 1999)

A infra-estrutura viária é um claro exemplo da importância das ações governamentais anteriores para o êxito dos governos liderados pelo grupo empresarial que governa o Ceará desde 1987.

De fato, no que se refere principalmente à rede rodoviária sob jurisdição municipal e à rede sob jurisdição estadual, o aumento da extensão rodoviária foi muito superior no intervalo pesquisado na década de 1960 e durante a década de 1970, conforme pode ser visualizado na tabela 4. Mesmo no curto intervalo 1981-86, diante da forte crise financeira e fiscal que o Estado do Ceará atravessou, a malha rodoviária estadual, nosso objeto principal, cresceu mais que em todo o período 1987-1998.

**TABELA 4 - QUILOMETRAGEM ACRÉSCIDA POR REDE RODOVIÁRIA - CEARÁ**

MALHA RODOVIÁRIA (KM)	1965-1970	1971-1980	1981-86	1965-1986	1987-1997 (1)
<b>Rede Rodoviária Estadual</b>	<b>2.335</b>	<b>1.915</b>	<b>1.754</b>	<b>6004</b>	<b>156</b>
Pavimentada	713	600	201	1.443	- 475
Planejada	0	0	NF	507	554
<i>Acréscimo médio anual total</i>	<i>233,5</i>	<i>191,5</i>	<i>292,3</i>	<i>272,9</i>	<i>14,2</i>
<b>Rede Rodov. Municipal</b>	<b>NC</b>	<b>NC</b>	<b>471</b>	<b>29.445</b>	<b>1</b>
Pavimentada	NC	NC	281	295	78
Planejada	0	0	NF	424	-88
<i>Acréscimo médio anual total</i>	<i>NC</i>	<i>NC</i>	<i>78,5</i>	<i>1.338,4</i>	<i>0,09</i>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Convenções: Dado não confiável/divergente (NC); Dado não fornecido (NF)

Obs: (1) O último ano pesquisado pelo IBGE foi 1997.

Vale destacar também que a extensão total da malha rodoviária cearense, após ter crescido em 36.487 Km entre 1964-80, ou seja, a elevadíssima média anual de 2.280 Km, praticamente não se alterou de 1980 a 1998.

A quilometragem acrescida após 1987, bastante inferior que a dos períodos anteriores, nem mesmo foi compensada por um avanço em rodovias pavimentadas e/ou planejadas, e ainda na duplicação de trechos.

Mas, como podemos verificar na tabela 2, a soma do acréscimo na extensão pavimentada e planejada da rede rodoviária estadual no período 1987-98, não foi superior nem ao curto sub-período 1981-86. Partindo dos dados da tabela 4, o cálculo do acréscimo médio anual de trechos pavimentados e planejados nos levará a 88,6 Km no período 1964-87 contra apenas 7,2 Km no período 1987-98.

Quanto à **duplicação** de trechos rodoviários, as realizações relacionadas nos anexos das prestações de contas do governo estadual (Mensagem à Assembléia Legislativa) referentes ao período 1987-98, fazem alusão a apenas 52 Km duplicados em 1998.

Uma análise da tabela 5, confirma a grande discrepância entre as realizações no modal rodoviário do período 1964-86 e do período 1987-1998, governado pelo grupo político de cunho empresarial.

**TABELA 5 - TRECHOS E PONTES CONSTRUÍDOS PELO GOVERNO ESTADUAL**

	Trechos (Km)	Pontes (unid / m)		Trechos (Km)	Pontes (unid / m)		Trechos (Km)	Pontes (unid / m)
1963	NE	8 / 145	1975	208,4	15 / ND	1987	0	0
1964	71,52	8 / 163	1976	650,5	9 / NF	1988	248,5	NF
1965	NE	NE	1977	518	7 / ND	1989	208	NF
1966	NE	NE	1978	231,3	3 / 835,8	1990	0	0
1967	35	5 / 193,3	1979	279,8	0	1991	103,4	4 / 115
1968	47,16	4 / 147,52	1980	392,96	15 / 427,8	1992	74,1	3 / 56
1969	245	11 / 306	1981	342,3	33 / 1.243	1993	37,2	6 / NF
1970	NE	NE	1982	NE	NE	1994	34,3	0
1971	130,5	4 / 329	1983	435	0	1995	2,66	1 / 60
1972	201	4 / 224	1984	383	2 / 195	1996	39,7	0
1973	308	7 / NF	1985	111,4	0	1997	4,51	0
1974	303,9	23 / NF	1986	704,95	4 / 146	1998	266,78	0

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Convenções: Fonte não encontrada (NE); Dado não fornecido (NF)

Obs: Inclui a construção de estradas vicinais sob a jurisdição municipal. No ano de 1988, por exemplo, foram construídas 223,2 Km de estradas vicinais.

Como podemos observar na tabela 5, exceto pelos anos de 1988-89 e 1998, na grande maioria dos anos do período anterior a 1987-98, para os quais os dados estão disponíveis, a extensão rodoviária construída foi sensivelmente superior.

Tomando os anos para os quais os dados estão disponíveis, a média de trechos construídos pelo governo estadual no período 1964-1986, foi de 212,9 Km por ano, 2,5 vezes a média de 84,9 Km/ano do período 1987-98.

Da mesma forma, 162 pontes foram construídas nos anos para os quais existem registros do período 1963-86, o que equivale à média de 8,5 pontes por ano em que há registro. Já no período 1987-98, segundo os registros existentes foram construídas apenas 14 pontes, equivalendo a uma média de 1,4 pontes/ano, ou seja 6 vezes menos que a média do período anterior.

Após 1987, a alegação do governo que se seguiu era de que encontrou as rodovias em precárias condições e a prioridade era a conservação, recuperação e/ou reconstrução da malha rodoviária.

A análise da Tabela 6, realmente nos mostra que nos itens estritamente relacionados à melhoria da malha rodoviária, as realizações do período 1987-98, superam o realizado no período anterior.

Enquanto nos nove anos do período 1963-86, para os quais existem dados disponíveis, foram recuperados e/ou reconstruídos 1.690 Km, representando uma média de 187,8 Km ao ano, nos 12 anos do período 1987-98 o total alcançado foi 3.952 Km, ou seja, uma média anual de 329,3 Km, 1,75 vezes a média anterior.

Nos 10 anos com informações disponíveis do período 1963-86, foi feita a conservação de 52.463 Km de estradas, o que representa uma média anual de 5.246,3 Km. Já nos 12 anos com informações do período 1987-98, foram conservados 101.066,7 Km, ou seja 8.422,2 Km em média por ano, 1,6 vezes mais que o período anterior.

É preciso considerar que para cerca de metade dos anos do período 1963-86 os dados referentes à conservação, recuperação e reconstrução não constam dos registros governamentais e, caso constassem, talvez registrássemos vantagem maior em favor do período 1987-98.

**TABELA 6 - OBRAS REALIZADAS NA MALHA RODOVIÁRIA PELO GOVERNO ESTADUAL - 1963-1998**

(continua)

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Trechos asfaltados (Km)	NE	16,3	NE	NE	35	16,1	234	NE	97,3	142,4	246	127
<b>Total</b>								<b>529,3</b>	<b>626,6</b>	<b>769</b>	<b>1.015</b>	<b>1142</b>
Revestimento Primário e/ou poliédrico-Km	23	NF	NE	NE	NF	NF	11	NE	34,34	102	64	151
Conservação -Km	2.178	11.618	NE	NE	17.176	3.000	NF	NE	NF	NF	NF	7.220
Restauração - km	NE	NF	0	NE	NF	NF	NF	NE	NF	NF	NF	NF
<i>Recapeamento Asfáltico</i>	<i>NE</i>	<i>NF</i>	<i>NE</i>	<i>NE</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>	<i>NE</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>

(continuação)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Trechos asfaltados (Km)	60	13	420	282,4	309	388,9	327,9	NE	110,5	0	51	209,7
<b>Total</b>	<b>1.148</b>	<b>1.161</b>	<b>1.581</b>	<b>1.863,4</b>	<b>2.172,4</b>	<b>2.561,3</b>	<b>2.889,2</b>					
Revestimento Primário e/ou Poliédrico (Km)	130	NF	NF	240,341	53	106,86	197,19	NE	NF	419,95	413,443	4,1
Conservação (Km)	3.863	3.813	NF	2.638	NF	NF	NF	NE	NF	149	808	NF
Restauração (Km)	237	182	93	418	183	NF	NF	NE	NF	91	478	8,3
<i>Recapeamento Asfáltico</i>	<i>32</i>	<i>103</i>	<i>93</i>	<i>15</i>	<i>183</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>	<i>NE</i>	<i>NF</i>	<i>91</i>	<i>4,7</i>	<i>0</i>

(conclusão)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Trechos asfaltados (Km)	0	30,7	NF	0	NF	1,7	0	34,5	2,7	39,7	4,5	NF	
<b>Total</b>													
Revestimento Primário e/ou Poliédrico (Km)	12	192,5	NF	NF	90,4	72,2	NF	0	0	0	0	0	
Conservação (Km)	12005	056,2	5.811	9.859	4.923		11.587	8.216,1	9.151,4	10.492,5	12.600	11.676	20.987
Restauração (Km)	50	239,5	603	776	497,421	1,9	352,70	578,70	375,6	61,8	202	3	
<i>Recapeamento Asfáltico</i>	<i>50</i>	<i>5,8</i>	<i>NF</i>	<i>NF</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>103,9</i>	<i>151</i>	<i>326,3</i>	<i>0</i>	<i>38</i>	<i>0</i>	

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Convenções: Fonte não encontrada (NE); Dado não fornecido (NF);

Obs: Inclui algumas obras em estradas sob a jurisdição federal e municipal.

Devemos considerar também que, por relevarem as obras de conservação a um segundo plano frente aos expressivos resultados alcançados com a expansão da extensão da malha rodoviária, a grande maioria dos registros do período 1963-86 não citam determinadas obras pouco complexas registradas no período 1987-98, como o roço das margens por exemplo. Além de que o aumento da extensão da malha faz com que as obras de conservação e recuperação também cresçam.

Já no que se refere aos trechos pavimentados em asfalto ou revestimento primário e/ou poliédrico que também estão relacionados com a construção de estradas, os resultados alcançados no período 1963-86 foram sem dúvida muito superiores aos do período mais recente.

No período 1963-86, considerando os 14 anos com informações disponíveis, foram pavimentados com revestimento primário e/ou poliédrico 2.261,8 Km de estradas, o que representa uma média anual de 161,6 Km. Já nos nove anos com informação do período 1987-98, foram revestidos 367,1 Km, ou seja, 40,8 Km em média por ano, cerca de quatro vezes menos que o período anterior.

No que se refere ao asfaltamento, os resultados alcançados no período 1987-98, foram ainda menores. Nos nove anos para os quais foram fornecidas informações deste período mais recente, o Governo do Estado asfaltou apenas 113,8 Km, o que representa uma média anual de 12,6 Km. Já no período 1963-86, nos 19 anos com informações disponíveis, foram asfaltados 3.086,5 Km, ou seja, em média 162,4 Km por ano, praticamente 13 vezes mais que no período mais recente.

Se considerarmos os anos com informações disponíveis, nem mesmo as obras de recapeamento asfáltico do período 1987-98 compensariam a reduzida kilometragem asfaltada deste período em relação ao período 1963-86. Visto que no sub-período 1963-74 não foram discriminados os trechos em que se realizaram obras de recapeamento asfáltico, considerando só o sub-período 1975-87, foram recapeados 521,7 Km nos oito anos com informações, o que representa uma média anual de 65,2 Km. Esta média é apenas ligeiramente superior no período 1987-98, atingindo 67,5 Km, uma vez que nos dez anos com informações disponíveis foram recapeados em asfalto 675 Km.

Precisamos levar em conta que caso fossem discriminados os trechos onde houve recapeamento asfáltico no sub-período 1963-74, muito provavelmente constataríamos uma superioridade em favor do período 1987-98. Mas não o suficiente para compensar a elevada

diferença entre as médias anuais dos trechos asfaltados, que foi inferior em 149,8 Km no período 1987-98 em relação ao período 1963-86.

Assim, se fizermos um balanço geral, ainda considerando que o custo do Km construído é significativamente superior ao custo da conservação ou mesmo da recuperação ou reconstrução, constaremos que os avanços na infra-estrutura rodoviária apresentados no período 1963-86, foram bem mais expressivos que no período 1987-98, governado pelo grupo político de origem empresarial.

Isto ocorreu mesmo considerando a expressiva diferença da receita estadual em favor do período 1987-98.

#### 1.2.1.2. Infra-estrutura Ferroviária

No que tange às ferrovias muito pouco se fez alusão nos anexos das Mensagens à Assembléia Legislativa que registram as realizações dos governos estaduais. Isto se deve ao fato do sistema ferroviário do Ceará ser explorado por um braço da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e, conseqüentemente, a ação do governo estadual ter se limitado a negociações para que os programas desta empresa se enquadrassem às diretrizes viárias previstas nos planos de governo.

A única atuação do governo estadual no que se refere ao transporte sobre os trilhos diz respeito a sua participação no projeto em implantação do metrô de superfície, que teve seu impulso inicial no primeiro ano do governo do grupo político de cunho empresarial. Em 25 de setembro de 1987 foi criado o consórcio do trem Metropolitano de Fortaleza (METROFOR) com o objetivo de implantar um sistema ferroviário de superfície para atender ao transporte de passageiros nas linhas tronco norte e sul da RMF. Neste ano iniciaram-se as negociações para obtenção de crédito externo no intuito de viabilizar a primeira parte do projeto.

O projeto previa o aproveitamento do leito ferroviário existente, com 42 Km em via dupla, e para isto foi realizado em 1989 um levantamento topográfico da malha ferroviária da RMF. Previa-se também a utilização de 25 estações existentes a serem reformadas e adaptadas ao metrô de superfície, concluindo-se a obra da infra-estrutura da primeira fase do pátio externo de cargas da Estação de Aracapé.

Das instituições financeiras internacionais contatadas para financiar o projeto, as negociações progrediram com o EXIMBANK do Japão, que se mostrou interessado na empreitada e formalizou em 1989, perante a Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU), a intenção de financiar inicialmente US\$ 180,3 milhões para a implantação do primeiro estágio do projeto.

Os investimentos para realização do projeto ficaram a cargo da União, cabendo ao governo cearense os custos com desapropriação e a futura operação do sistema.

Desde que se iniciaram os primeiros estudos para a implantação do metrô de superfície, que passou a ser conhecido como METROFOR, as realizações foram as seguintes:

*1991 - conclusão das duas primeiras estações do METROFOR: Alto Alegre e Araturi.*

*1994- construção da plataforma, acessos, superestrutura do pátio e instalações administrativas da Estação Vila das Flores*

*1995 - conclusão de todos estudos de viabilidade técnico-econômica e do projeto de implantação do METROFOR prevendo a instalação de 43 Km de linha duplicada na linha principal Maracanaú-Fortaleza-Caucauia, 32 Km de linha singela, pátio externo de cargas para o sistema RFFSA, sete Km de linha singela para reativação do ramal de Maranguape que se integrará ao sistema principal e 31 estações.*

*1996 - conclusão da ponte sobre o rio Maranguapinho, localizada no Km 8,8 da Linha Tronco Norte no Município de Fortaleza.*

*1998 - firmado o Acordo de Empréstimo entre o Governo Federal e o EXIMBANK no valor de US\$ 268 milhões para o primeiro estágio do projeto.*

Como podemos constatar, nos 10 anos em que se arrastaram as negociações com o EXIMBANK até que o acordo tenha se firmado em 1998, ano limítrofe do período que nos propomos analisar, a implantação do projeto do metrô de superfície praticamente não avançou.

Foi a partir do acordo de empréstimo que as obras do METROFOR tomaram um impulso. Em 1999, foram iniciadas as primeiras obras referentes à construção das linhas férreas em um trecho de 17 Km da linha de carga do tronco norte-sul. Até o ano 2000, último ano em que as informações foram obtidas, as obras deste trecho se encontravam em estágio avançado e haviam sido concluídas duas pontes férreas, dois viadutos ferroviários, quatro passagens inferiores para pedestres e estavam em andamento outros cinco trechos de pequena extensão.

É preciso reconhecer que esta obra terá um importante papel para o sistema de transporte da RMF, propiciando uma opção de locomoção que poderá desafogar os trechos com maior tráfego de automóveis de Fortaleza. Entretanto, sua conclusão ainda está bastante distante devido

à complexidade e ao ritmo das obras, bastante prejudicado pelo longo período de negociações para obtenção de financiamento.

Uma vez que o EXIMBANK tenha manifestado formalmente sua intenção de financiar o projeto em 1989, sua efetivação apenas em agosto de 1998 sugere que houve morosidade no cumprimento das exigências técnicas e contratuais para que o financiamento fosse aprovado.

Em suma, este modal de transporte não pode ser considerado um vetor de infra-estrutura em que houve progresso significativo no período 1987-98.

### 1.2.1.3 Infra-estrutura Portuária

Em 1964, foi criada a Companhia Docas do Ceará, sociedade de economia mista que passou a se encarregar da administração dos portos cearenses, retomando assim o governo estadual esta competência perdida a cerca de 25 anos. Até então o Ceará possuía basicamente dois portos, Mucuripe e Camocim, sendo este segundo praticamente restrito à atividade pesqueira.

Mas, embora a administração dos portos tenha sido retomada pelo governo estadual, infelizmente, de 1963 a 1991, nos anexos às Mensagens Legislativas referente às realizações governamentais, os registros das ações referentes à infra-estrutura portuária estranhamente cessam após 1968. Como não foram encontradas nas bibliotecas públicas, inclusive as do governo, as Mensagens à Assembléia referentes aos anos de 1965 e 1966, lamentavelmente esta pesquisa só contou com registros de 1964, 1967, 1968 e 1969, o que impossibilitou uma avaliação do avanço estrutural em relação à infra-estrutura voltada para o transporte marítimo ocorrido no período 1963-86.

Antes dos registros oficiais passarem a omitir os avanços deste importante vetor de transporte, as ações governamentais demonstravam preocupação em ampliar a capacidade portuária pelo menos do porto de Mucuripe, localizado em Fortaleza.

Em 1964, no porto de Mucuripe foram realizados: proteção do cais, linha férrea, linhas de desembarque, calçamento a paralelepípedo da área do porto, instalações de nove poços profundos e bombas de distribuição às embarcações de diesel.

Para o biênio 1965-66, não foram obtidas informações. Já em 1967, a Cia Docas do Ceará iniciou a operação de seu sistema de armazenagem recolhendo as mercadorias em movimentação

no cais em seus armazéns. Neste mesmo ano também passou a explorar o importante serviço de capatazia, anteriormente realizado pela iniciativa privada. O que demonstra interesse governamental em se envolver com as atividades deste vetor de transporte.

Em 1968, foi concluído no Porto de Mucuripe o Armazém A-4 com 6.000 m<sup>2</sup> e a instalação do serviço de abastecimento de água, sendo também dotado de novos guindastes e empilhadeiras. No que se refere às obras de melhoramento, em 1968 foram realizadas obras de recuperação de pátios, da pavimentação do cais e do Parque Ferroviário.

Neste ano e em 1969 foi dada seqüência à construção do cais acostável do porto de Mucuripe, com o prolongamento de 160m.

Depois destas obras, as prestações de contas das ações do governo estadual apenas voltam a fazer referência a obras de infra-estrutura portuária realizadas em 1992, quando foi iniciada a dragagem da barra de acesso ao Porto de Camocim, para menos 4,00 metros, concluída em 1993.

Este foi o último ano do período 1987-98 em que foram registradas obras no portos de Camocim, sendo que, desde 1969, não se encontraram mais registros de obras no Porto de Mucuripe. A partir da inexistência de registros nas Mensagens sobre o Porto de Aracati, localizado no município de mesmo nome no litoral leste cearense, que foi o primeiro porto importante do Ceará no século IXX, podemos supor que esta opção foi descartada como alternativa ao escoamento por via marítima.

A partir de 1995, a construção do Complexo Portuário de Pecém passou a ser o alvo dos registros sobre as realizações governamentais no campo da infra-estrutura portuária. Esta obra se concluída será das mais importantes, não só para solucionar os limites do Porto de Mucuripe, mas também por contribuir para preencher lacunas da indústria cearense, caracterizada pela grande prevalência de ramos mais intensivos em trabalho.

Em 1995 foi aberta licitação para construção do Complexo Portuário de Pecém em São Gonçalo do Amarante, a 65 Km a oeste de Fortaleza, cujo ambicioso projeto previa um porto off-shore com ponte de acesso de 2.300 metros, dois píeres de atracação, quebra-mar de proteção de 1.700m de comprimento, calado de 15m a 16,5m, com capacidade para atracação de navios tipo "Panamax" (65.000 ton), Cape-Size (125.000 ton) e petroleiros (100.000 ton) e retroporto com 60ha inicialmente, com expansão prevista para 280ha. O porto previa uma capacidade inicial de operar 3,1 milhões de toneladas por ano.

Além da atividade portuária o Complexo do Pecém foi planejado para abrigar investimentos de porte. Até 1998 já haviam sido desapropriados 1.923 hectares, destinados às seguintes futuras atividades: Siderurgia (637 ha); Investimento Industrial da Petrobrás (686ha); Distribuidoras de Produtos de Petróleo (114ha); Terminal Intermodal (194ha); Área para investimentos industriais I (73ha); Área para investimentos industriais II (3ha); Estação Ecológica (5ha) e Reassentamento (211,15ha).

Até então havia sido desembolsado R\$ 115,20 milhões e as obras físicas deste complexo industrial e portuário, segundo as informações oficiais, se encontravam nos seguintes estágios: Estudo e projetos (80%); Desapropriações (14%); Obras Off-Shore (69%); Gerenciamento (64%); Obras On-Shore (59%); Rodovias de Acesso (100%); Sistema elétrico (84%); Adutora de água (42%) e Ferrovia de Acesso (80%).

Neste mesmo ano de 1998, o governo estadual divulgou a vinda da primeira grande refinaria estrangeira para o Brasil, depois da queda do monopólio da Petrobrás. A escolha do Complexo de Pecém pelo grupo alemão Thyssen Rheinstahl Technik para abrigar a refinaria, tratou-se de uma grande vitória do governo cearense sobre os pernambucanos que pretendiam atrair este investimento para o seu novo Porto de Suape. Uma vez que o empreendimento denominado Refinaria do Nordeste (RENOR), estimado em R\$ 1 bilhão, durante a fase de instalação, que estava previsto para se realizar entre 1999 e 2002, iria criar 42.024 empregos diretos e indiretos, quando injetaria cerca de R\$ 310 milhões na economia do Estado, segundo cálculos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) do Banco do Nordeste.

Entretanto, este e os outros investimentos foram paralisados após pairar sobre o Porto de Pecém uma seríssima suspeita de inviabilidade. Segundo fontes extra oficiais, houve um grave erro nos estudos ambientais uma vez que, devido aos fortíssimos ventos presentes na região costeira em que o porto foi construído, em cerca de metade do ano não seria possível atracar navios neste porto.

As informações sobre a inviabilidade do porto desapareceram da mídia, não tendo sido desmentidas nem discutidas e, no final de 2001, o porto foi inaugurado com divulgação nacional, pairando até o momento dúvidas por parte dos que estão a par desta questão.

Ao menos dois fatos contribuem para as suspeitas de inviabilidade do porto de Pecém. Primeiro, que após a primeira atracação de um navio levando um guindaste para o porto, desde a

primeira fase das obras terem sido concluídas, passaram-se vários meses sem que nenhum navio houvesse atracado novamente, fato estranho uma vez que o transporte marítimo seria uma alternativa importante para a seqüência das obras. Em segundo lugar que, em seguida, houve um período em que as obras foram paralisadas repentinamente. Sendo que a Companhia Siderúrgica Nacional, que se comprometera a construir uma siderúrgica abandonou este projeto, e o grupo Thyssen já ameaçou também abandonar o projeto da RENOR mais de uma vez depois de paralisar a implantação do mesmo. A Petrobrás já vem sendo citada como a principal executora da RENOR, papel anteriormente assumido pela Thyssen, que gradativamente já reduziu a menos da metade sua cota futura de participação.

Outra questão é que, por coincidência ou não, o Porto de Mucuri que não mereceu nenhum registro de obras nos anexos de realizações das Mensagens à Assembléia Legislativa no período 1987-98, logo após o período em que sugeriram as primeiras suspeitas sobre a viabilidade do Porto de Pecém, passou a ser alvo de importantes obras de melhoria e aperfeiçoamento, tendo sido reduzido consideravelmente seus custos de operação e conseqüentemente do frete.

Estranhamente, o governo estadual não se pronunciou de forma incisiva para desmentir as notícias da inviabilidade do Porto de Pecém e ainda vem afirmando que o complexo será construído, citando novos investidores que darão cabo do investimento.

Se isto realmente se consolidará, com ou sem o porto, uma vez que investimentos vultuosos, como o gasoduto Pecém-Guamaré (RN) com finalidade de fornecer gás a uma futura termo-elétrica, já foram realizados, ou se esta é uma jogada política, ainda não podemos afirmar, mas é fato que a dúvida ainda permanece.

Assim, supondo que a omissão das realizações do período 1964-86 indiquem que não houve evolução expressiva da infra-estrutura portuária neste período, enquanto o Porto de Pecém não apresentar provas de sua viabilidade, ainda não poderemos afirmar que este foi um vetor em que os avanços realizados no período 1987-98 superam as realizações do período anterior.

#### 1.2.1.4 Infra-estrutura Aeroportuária

No período 1964-86 é possível perceber que, ao contrário do vetor ferroviário e provavelmente do vetor portuário, a infra-estrutura aeroportuária foi alvo constante das ações do governo estadual, que demonstrou sua preocupação em desenvolvê-la nas diversas obras que

podemos constatar a partir do ano de 1967, primeiro ano do período com informações disponíveis.

#### Obras de Construção:

- 1967 - realizado o levantamento topográfico de 10 campos de pouso localizados nos municípios de Acaraú, Acopiara, Alto Santo, Aurora, Bela Cruz, Jaguaretama, Lavras da Mangabeira, Marco, São João do Jaguaribe e Senador Pompeu.*
- 1968 - concluídos os campos de pouso de Mombaça e Bela Cruz.*
- 1969 - concluído o campo de pouso de Iguatu.*
- 1970 - concluídos os campos de pouso de Russas e Tauá.*
- 1971 - concluídos os campos de pouso de Trairi e de Santa Quitéria.*
- 1972 - concluídos os campos de pouso de Limoeiro do Norte e Jaguaretama, ambos pavimentados com revestimento primário.*
- 1973 - concluído o campo de pouso de Tamboril.*
- 1974 - concluído o campo de pouso de Poranga.*
- 1979 - construído o campo de Pouso em Itatira devido à importância da jazida de urânio descoberta neste município.*

#### Obras de melhoramento, conservação e recuperação:

- 1968 - foram realizados serviços em Pedra Branca e Senador Pompeu, ampliado e asfaltado o campo de pouso de Iguatu e pavimentado o de Mombaça.*
- 1969 - recuperação do campo de pouso de Juazeiro do Norte.*
- 1971-74 - recuperação de 5 campos de pouso.*
- 1975 - realização de obras de recuperação e ampliação dos campos de pouso dos municípios de Assaré, Independência, Ipú, Ipueiras, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Nova Russas.*
- 1976 - recuperação dos campos de pouso de Tamboril e Cratéus.*
- 1977 - recuperação de nove campos de pouso.*
- 1978 - início das obras de melhoramento e ampliação do Aeroporto Pinto Martins de Fortaleza.*
- 1979 - o Aeroporto Pinto Martins foi elevado à categoria internacional, após as adaptações necessárias.*
- 1981 - ampliação do terminal de passageiros e do pátio de estacionamento de aeronaves do Aeroporto Pinto Martins.*
- 1981 - início das obras de ampliação do Aeroporto do Cariri com objetivo de sua regionalização.*
- 1984 - executada a ampliação e recuperação da pista do Aeroporto do Cariri.*
- 1985 - concluído o Aeroporto Regional do Cariri, depois de diversas obras de ampliação do antigo campo de pouso, entre elas a nova estação de passageiros.*

*1986 - transformação do Campo de Pouso de Juazeiro do Norte em aeroporto, após obras de ampliação, asfaltamento e iluminação da pista.*

Como é possível constatar, exceto pelos anos de 1964, 65, 67 e 1980, para os quais as fontes de informação não estão disponíveis, em cada um dos outros anos do período 1964-86 foram realizadas obras nos mais diversos municípios cearenses.

Já no período 1987-98, não pode ser observado o mesmo ritmo de obras, embora seja preciso reconhecer a importância da obra de ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins de Fortaleza, que apresentava-se insuficiente para atender a demanda existente.

Em 1990 é dado o primeiro passo para resolver esta limitação, com a licitação e elaboração do projeto básico para a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza, que previa uma nova estação de passageiros e transformação da atual estação em terminal de cargas e aviação geral, novo pátio para estacionamento de aeronaves e a ampliação da pista de pouso.

A seguir estão relacionadas a obras realizadas no período 1987-98:

*1990- realização de obras de melhoramento da pista, iluminação e sinalização que permitiram a operacionalização noturna do Aeroporto Regional do Cariri.*

*1991 - realização de obras de melhoramento (recapeamento asfáltico e sinalização das pistas) nos aeroportos de Sobral e Juazeiro do Norte.*

*1992 - realização do balizamento do Aeroporto Regional do Cariri.*

*1996 - recuperação dos Aeródromos de Cratêus e Camocim.*

*- obras de melhoramento do Aeroporto Regional do Cariri.*

*1998 - inauguração do novo Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza, viabilizado pela parceria de investimentos entre o Ministério da Aeronáutica, INFRAERO, EMBRATUR, Governo do Estado do Ceará (50% dos investimentos financiados pelo BID), Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ao custo de R\$ 98 milhões (valores de março de 1999), o novo aeroporto conta com uma área construída de 35.000 m<sup>2</sup>, pátio de aeronave com 120.000 m<sup>2</sup>, sete pontes de embarque, oito portões de embarque, vaga para 1.000 veículos, 31 balcões de check-in e capacidade para 2,5 milhões de passageiros/ano.*

É possível notar que, exceto pelos municípios de Cratêus e Camocim, as ações governamentais concentraram-se em avançar em aeroportos já existentes localizados nos quatro

municípios mais desenvolvidos do Ceará, principalmente em Fortaleza e com menos ênfase na região do Cariri. Nenhum novo aeroporto ou campo de pouso foi construído.

Já no período 1964-86 foram construídos pelo menos 12 campos de pouso, conforme os registros disponíveis, além da transformação do campo de pouso do Cariri e o de Juazeiro do Norte em aeroportos e da elevação do Aeroporto Pinto Martins de Fortaleza a aeroporto internacional.

No que se refere à ampliação e recuperação, enquanto no período 1964-86 foram realizadas pelo menos 32 obras, para as quais existem registros, no período mais recente foram realizadas apenas 7 obras. Mesmo que as obras realizadas no Aeroporto de Fortaleza tenham sido vultuosas, não se justifica esta grande diferença e o fato da infra-estrutura aérea dos municípios do interior ter sido relegada a um segundo plano.

Apenas em 1999 o governo estadual passa a atentar para esta questão e lança um programa de reestruturação da rede aeroportuária que passou a ter como alvo outros municípios do interior do estado que não os três mais desenvolvidos (Sobral, Crato e Juazeiro do Norte).

Assim, podemos afirmar que, como no vetor rodoviário, também no que tange à infra-estrutura aeroportuária, o grupo político de cunho empresarial que assumiu o governo estadual em 1987, já encontrara uma estrutura montada e pouco avançaram no sentido de aperfeiçoá-la, exceto em relação ao aeroporto localizado em Fortaleza e em menor medida nos aeroportos de Sobral, de Juazeiro do Norte e da região do Cariri, localizado no município de Crato.

### **1.2.2 Infra-estrutura Elétrica**

Em 1962, apenas seis cidades cearenses eram servidas pela energia de Paulo Afonso, número que subiu para 10 em 1963. O que demonstra a precariedade da oferta de energia elétrica no Ceará por ocasião da implantação do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste.<sup>27</sup>

Assim, quando foi dada a partida para a corrida por projetos incentivados, especialmente industriais, no Ceará ainda estava praticamente tudo por fazer para dotar seus municípios com

---

<sup>27</sup> O mapa do plano geral de eletrificação do Estado do Ceará, disponível na página 25 do anexo de realizações da Mensagem à Assembléia Legislativa de março de 1965, nos mostra a precariedade da malha elétrica estadual e os avanços previstos para a década.

eletricidade. Em 1964, iniciaram-se importantes investimentos no setor, dando impulso consistente à estruturação do vetor elétrico, fase inicial que demanda maiores esforços e recursos.

Nos anos de 1963 e 1964 foi viabilizada a chegada da energia da usina de Paulo Afonso a Fortaleza através da conclusão de uma extensa linha de transmissão que cortou o território cearense do norte ao sul, que tornou-se a maior linha radial do Brasil à época (cerca de 750 Km). Isto foi de extrema importância econômica para o Ceará, dando início à solução de uma das maiores carências infra-estruturais do estado, visto que Fortaleza, base da economia estadual e o maior centro consumidor do estado, era servida por um sistema de geração deficiente e inadequado e há anos vinha sofrendo constantes crises de abastecimento de energia, somente solucionada parcialmente com a instalação de usinas diesel no início da década de 1960. Além de Fortaleza, em 1964, energizou-se também a vizinha Caucaia.

Em 1964, concluiu-se também a montagem da primeira turbina da Usina Hidrelétrica do Araras com capacidade de 2500 KVA, que fazia a conexão com a termoelétrica instalada em Sobral (3.460KW). Neste mesmo ano, no campo da energia diesel-elétrica, a capacidade instalada em Fortaleza passou de 21.000KW para 39.000KW devido à instalação de três usinas geradoras pela Cia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR).

Em 1964, foram concluídos pela Cia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE) 106 Km de linha de transmissão (66 KV); de 1965 a 1968 outros 867 Km (69 KV) e de 1964 a 1968 mais 1.498,4 Km (13,8 KV). Em 1968 alcançou-se um total geral de 2.282,9Km de extensão de linhas de transmissão construídas, possibilitando, desta forma, a energização de 91 localidades, onde foram implantados 17.017 postes, além de 9 subestações (1964-1968). O Departamento de Energia da SEVOME, o outro órgão exclusivo da administração estadual além da CENORTE <sup>28</sup>, em 1968, construiu a rede de distribuição em Ibicuitinga (Município de Morada Nova) e adquiriu e instalou 6 grupos geradores em outras cinco localidades do interior.<sup>29</sup>

De 1964 a 1968 foram concluídas pela CENORTE 118 redes de distribuição entre rurais e urbanas, que utilizaram um total de 19.829 postes. De 1964 a 1969, foram construídas várias subestações abaixadoras (69 KV/13,8 KV) adicionando à capacidade instalada 42,5 MVA.

Estes registros, são exemplos do esforço estatal em suprir a carência elétrica estadual mesmo frente às dificuldades financeiras agravadas pela reforma tributária de 1966, quando se

<sup>28</sup> os outros órgãos eram vinculados à administração federal e municipal (CONEFOR, CELCA, CERNE, CHESF e DNOCS)

<sup>29</sup> Itapiuna; Boa Vista (Mombaça); Matias (Pentecoste); Jamacuru (Missão Velha) e Mundaú (Trairi).

iniciou um processo de centralização de receitas fiscais na esfera federal, reduzindo consideravelmente as transferências em favor dos estados<sup>30</sup>. As obras de infraestrutura elétrica da CENORTE, **que não inclui Fortaleza**, de 1964 a 1967 ligaram mais 29.891 unidades consumidoras e o consumo passou de 192.356kWh para cerca de 22.903.847kWh. Entre 1964 e 1968, esta estatal cearense que atendia cerca de 97.000Km<sup>2</sup> (65,5% dos 148.000 Km<sup>2</sup> que compunham o território do Ceará), levou energia a 272.785 habitantes.

Foram visíveis os esforços e avanços após a composição do artigo 34/18, implementada em 1963. Mesmo considerando que as metas da CENORTE para o ano de 1969 foram praticamente transferidas para o ano de 1970, em virtude basicamente da redução do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Em 1969, o FPE sofreu mudança no critério de sua destinação, baseada na área geográfica e na população existente que reduziu a participação do Ceará no FPE em mais de 50%<sup>31</sup>. Foi também introduzida modificação na cobrança do ICM pelos estados do Sul, principais fornecedores de bens de consumo e investimentos para o Ceará e todo o Nordeste e Norte. Com isso o governo estadual modificou o percentual do Fundo de Desenvolvimento do Ceará de 12 para 8%.<sup>32</sup>

Mesmo assim, em 1969 energizou-se 30 localidades, onde foram implantados 3.028 postes em 351,8Km de linhas de transmissão, totalizando uma extensão de 2.668,8 Km. A SEVOME instalou em convênio com as prefeituras, 8 grupos geradores em 5 cidades do Interior do Ceará<sup>33</sup>. O consumo de energia mais que dobrou em relação a 1967, alcançando 45.675.860kW/h.

De fato, os avanços foram importantes, visto que, em 1963, a CENORTE atendia somente 84 consumidores e o consumo era de apenas 37.625KWh (menos de 0,1% do consumo de 1969).<sup>34</sup>

<sup>30</sup> Em 1968 houve redução de verba a ser destinada à CENORTE pelos órgãos federais (Ministério de Minas e Energia) de NCr\$1.717.500,00 para NCr\$550.000,00 (valores de 1968), ou seja apenas 32% do previsto.

<sup>31</sup> Ato Complementar n. 40 do Governo Federal e Emenda n. 1 à Constituição.

<sup>32</sup> Em face das alterações na legislação fiscal ocorreu uma queda brutal da *arrecadação prevista* de NCr\$ 69.560.000 para NCr\$ 24.000.000 e da *receita orçamentária prevista* de NCr\$ 248.371.984,00 para NCr\$ 176.816.767,78. Mas findo o ano de 1969, a *receita estadual* foi ainda menor que a previsão atingindo NCr\$ 153.006.307,33; a receita do FPE caiu dos NCr\$ 60.555.216,22 em 1968 para NCr\$ 21.934.468,06.

<sup>33</sup> Hidrolândia (3), Pentecoste, Itans, Itapipoca e Quixeramobim (2)

<sup>34</sup> No biênio 1962-63, haviam sido implantadas cinco redes de distribuição, instalados 742 postes e construídas 25Km de linhas de transmissão (apenas em 1963), beneficiando 8.800 habitantes.

Mesmo depois de expressivas realizações da década de 1960, dadas as condições orçamentarias do governo estadual, em 1971, restavam ainda 37 municípios ainda não incorporados à rede de distribuição de energia elétrica do Ceará. Já em 1973, restavam apenas 6 municípios e finalmente, em 1977, todos os municípios cearenses já se encontravam incorporados à rede, totalizando 524 localidades energizadas, enquanto em 1964 havia somente 10 localidades dotadas com eletricidade.

A crescente incorporação de novas localidades à rede elétrica cearense, entre outras coisas permitiu que, em 1976, o consumo de energia no Ceará superasse os do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte em conjunto e que, em 1978, pela primeira vez o número de consumidores do interior cearense ultrapassasse o da capital.

Depois que todos os municípios foram incorporados à rede, o número de localidades energizadas continuou crescendo de forma expressiva até 1983, quando totalizou 804 localidades energizadas. Infelizmente, após 1983, não foi mais citado nas Mensagens à Assembléia o número de localidades que passaram a contar com energia elétrica.

Considerando as quatro empresas distribuidoras de energia cearense, que foram unificadas em 1974, quando foi criada a Cia de Energia Elétrica do Ceará (COELCE), é possível visualizar na tabela 7 o crescimento do consumo de energia elétrica até o ano anterior à privatização desta distribuidora, ocorrida em fevereiro de 1998.

**TABELA 7 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEARÁ - 1964/1997**

	1964	1970	1980	1986	1990	1997
<b>Consumo Total- MWh</b>	<b>123.756</b>	<b>334.662</b>	<b>1.382.894</b>	<b>2.317.000</b>	<b>2.921.155</b>	<b>4.850.000</b>
Residencial	47.562	111.017	381.160	686.000	925.708	1.647.000
Comercial	21.451	59.202	252.341	414.000	491.497	834.000
Industrial	40.330	105.551	425.526	795.000	929.582	1.478.000
Rural	ND	ND	48.974	107.000	175.437	-
Outros	14.413	58.892	274.893	315.000	398.931	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Convenções: (ND) Dado não Discriminado; o consumo rural está incluído em *Outros*.

Partindo dos intervalos temporais adotados na tabela 7, podemos verificar que a média anual de acréscimo de consumo apresentou aumentos crescentes nos subperíodos do período 1964-86. Embora, foi a média de crescimento anual do subperíodo 1971-80 que apresentou o maior acréscimo médio em relação ao subperíodo anterior, como podemos observar na Tabela 8.

**TABELA 8**  
**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - ACRÉSCIMO MÉDIO ANUAL - CEARÁ**

	1965-70	1971-80	1981-86	1987-90	1991-97
<b>Consumo Total (MWh)</b>	35.151	104.823	155.684	151.039	275.549

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Já o subperíodo 1987-90, apresentou um acréscimo médio anual de consumo ligeiramente inferior ao observado no subperíodo 1981-86. Mas, em compensação, no subperíodo 1991-97 esta média apresentou um crescimento significativo, recuperando o ritmo ascendente do acréscimo médio de consumo de energia elétrica que vinha sendo observado no período 1964-86.

Assim o período mais recente governado pelo grupo político de cunho empresarial deu continuidade a um desempenho ascendente que marcou todo o período 1964-86.

O mesmo não se pode verificar em relação ao crescimento das unidades consumidoras, a partir das informações disponíveis de 1975 a 1998. No longo espaço de tempo que vai de 1975 a 1992, manteve-se o mesmo patamar de acréscimo das ligações existente. O crescimento entre as classes de consumidores foi constante e equilibrado.

**TABELA 9 - LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTES - CEARÁ 1975/1998**

	1975	1980	1986	1992	1998
<b>Número total de Ligações Existentes</b>	<b>251.975</b>	<b>487.651</b>	<b>764.755</b>	<b>1.035.049</b>	<b>1.507.872</b>
Total de Unidades Residenciais Atendidas	207.842	ND	646.017	ND	1.286.670
Total de Unidades Industriais Atendidas	1.916	ND	4.539	ND	7.698
Total de Unidades Comerciais Atendidas	34.646	ND	72.055	ND	119.121
Total de Unidades Rurais Atendidas	3.482	ND	32.312	ND	74.811
Total de Outras Unidades Atendidas	4.089	ND	9.832	ND	19.572

Fontes: CEARÁ (1965-1999) e Anuário Estatístico do Ceará (1987 e 1992).

Convenções: (ND) Dado não Disponível.

No subperíodo 1975-86 foram realizadas 512.780 ligações à rede de energia elétrica do Ceará, o que representa uma média anual de 46.616,4 ligações, média bastante próxima à alcançada nos subperíodos intermediários 1975-80 (47.135,2 ligações/ano) e 1980-86 (46.184 ligações/ano). Já no período 1986-98, a média anual embora tenha crescido para 61.926,42 ligações no período como um todo, no subperíodo 1986-92, foi ligeiramente inferior aos subperíodos anteriores ao alcançar 45.049 ligações/ano. E na verdade a média anual do período 1986-98, como veremos mais à frente, não espelha o ritmo de todo período por ser distorcida pelo

elevadíssimo número de ligações (177.264) realizadas em 1997, ano anterior à privatização da COELCE, com intuito de valorização desta empresa. Caso fosse excluído o ano de 1997, a média seria de 51.441,2 ligações/ano.

Assim mesmo, com capacidade inferior de investimento, desde 1975, vários governos anteriores aos governos do grupo político de cunho empresarial, já apresentavam um ritmo de realizações no setor bastante razoável. O que permitiu que a taxa de atendimento apresentasse um crescimento consistente ao longo dos anos, como é possível constatar na tabela 10, que mostra o número de moradores com acesso a eletricidade, disponibilizados pela PNAD por Unidade da Federação apenas a partir de 1981.

**TABELA 10**  
**MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES -CEARÁ**

	1981	1986	1998
<b>TOTAL</b>	<b>5.398290</b>	<b>6.032.595</b>	<b>7.035.515</b>
Servidos com Energia Elétrica	2.354.042	3.263.321	5.541.409
<b>Taxa de Atendimento (%)</b>	<b>43,6</b>	<b>54,1</b>	<b>78,8</b>

Fonte: Base de dados da PNAD (IBGE)

Mesmo incluindo o ano de 1997, o acréscimo médio anual de moradores com acesso à eletricidade do subperíodo 1981-86 (181.855,8 moradores/ano) se aproximou bastante à média do período 1987-98 (189.840,7 moradores/ano).

Para uma análise ano a ano do ritmo de ligações de energia elétrica, infelizmente, no período 1964-86, as informações sobre o número de unidades consumidoras ligadas à rede elétrica estadual somente estão disponíveis para os 12 anos que compõe o intervalo 1972-83.

É possível notar na Tabela 11, que neste intervalo o número de ligações efetuadas apresentam comportamento crescente até 1978 e a partir daí se estabilizam em torno de 50 mil por ano. Este patamar de ligações só foi superado em metade dos 10 anos do intervalo 1989-98, intervalo que compõe o período 1987-98 cujas informações estão disponíveis.

**TABELA 11**  
**UNIDADES CONSUMIDORAS LIGADAS À REDE DE ENERGIA ELÉTRICA - CEARÁ**

	Ligações Efetuadas		Ligações Efetuadas		Ligações Efetuadas		Ligações Efetuadas
1972	19.575	1978	51.146	1989	50.555	1995	60.588
1973	26.371	1979	53.700	1990	44.619	1996	68.289
1974	23.004	1980	50.879	1991	48.851	1997	177.264
1975	18.540	1981	50.572	1992	50.667	1998	31.119
1976	38.372	1982-83	102.263	1993	64.344		
1977	38.103			1994	70.949		

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Apenas a partir de 1993, 10 anos depois do último ano (1983) do período 1964-86, com informações disponíveis, que o patamar de ligações de energia elétrica apresentado de 1978 e 1983 passou a ser superado. A demora para superar este patamar e os novos patamares alcançados pelo aumento do número de ligações efetuadas por ano, indicam que trata-se de um crescimento esperado e normal à ampliação exigida pela demanda.

Ainda assim, a capacidade de investimento do setor público no Ceará aumentou bem mais que o aumento da oferta de energia elétrica. Prova disto foi o expressivo resultado apresentado em 1997, quando foram realizadas 177.264 ligações visando elevar a receita da COELCE e, conseqüentemente, o preço desta empresa que foi privatizada em fevereiro de 1998. O que demonstra que havia condições para elevar a oferta em um estado em que ainda havia uma carência considerável de oferta de energia elétrica, uma vez que em 1995, por exemplo, 26,7% dos domicílios cearenses ainda não tinham acesso à eletricidade. Ou seja, aproximadamente um em cada quatro domicílios.

Já no que se refere ao número de subestações abaixadoras de energia elétrica construídas, as realizações do período 1987-98 ficaram aquém do realizado anteriormente, como é possível verificar na tabela 12.

**TABELA 12**  
**ENERGIA ELÉTRICA / SUBESTAÇÕES ABAIXADORAS - CEARÁ**

Subestações	1975	1980	1986	1992	1998
Capacidade Instalada Acumulada	231	429	869,15	1.042,65	1.384
Unidades em operação	38	49	60	64	74

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Se compararmos o período 1987-98, que contém o mesmo número de anos do subperíodo 1976-86, enquanto neste subperíodo foram somadas mais 22 subestações e 638 MVA de capacidade instalada no sistema de subestações, no período mais recente foram somadas 14 estações e mais 415 MVA. E, embora não haja registros do número de subestações existentes no início da década de 1960, em 1975 já havia 38 subestações em operação (51,4% das existentes 23 anos depois), sendo que 17 destas foram construídas nos seis anos do subperíodo 1964-74 para os quais existem registros.

Também no que tange à construção de Linhas de Transmissão, as realizações do período 1964-86 se destacaram. Neste período o ritmo de construção foi mais intenso do que no período 1987-98, especialmente de 1964 a 1975, conforme mostra a tabela 13.

**TABELA 13**  
**LINHAS DE TRANSMISSÃO CONSTRUÍDAS (KM) - CEARÁ 1964/1998**

	Linhas de Transmissão		Linhas de Transmissão		Linhas de Transmissão
1964	273,5	1975	317,2	1987	39,3
1965	240,3 (1)	1976	32,8	1988	24,7
1966	378,5 (1)	1977	4,2	1989	62
1967	645,5 (1)	1978	51	1990	34
1968	933,6 (1)	1979	NF	1991	77,9
1969	351,8 (1)	1980	25	1992	114,3
1970	NE	1981	NF	1993	173,4
1971	347,8	1982	NF	1994	38,68
1972	259,2	1983	146,2	1995	69,7
1973	228	1984	132	1996	30,3
1974	226,2	1985	2,3	1997	47
		1986	8,8	1998	96

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Obs: dados referentes a soma das linhas de transmissão construídas em 13,8; 34,5; 66; 69 e 72 KV

Convenções: Fonte não encontrada (NE); Dado não fornecido (NF)

(1) extensão construída apenas pela CENORTE

Mesmo que no intervalo 1965-69 só haja registros da extensão de linhas de transmissão construídas pela CENORTE, que cobria 65% do território cearense, em nove dos 11 anos do subperíodo 1964-74, para os quais existem informações, foram construídos 3.884,4 Km de linhas de transmissão. Enquanto em nove dos 12 anos do subperíodo 1975-86 com informações, foram construídos 719,5 Km. e em todo o período 1987-98 (12 anos), foram construídos 807,2 Km.

Ainda que não tenha sido registrado a extensão construída de linhas de transmissão em três anos (79,81 e 82) do subperíodo 1975-86, que fizeram parte de um dos governos que mais realizaram no campo da infra-estrutura<sup>35</sup>, neste subperíodo o ritmo de construção das linhas de transmissão, ainda assim, foi superior ao observado no período 1987-98. Sua média de quilômetros construídos foi de 79,9 Km/ano contra 67,2 km/ano no período 1987-98, ambas bastante inferiores à média observada no subperíodo 1964-74, que foi de 353,1 Km/ano.

O fato do ritmo de construção de subestações e linhas de transmissão ter sido mais intenso no período 1964-86, demonstra a maior complexidade das obras necessárias à fase de implantação da rede elétrica, uma vez que antes de elevar a oferta e o consumo de energia foi necessário a estruturação do setor elétrico no Ceará, visto que praticamente tudo estava por fazer no início da década de 1960.

No que se refere à construção de redes de distribuição, não foi encontrado qualquer referência à extensão existente em anos anteriores a 1986, quando havia 25.598 Km de redes de distribuição já construídas. Em 1997, a extensão total das redes alcançou 44.492 Km, ou seja, no período 1987-98 foram acrescentados 18.894 Km em redes de distribuição.

Embora não haja registros anteriores a 1986 para avaliarmos o ritmo de construção de redes no período 1964-86, em 1986 já havia 57,5% da extensão total de redes existentes de distribuição em 1997. Número representativo se considerarmos que no início da década de 1960, pouquíssimo havia sido realizado em termos de infra-estrutura elétrica e, ainda, que a capacidade de investimento público foi muito superior no período 1987-98, governado pelo grupo político de cunho empresarial.

Os registros disponíveis das realizações em infra-estrutura elétrica indicam que, em apenas dois campos de atuação, os resultados do período 1987-98 teriam superado consideravelmente o ritmo de realizações do período anterior.

Caso os resultados alcançados no subperíodo 1991-95 tenham sido semelhantes em quase todo período 1987-98, a instalação de postes foi um destes casos, como pode ser constatado na Tabela 14.

---

<sup>35</sup> O mandato de 1979-82 foi exercido pelo Governador Virgílio Távora, que já havia governado no intervalo 1963-66, quando marcou uma nova fase para o Ceará. Ambos os mandatos foram de grande importância para o desenvolvimento cearense e este governador é considerado o melhor governador que antecedeu aos governos de cunho empresarial.

O mesmo aconteceu com a potência acrescida nas Redes de Distribuição, caso o ritmo de implantação do subperíodo 1993-96 tenha se repetido em quase todos os anos que compõe o período 1987-98. (Tabela 14)

**TABELA 14- OBRAS REALIZADAS EM INFRA-ESTRUTURA ELÉTRICA - CEARÁ - 1964/98**

	Postes Instalados	RD-Potência Acrescida (2)		Postes Instalados	RD-Potência Acrescida (2)		Postes Instalados	RD-Potência Acrescida (2)
1964	974 (1)	NF	1975	5.067	17.904	1987	NF	NF
1965	3.498 (1)	NF	1976	18.464	25.355	1988	NF	NF
1966	3.904 (1)	NF	1977	NF	NF	1989	NF	NF
1967	6.121 (1)	NF	1978	NF	NF	1990	NF	NF
1968	2.304 (1)	NF	1979	NF	NF	1991	18.172	NF
1969	3.028 (1)	NF	1980	NF	NF	1992	29.822	NF
1970	NE	NE	1981	17.459	39.612	1993	21.004	63.885
1971	9.703	3.955	1982	NE	NE	1994	30.918	77.959
1972	7.689	12.164	1983	10.714	39.612	1995	22.102	78.555
1973	6.233	1.485	1984	NF	9.585	1996	NF	61.707,5
1974	6.029	1.795	1985	8.509	18.854	1997	NF	NF
			1986	9.605	22.524	1998	NF	NF

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Convenções: Redes de Distribuição (RD); Fonte não encontrada (NE); Dado não fornecido (NF)

(2) KVA é a unidade de potência instalada nas Redes de Distribuição

(1) referem-se apenas aos postes instalados pela CENORTE.

Entretanto, considerando o conjunto das realizações no setor elétrico, mesmo com uma capacidade de investimento público bastante superior, também neste setor as obras do período 1987-98 não se destacaram em relação ao período 1964-86.

Um aspecto positivo das ações governamentais do período 1987-98 no que tange à infraestrutura energética, está na busca de novas fontes de energia, embora seus resultados ainda sejam restritos. O potencial hídrico bastante reduzido presente no território cearense exige esforços neste sentido.

Ainda no início de 2001, estimava-se que 94% da energia consumida no Ceará era proveniente de hidroelétricas, basicamente importada da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

Dois vetores energéticos alternativos se destacam como resultado das ações governamentais: o eólico e o termoelétrico.

No campo da energia eólica, após a instalação de cataventos em convênio com uma empresa alemã, os resultados já começaram a aparecer. Fontes oficiais chegam a afirmar que em Fortaleza a energia eólica já responde por cerca de 8% do seu consumo energético,<sup>36</sup> resultado bastante positivo, considerando o peso elevado do consumo de energia desse município no total do Estado do Ceará, altamente carente em geração de energia e o pioneirismo dessa iniciativa no Brasil.

Já no campo da energia termoelétrica, a aplicação efetiva ainda está distante, mas a conclusão do Gasoduto Guamaré-Pecém, que liga Natal ao Complexo Industrial e Portuário de Pecém, foi um passo importante para sua efetivação. Há vários anos vem sendo negociado e projetado a construção de uma termoelétrica neste complexo e ao menos o fornecimento do gás já está garantido para esta obra.

### **1.2.3 Infra-estrutura de Telefonia**

Na ocasião em que foi totalmente implantado o sistema de incentivos para o Nordeste em 1963, que irá propiciar o advento da indústria incentivada, a oferta de infra-estrutura no campo das telecomunicações no Ceará era das mais precárias.

Como em quase todos os vetores estruturais, também na década de 1960 foram dados os primeiros passos decisivos para formação da infra-estrutura de telefonia. Em meados da década de 1960, foi iniciado um importante programa de investimentos no setor, comandado pela Cia de Telecomunicações do Ceará (CITELC). O Planejamento global de telefonia do Ceará se daria através de três troncos: Sul, Leste e Oeste.

Em 1967, parte do tronco Oeste estava implantado com seis canais telefônicos simultâneos e o tronco Sul, implantado e em funcionamento, estava pronto para escoar, na fase inicial, seis canais telefônicos. Enquanto o tronco Leste, em fase de implantação, escoaria outros seis canais telefônicos. Neste mesmo ano, o Serviço Estadual de Radiotelecomunicações (SER) instalou 53 estações transceptoras.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Conforme dado do site oficial [www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br). Esse número não é confirmado pela COELCE.

<sup>37</sup> Páginas 23 e 24 do anexo de realizações da Mensagem à Assembléia Legislativa de 1968.

No ano de 1968, a CITELC deu prosseguimento à concretização e programação do sistema de Telefonia Intermunicipal ligando Fortaleza a 52 municípios.<sup>38</sup>

Em 1969, a CITELC concluiu a implantação do tronco leste, compreendendo a repetidora do Jaguaripe e quatro terminais municipais, além de dois do tronco Sul – passando a 15 o número de cidades ligadas pela telefonia interurbana (Aracati, Baturité, Canindé, Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Mombaça, Morada Nova, Quixadá, Russas, Senador Pompeu e Sobral). Em abril deste ano, também se concluiu a ligação Fortaleza-Recife, com o acoplamento ao sistema da Companhia Telefônica de Pernambuco.

No final da década de 1960, a rede da CITELC se constituía de quatro troncos básicos: Sul e Leste, já concluídos, Norte, em conclusão e Oeste em implantação<sup>39</sup>. Assim, na década de 1960, foi construído quase todo esqueleto básico para o crescimento do setor.

Em 1971, se deu a fusão das duas Cias de Telefone existentes no Ceará (CITELC e Cia Telefônica de Fortaleza), surgindo a Companhia Telefônica do Ceará (COTELCE) e aumentando as possibilidades de eficiência operacional em consonância com a política nacional de telecomunicações.

Antes da Telebrás assumir o controle acionário da COTELCE em 1973, a estrutura de base da telefonia do Ceará, baseada nos quatro troncos, se encontrava praticamente terminada, após a realização de diversas obras no setor. O que possibilitou o crescimento da oferta de serviços de telefonia.

Depois que o Estado do Ceará perdeu o controle acionário da COTELCE, as informações sobre as realizações no campo da telefonia quase não apareceram mais nas prestações de contas do governo estadual, uma vez que este não mais esteve envolvido diretamente (e financeiramente) com o setor. Entretanto, os registros existentes foram suficientes para indicar que as obras continuaram. No final do ano de 1980, o último município ainda sem serviço de telefonia foi incorporado ao sistema de comunicações telefônicas do Ceará, sendo que as obras de ampliação dos serviços dentro dos municípios mantiveram-se em ritmo acelerado.

Como podemos constatar na tabela 15 foi na década de 1980 que a oferta de serviços telefônicos passou a ganhar um impulso maior.

---

<sup>38</sup> Página 21B do anexo de realizações da Mensagem à Assembléia Legislativa de 1969.

<sup>39</sup> Página 14B do anexo de realizações da Mensagem à Assembléia Legislativa de 1970.

**TABELA 15 - TELEFONIA FIXA - CEARÁ 1963/1998**

	1963	1969	1980	1986	1998
<b>Terminais fixos ativos instalados</b>	19.751	32.508	116.095	216.691	574.808

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

No período 1987-98, o número de terminais telefônicos fixos ativos instalados teve um acréscimo de 358.117 terminais, o que representou um crescimento médio de 29.843 terminais ao ano. Já no período 1963-86, considerando ainda que este período possui quase o dobro de anos que o período mais recente, o acréscimo foi bem menor, totalizando 196.940 terminais, ou seja, um acréscimo médio de 8.562,6 terminais ao ano, média 3,5 vezes inferior.

Mas, se considerarmos o sub-período 1981-86, que contém os últimos seis anos do período 1964-86, esta diferença da média anual cai. Neste sub-período, o número de terminais fixos quase dobrou após um acréscimo absoluto de 100.596 terminais, significando uma média anual de 16.766 terminais ao ano que, embora tenha sido quase duas vezes menor que a do período 1987-98, foi também quase duas vezes superior ao período 1964-86 como um todo.

Assim, é possível notar que o crescimento da disponibilidade de terminais fixos ativos apresentou um desempenho ascendente, elevando a cada espaço de tempo sua média anual de crescimento, assim como aumentou a capacidade de investir do setor público.

Como, em 1973, a Telebrás assume a infra-estrutura de telefonia no Ceará, não é possível comparar a magnitude das realizações governamentais entre os períodos 1964-86 e 1987-98, visto que, neste período mais recente, os governos estiveram isentos de maiores responsabilidades sobre a evolução deste vetor estrutural.

Deve-se apenas registrar que, ao menos no sub-período 1964-73, o setor público cearense também teve participação importante no desenvolvimento deste setor, visto que foi neste intervalo de tempo que se construiu praticamente todo o esqueleto de uma infra-estrutura básica de telefonia, que constitui a etapa mais custosa e trabalhosa, a partir da qual foi possível sua própria ampliação e o crescimento da oferta de serviços telefônicos.

## 1.2.4 Infra-estrutura Hídrica

No que tange ao atendimento à população, lamentavelmente, em nenhuma das várias fontes pesquisadas encontramos dados anteriores a 1981 metodologicamente comparáveis a dados recentes. Quanto ao crescimento do abastecimento no período 1964-86, infelizmente só foram obtidas informações que abrangem o subperíodo 1981-86, a partir da base de dados da PNAD que, desde 1981, forneceu por estado a situação do abastecimento de água aos moradores em domicílio particulares permanentes em algumas de suas pesquisas anuais.

Como é possível constatar na tabela 16, o ritmo de crescimento do abastecimento de água no período 1987-98 foi inferior ao ritmo observado no subperíodo 1981-86 que abrange os últimos seis anos do período 1964-86, portanto espelhando o ritmo alcançado nos anos finais deste período anterior.

**TABELA 16 - MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CEARÁ - 1981/86/98**

	1981	1986	1998
<b>Total de Moradores</b>	5.398.290	6.032.595	7.035.515
<b>Com água</b>	2.550.071	3.481.868	3.974.435
Rede geral	933.893	2.025.525	3.682.942
Poço ou nascente	1.616.178	1.456.343	287.297
<i>Moradores com água (%)</i>	47,2	57,7	56,5
<i>Atendimento pela rede (%)</i>	17,3	33,6	52,3
<b>Sem Abastecimento d'água</b>	2.848.219	2.550.727	3.065.276
<i>Moradores sem água (%)</i>		42,3	43,6

Fonte: Base de dados da PNAD (IBGE)

Em relação ao acesso local à água, seja através da rede, de poço ou nascente, o expressivo crescimento do número de moradores beneficiados entre 1981 e 1986, esteve longe de se repetir no período 1987-98, que apresentou um acréscimo bastante limitado de moradores com acesso local à água. Enquanto mais 931.797 moradores passaram a ter acesso local à água em apenas cinco anos que separam o subperíodo 1981-86, o que representa um acréscimo médio anual de 186.359,4 moradores, nos 12 anos seguintes o acréscimo total foi de 492.567 moradores, ou um acréscimo médio de 41.047,3 moradores ao ano.

No período 1987-98, os esforços do setor público se concentraram na incorporação de domicílios à rede de abastecimento que beneficiou 1.657.417 moradores, ou 138.118,1 moradores ao ano em média. Embora o número total de moradores tenha superado os 1.091.632 moradores beneficiados no subperíodo 1981-86, a média anual deste subperíodo foi expressivamente superior à do período 1987-98, visto que somou 218.326,4 moradores/ano.

Assim, nem mesmo o resultado positivo no que se refere à incorporação de moradores à rede de abastecimento justificou o baixo desempenho no que se refere ao acesso local à água, permitindo até mesmo que o percentual de moradores com acesso local à água sofresse uma pequena mas lamentável queda de 1,2% entre 1986 e 1998 (Tabela 16).

Como foram interrompidos os avanços neste sentido, depois de doze anos governados pelo grupo político de cunho empresarial, ainda manteve-se elevado o percentual de moradores sem acesso local à água. Enquanto esta taxa havia sido reduzida no espaço de cinco anos de 52,8%, em 1981, para 42,3% em 1986, doze anos depois a mesma subiu ligeiramente para 43,5%, percentual extremamente elevado, espelhando uma das piores situações entre os estados brasileiros na oferta desta infra-estrutura essencial.

Sendo ainda que a oferta de água através da rede estava bastante concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza que, em janeiro de 1999, continha 66% da sua população, ou 2.419.029 habitantes com acesso à água via rede de abastecimento, representando uma taxa de atendimento a cerca de 84% da população metropolitana. Enquanto em todos os outros 171 municípios cearenses apenas 1.248.522 habitantes tinham este acesso, representando uma taxa de atendimento via rede a apenas cerca de 30% da população não metropolitana, que somava cerca de 60% de toda população cearense.

Infelizmente, não podemos avaliar com segurança a evolução das realizações do setor público na disponibilização de recursos hídricos, visto que as informações referentes às obras neste campo são insuficientes.

Como é possível se verificar nas tabelas 17A, 17B e 18 as informações são restritas. Por um lado, muitos são os anos em que a informação de determinada obra não é fornecida. Por outro lado, no que se refere a açudes, poços, barragens, reservatórios, etc., são fornecidos apenas o número construído destas fontes mas não o volume de água que estas passam a disponibilizar, nem número de beneficiários.

Baseando-se somente em números de obras construídas podemos ter apenas alguma noção do ritmo de realização do setor público na disponibilização de recursos hídricos.

No que se refere ao número de açudes pode-se afirmar, baseado na Tabela 17A, que o ritmo de construção foi maior no período 1964-86. Ainda que em menor grau, ocorreu o mesmo em relação às barragens e reservatórios.

Se a total ausência de informações no que se refere à construção de cacimbões no período 1987-98 significar que seus resultados não valeram registros por parte do governo, este tipo de obra, provavelmente, também teve melhor desempenho no período 1964-86. Acontecendo o inverso no que se refere ao número de cisternas construídas. (Tabela 17A)

Já no que tange à quantidade de chafarizes construídos, aparentemente o ritmo de construção foi semelhante nos dois períodos. (Tabela 17A)

Em relação ao número de poços construídos, no geral, o ritmo de construção foi superior no período 1987-98. Entretanto, no período 1964-86, o ritmo foi crescente, sendo que no subperíodo 1977-86, que abrange os 10 últimos anos do período 1964-86, as informações disponíveis apontam um ritmo semelhante ao do período 1987-98. (Tabela 17B)

TABELA 17A - RECURSOS HÍDRICOS - OBRAS PÚBLICAS - CEARÁ 1964/98

(continua)

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Açudes	2	-	-	12	48	19	-	10	5	8	-
Açudes/Barragens	-	-	-	-	-	-	-	247	301	272	-
Barragens	-	-	-	-	14 (I)	-	-	-	5	-	-
Reservatórios	-	-	-	-	-	4	1	22	-	1	17
Cacimbões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400 (I)	-
Chafarizes	-	-	-	81	9 (I)	91	-	14	-	-	-
Cisternas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Açudes	6	8	42	21 (I)	4 (I)	10	608	-	NI	246	5	14
Açudes/Barragens	-	-	-	-	900	2.349	-	-	-	566	33	-
Barragens	-	-	-	-	-	104	-	-	30	3	-	-
Reservatórios	2	-	-	28 (I)	-	-	-	-	-	5	1	-
Cacimbões	25	89	175 (I)	92 (I)	1.4014.605	-	-	-	954	408	167	-
Chafariz	-	-	-	-	-	20	-	-	-	123	11	-
Cisternas	-	-	-	-	-	-	-	-	67	148	53	-

(conclusão)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Açudes	27	25	24	7	6	11	170	9	3	06	05	9
Açudes/Barragens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barragens	-	-	1	-	2	12	7	9	31	-	-	-
Reservatórios	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Cacimbões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chafariz	0	2	68	173	-	-	33 (2)	27	-	-	-	-
Cisternas	0	1.4061.579	-	325	122	186	-	11	-	-	-	-

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Conveções: Dado não fornecido (-); (I) apenas obras realizadas no interior; (C) apenas obras realizadas na capital

Obs: (1) acumulado 1971-73; (2) acumulado 1991-93

**TABELA 17B - RECURSOS HÍDRICOS - OBRAS PÚBLICAS - CEARÁ 1964/98**

(continua)

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Poços Profundos perfurados	-	-	-	-	-	-	-	-	77	1	-
Poços Profundos Instalados	-	-	-	-	-	-	-	34	64	47	39
Poços Comuns Perfurados	-	-	-	-	-	-	-	17	67	138	48
Poços Comuns Instalados	-	-	-	-	-	-	-	62	12	25	56
Total de Poços perfurados	234	-	-	114	119	226	-	17	144	139	48
Total de Poços Instalados	-	-	-	-	-	48	-	96	76	72	95

(continua)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Poços Profundos perfurados	37	-	320	135 (I)	-	336	625	-	118	185	186	132
Poços Profundos Instalados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179	-
Poços Comuns Perfurados	76	-	-	-	330	-	451	-	248	348	167	-
Poços Comuns Instalados	-	-	-	55 (I)	-	-	71	-	36	-	-	300
Total de Poços perfurados	113	-	320	135 (I)	330	336	1076	-	366	533	353	132
Total de Poços Instalados	-	-	-	55 (I)	-	-	71	-	36	-	179	300

(conclusão)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Poços Profundos perfurados	41	143	155	170	153	172	33	333	44	155	303	651
Poços Profundos Instalados	32	81	80	96	134	172	237	282	34	47	162	414
Poços Comuns perfurados	0	0	0	625	60	46	247	126	-	-	-	-
Poços Comuns Instalados	0	0	0	0	60	-	247	-	-	-	-	-
Total de Poços perfurados	41	143	155	795	213	218	280	459	44	155	303	651
Total de Poços Instalados	32	81	80	96	194	172	484	282	34	47	162	414

Fontes: CEARÁ 1965-1999.

Convenções: Dado não fornecido (-); (I) apenas obras realizadas no interior;

A carência de informações anuais referentes a ligações de água efetuadas no período 1964-86, impede uma visualização do ritmo anual de ligações realizadas com o objetivo de se ter uma base de comparação com o período 1987-98. (Tabela 18)

Os dados disponíveis apenas sugerem que, no subperíodo 1964-76, o número de ligações d'água realizadas anualmente apresentaram um ritmo crescente. Aparentemente, o ritmo alcançado no subperíodo só seria superado a partir de 1991 e, especialmente em 1998, quando realmente ocorreu um salto do número de ligações realizadas ao ano. Pois até então o crescimento parece ter sido gradativo, embora ao menos em dois dos anos (1987-88) com informações do período 1987-98, o número de ligações d'água efetuadas foram muito inferiores a praticamente todos os anos com dados disponíveis do período 1964-86.

Ritmo semelhante ao das ligações de água foi apresentado na construção de redes de distribuição de água no período 1964-86. Sendo que, neste caso, baseado nos dados disponíveis na tabela 18, o ritmo apresentado no subperíodo 1981-86 superou o ritmo do período 1987-98, exceto no ano de 1998 que ultrapassou em muito o patamar deste período mais recente.

Considerando somente as cidades atendidas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) em 1986, a rede de distribuição de água sob sua responsabilidade já contava com 58.9% da extensão operada por ela em 1996 (5.536Km). Sendo que, em 1986, a CAGECE atendia 79,2% dos municípios enquanto o restante, inclusive duas das três maiores cidades não pertencentes à RMF (Crato e Sobral), era atendido por outras instituições públicas, enquanto em 1996 praticamente 100% dos municípios eram atendidos pela CAGECE. De modo que, após 1986, a CAGECE incorporou redes de distribuição construídas no período 1964-86 que fazem parte da extensão total existente em 1996. Assim, a extensão total das redes de distribuição existente em 1986 ultrapassaria com folga 60% do total existente em 1996.

No que se refere à construção de adutoras, a carência de informações é tanta que nem sequer é possível qualquer análise do desempenho apresentado nos dois períodos considerados nesta pesquisa. Entretanto os dados referentes ao período 1987-98, nos permite afirmar que ao longo desse período não ocorreu um crescimento significativo do ritmo de construções de adutoras.

TABELA 18 - OBRAS HÍDRICAS - SETOR PÚBLICO - CEARÁ 1964/98

(continua)

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Ligações da Água Efetuadas	-	-	-	1.356	-	-	-	-	12.000	12.000	-
Rede de Distribuição de Água Construídas - Km	-	-	-	-	-	10	-	-	130 (C)	230 (C)	180 (C)
Adutoras Construídas - Km	-	-	-	2,6	3,8	-	-	-	15,2	-	88,9
<b>Irrigação</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Irrigada (ha)	-	-	-	-	-	-	-	863	1.356	-	-

(continua)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ligações da Água Efetuadas	-	18.364	18.000(C)	13.807(C)	26.231	-	10.120(C)	-	15.859	14.358(C)	-	9.322 (C)
Rede de Distribuição de Água Construídas - Km	18,9659	54	-	-	-	-	394	-	215,6	197 (C)	173,3	148,3
Adutoras Construídas - Km	-	-	-	-	-	-	-	-	128,4	45,6	13,7	-
<b>Irrigação</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Irrigada (ha)	-	-	-	-	-	213	1.929,5	-	303	5.04792	26	616
Área Irrigada Existente(ha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(conclusão)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Ligações da Água Efetuadas	4.305	10.170	19.884	-	29.281	-	-	-	30.473	43.911	38.279	72.600
Rede de Distribuição de Água Construídas - Km	21,3	104,9	84	-	215,2	-	-	-	134,8238,5	138.266	138.266	593,8
Adutoras Construídas - Km	1,8	-	-	49,7	36,5	141,17	60,9850	21	27,2	65,6	65,74	240,34
<b>Irrigação</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Irrigada (ha)	846	4349	2.3906,604	-	1318,2	1690	77	61,9	4	50	-	562
Área Irrigada Existente (ha)	-	79.702	-	-	-	-	-	-	66.144,6	-	-	-

Fontes: CEARÁ 1965-1999; Anuário Estatístico do Ceará 1986; 1992; 1998/1999.

Convenções: Dado não fornecido (-); (C) apenas obras realizadas na capital

Uma obra do período 1987-98 que deve ser destacada é o Canal do Trabalhador, concluído em 1993. O canal tem 115Km de extensão e solucionou temporariamente o abastecimento de água em Fortaleza que beirava o colapso devido à estiagem.

No período 1964-86, existe registro de avanço no abastecimento para Fortaleza no mandato 1971-74 (César Cals), tão ou mais importante que o Canal do Trabalhador. No subperíodo 1971-74, a captação de água da cidade de Fortaleza passou de 34 milhões de m<sup>3</sup> para 67 milhões de m<sup>3</sup>, quase dobrando a capacidade em 4 anos; a adução passou de 212 litros/segundo para 850 l/s, quadruplicando sua capacidade; a capacidade de tratamento passou de 18.000m<sup>3</sup>/dia para 70.000m<sup>3</sup>/dia, quase quadruplicando sua capacidade; a captação dos reservatórios teve um enorme impulso passando de 3.750m<sup>3</sup> para 172.750m<sup>3</sup>; a extensão da rede de distribuição em Fortaleza passou de 180km para 700km e as ligações de águas prediais e as pessoas atendidas por estes serviços foram duplicadas com folga.

Isto ainda considerando que a capacidade de investir do setor público cearense era muito menor no início da década de 1970 se comparada à primeira metade da década de 1990.

No campo da irrigação as informações são bastante precárias. No que se refere à área irrigada através de programas públicos de irrigação, para boa parte do período 1964-86 os dados não estão disponíveis nos documentos oficiais encontrados. (tabela 18)

Mas é possível observar desempenho irregular no período 1987-98. Enquanto o acréscimo de áreas irrigadas apresenta, em geral, resultados anuais no subperíodo 1987-92 superiores aos do subperíodo anterior (1980-86), no subperíodo 1993-98 este desempenho fica muito aquém do subperíodo 1980-86.

Vale ressaltar ainda que, curiosamente, o último registro encontrado do total da área irrigada existente, indica que, em 1995, este total era inferior ao existente em 1988 e em 1986, uma vez que neste último ano do período 1964-86 havia pelo menos 74.507ha irrigados. Assim, mesmo que entre 1989 e 1992 tenham sido incorporadas as maiores extensões de áreas irrigadas por ano, provavelmente outras áreas irrigadas foram desativadas.

Deve-se registrar que, em 1989, foi iniciada em convênio com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), através do represamento do Rio Jaguaribe, a construção do maior açude do Ceará, o Castanhão. Este açude se localiza na região leste da faixa central do território cearense e quando concluído terá grande importância nesta região. Com capacidade máxima de 6,5 bilhões de m<sup>3</sup>, criará condições para que seja aumentada consideravelmente o

total da área irrigada estadual. Além de permitir a irrigação das áreas de seu entorno, irá complementar o abastecimento de água em Fortaleza e de municípios da região. Cumprirá também o papel de controlar as enchentes anuais ocorridas em algumas localidades contíguas ao Rio Jaguaribe.

Entretanto, ainda restam 25% da construção deste açude, segundo informações de julho de 2002 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral do Ceará, embora o DNOCS estimasse que a parcela da obra restante se aproximava de 20% neste mês.

O maior açude construído no Ceará até então, foi Orós, concluído no início da década de 1960, contendo a capacidade de represar 2,1 bilhões de m<sup>3</sup>. Considerando a capacidade do setor público cearense de arrecadação, investimento e captação de recursos na década de 1990, muito superior a da época da construção de Orós, certamente este açude exigiu um esforço orçamentário equivalente ou superior ao exigido pelo Castanhão e teve importância semelhante quando construído.

No cômputo geral, no que se refere à infra-estrutura, também no campo da infra-estrutura hídrica, não se pode afirmar que o desempenho dos governos do grupo político de cunho empresarial tenha apresentado melhora expressiva em relação ao desempenho dos governos anteriores. Se considerarmos ainda o expressivo aumento da capacidade de investir, presente no período 1987-98 em relação ao período anterior, e a baixa oferta de água ainda presente no Ceará, podemos até afirmar que o desempenho dos "governos dos empresários" ficou aquém das expectativas.

No próximo capítulo analisaremos o desempenho dos dois grandes setores produtivos cearenses (indústria e agricultura) após a disponibilização do programa de incentivos para o Nordeste do início da década de 1960, confrontando os resultados obtidos antes e depois dos governos liderados pelo grupo político de cunho empresarial encabeçado por T. Jereissati. Ao longo do capítulo serão analisadas algumas questões estruturais relativas a alguns dos principais segmentos.

## Capítulo 2 - Desempenho dos Setores Produtivos

### 2.1 A Indústria de Transformação Cearense sob os Efeitos da Industrialização Incentivada (1964-86)

A partir da criação de condições objetivas de expansão da infra-estrutura, financiamento e de instrumentos de apoio à industrialização nas décadas de 1960 e 1970, o Ceará se tornou mais competitivo no que tange à aprovação de projetos junto à SUDENE. Mas não o suficiente para disputar investimentos de porte e/ou em setores mais intensivos em tecnologia que se dirigiram para Pernambuco e principalmente para a Bahia, baseados não só em suas infra-estruturas mais avançadas, mas também no tamanho de seus mercados e na existência de recursos naturais, como o petróleo no caso baiano.

Porém, outro fator foi apontado como redutor da participação do Ceará na captação de recursos da SUDENE. Este órgão adotou uma política direcionada para os setores mais dinâmicos da economia, priorizando o desenvolvimento dos setores industriais produtores de bens intermediários (setores intensivos em capital),<sup>40</sup> e isto teria se tornado um obstáculo para a industrialização cearense, visto que *"...os projetos mais significativos, tanto sobre o aspecto de capital quanto sobre o aspecto do potencial de efeitos para frente e para trás, ficaram sediados na Bahia e Pernambuco."* (SOARES & EWBANK ROCHA, 1989: 251)

A Bahia foi contemplada com instalação de grandes firmas produtoras de insumos para as indústrias instaladas no *centro-sul*. Além de melhor aparelhada, dispunha de matéria-prima e estava mais próxima dos grandes centros, possuindo uma vantagem de localização geográfica. Este estado atraiu o grande capital, único que tinha poder de realizar investimentos desse porte.

Pernambuco foi escolhido inicialmente para os grandes projetos dinamizadores dos ramos tradicionais, como *têxteis* e *alimentos*, seguido pelos ramos *metal-mecânico*, *materiais elétricos* e outros, visto sua influência histórica sobre a atividade econômica da região oriental do Nordeste, baseada em localização geográfica privilegiada,<sup>41</sup> associada à infra-estrutura já existente; evoluindo para se tornar a economia mais diversificada do Nordeste.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Ver ROCHA, 1993.

<sup>41</sup> Num raio de 300 Km ao redor de Recife, incluem-se três capitais (João Pessoa, Natal e Maceió) e parte significativa das maiores cidades do Interior do Nordeste, apresentando a maior densidade populacional da região, constituindo assim um mercado bem mais atrativo, comparado ao conjunto das cidades de menor porte que circundam Fortaleza, considerando o mesmo raio. (ROSA, 1991). Esta região em torno de Recife desde o final do século passado já estava interligada por meio ferroviário: *"No início do século (1909) a Great Werstern, a empresa de capitais ingleses que, praticamente, controlou, através de contratos de arrendamento, toda rede ferroviária do*

Restaram para o Ceará os projetos de pequeno e médio porte, majoritariamente vinculados aos ramos tradicionais, prevalecendo a iniciativa local. Considerando o intervalo 1961-80, "se formos verificar a origem dos recursos incentivados constatamos que cerca de 85% eram originários do CENTRO-SUL, cabendo à Região gerar apenas 13,04%. O Ceará recebia 9,1% dos incentivos fiscais destinados ao Nordeste, dos quais 86,8% eram de origem local. Esta diferença quanto à origem do capital já é um fator diferenciador da orientação setorial dos investimentos..." (ROSA, 1991: 7).

A influência da economia cearense sobre a economia da região ocidental, pesou a seu favor na captação dos recursos. Mas faltou ao Ceará investimento privado externo, fator que contribuiu para o perfil tradicional de sua indústria, subtraindo assim, do processo de crescimento iniciado nessa época, os efeitos multiplicadores, poder de encadeamento e os benefícios em geral, gerados por projetos voltados para setores dinâmicos.<sup>43</sup> Somando-se a isso, não ocorreu nenhum projeto estatal de porte, comparável ao Pólo Petroquímico de Camaçari implantado na Bahia.<sup>44</sup>

Esse direcionamento da SUDENE, aliado às condições estruturais que cada Estado apresentava, acabou por determinar uma menor participação do Estado do Ceará na aprovação de projetos industriais que, no intervalo 1961-75, ficou em 17,34 % do número total aprovado, enquanto a Bahia deteve 22,96 % dos projetos e Pernambuco, 32,12%. Em relação ao valor dos recursos liberados, a participação cearense foi ainda menor no intervalo: enquanto a Bahia recebeu 48,2% do total dos recursos e Pernambuco 25,1%, ao Ceará coube apenas 7,1% (RIBEIRO, 1976: 287). Este contexto exerceu influência decisiva para a concentração setorial da indústria cearense, baseada na pequena e média empresa tradicional,<sup>45</sup> que conquista crescente participação no decorrer do processo, com predomínio de apenas alguns setores tradicionais.<sup>46</sup>

---

*Nordeste Oriental (a exceção do Ceará), administrava um sistema que possuía ramais com expansão de 1454 quilômetros. A rede Norte desse sistema, que abrangia o Rio Grande do Norte, a Paraíba e a sua ligação com Recife, tinha a extensão de 596 Km; a rede central (Recife-Pesqueira), dirigindo-se para o Oeste possuía 228 Km, e a rede Sul, servindo basicamente a parte meridional de Pernambuco e o Estado do Alagoas, com 497 quilômetros. A esta extensão deve ser acrescentada a da Estrada de Ferro de Paulo Afonso (115 Km) e um pouco mais de uma dezena de quilômetros de ligação com a central de Pernambuco..." (GUIMARÃES NETO, 1986: 47; grifos meus).*

<sup>42</sup> Sobre distribuição dos projetos entre CE, PE e BA ver RIBEIRO, 1976; SOARES & EWBANK ROCHA, 1989; ROSA, 1991; ROCHA, 1993.

<sup>43</sup> Para SOARES & CARTAXO, faltou "um trabalho mais agressivo para a implantação de projetos industriais de grande porte e dinâmicos no sentido do capitalismo em escala nacional" (SOARES & CARTAXO, 1987, p. 244).

<sup>44</sup> Decisão Federal, baseada principalmente na existência de matéria prima. A Bahia foi a única beneficiada com um projeto estatal de porte. Mais tarde outros dois projetos federais iriam beneficiar Pernambuco e Maranhão: o Programa Proálcool e o Projeto Carajás.

<sup>45</sup> Segundo trabalho de FERREIRA (1985) baseado em dados do IBGE, 99,2% do número total de estabelecimentos industriais em 1959 e 97,5% em 1980, eram compostos por micro (menos de 10 pessoas) e pequenas empresas (entre

O Ceará avança na captação de projetos de pequeno e médio porte, majoritariamente vinculados aos ramos de sua incipiente indústria tradicional (segmentos mais intensivos em mão de obra, produtores de bens não duráveis), prevalecendo a iniciativa local. Isso contribuiu decisivamente para a orientação setorial dos novos investimentos, realizados nesta primeira etapa do esforço de industrialização, e foi um primeiro passo para formação de uma classe empresarial local forte, que viria diferenciar o Ceará dos demais estados do Nordeste.

Em 1986, segundo o relatório de SUDENE/BNB (1988), os empresários nordestinos possuíam 88% do capital integralizado na indústria incentivada cearense.

O direcionamento dado aos recursos incentivados no Ceará contribuiu para consolidar um projeto industrial local concentrado nos gêneros Alimentar, Têxtil e Vestuário e calçados. O fato das indústrias cearenses destes segmentos terem apresentado bons resultados no que tange à geração de empregos e renda na própria região, contribuiu também para uma maior captação de projetos frente ao redirecionamento da política da SUDENE (que priorizava a geração de emprego) em favor dos setores mais intensivos em mão de obra e da indústria de médio porte, em meados da década de 70.

O perfil da indústria de transformação cearense iria se consolidar inicialmente em torno dos gêneros Alimentar e Têxtil, seguidos por Vestuário e calçados que, na virada da década de 80, conquistou participação significativa dentro desta indústria altamente concentrada setorialmente. Detendo estes três gêneros, menos intensivos em capital, por ocasião do último censo industrial do IBGE (1985), 68,49% do Valor de Transformação Industrial (VTI) do Ceará.

De 1960 a 1985, a diversificação da indústria cearense se observou, de forma relevante, apenas dentro do segmento menos intensivo em capital (Tabela 19). Na década de 60 ocorreu uma melhor distribuição deste segmento, quando a Indústria Alimentar passou a participar significativamente no total do segmento, até então dominado unicamente pelo setor têxtil; de

---

10 e 99 pessoas) que também respondiam por 71,9% do pessoal ocupado em 1959 e 50,6% em 1980; contribuíam com 81,2% do valor da produção em 1959 e 50,1% em 1980. Se incluirmos as médias (de 100 a 249 pessoas) para 1959 teremos 99,6% dos estabelecimentos, 80,4% do pessoal ocupado e 91,5% do valor da produção, evoluindo até 1980 para 98,9%, 64,1% e 66,7%, respectivamente. Demonstrando assim, a elevada importância desse grupo dentro da indústria cearense, mesmo tendo sido as grandes empresas substancialmente favorecidas pelo mecanismo de incentivos fiscais.

<sup>46</sup> Entre 1963-70 dos 52 projetos implantados via incentivos, **36 pertenciam ao gênero trabalho intensivo** (12 aos setores que compõem a Industr. de Alimentos; 10 aos setores Têxtil; 7 aos setores de Vest., Calçados e Artif. de Tecidos; 3 aos setores de Couros, Peles e Similares; 2 ao setor Mobiliário; 1 ao setor Edit. e Gráfico; 1 ao setor de Bebidas e 1 ao setor de Madeira). Enquanto **os setores intensivos em capital, somaram 14 projetos** (2 pertencentes ao setor Metalúrgico, 3 ao setor de Min. não Metálicos, 1 ao setor de Mat. Plásticas e 1 ao setor de Borracha e 2 ao setor de Materiais Elétricos).

modo que ambos passaram a dividir o domínio, tanto em relação ao valor da produção quanto ao pessoal ocupado. Na década de 1970, a Indústria de *Vestuário, calçados e artefatos de tecidos* conquistou seu espaço, contribuindo para reduzir a concentração setorial dentro do segmento menos intensivo em capital da indústria cearense. Especialmente o segmento calçadista iria se transformar em um próspero setor, inclusive, se destacando no cenário nacional.

Os setores mais intensivos em capital, considerados os mais dinâmicos por exercerem maior efeito multiplicador na economia, mantiveram-se com menor participação na indústria local. A expansão dos setores de *Metalurgia, Produtos de Matéria Plástica, Materiais de Transporte, Mecânica e Materiais Elétricos e de Comunicações*, não foi suficiente para impedir que o total da participação dos setores mais intensivos em capital e tecnologia que era de 33,95%, em 1959, caísse para 23,68%, em 1985. Já os setores menos intensivos em capital que, em 1959, contribuíam com 64,91% do VTI, passaram a contribuir com 75,29% em 1985.

**TAB. 19 - Participação Setorial na Indústria de Transformação Cearense 1960-85 (% do VTI)**

SETORES	1959	1970	1975	1980	1985
<b>INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>SETORES MENOS INTENSIVOS EM CAPITAL</b>	<b>64,91</b>	<b>65,79</b>	<b>65,67</b>	<b>65,37</b>	<b>75,29</b>
Produtos alimentares	14,61	30,17	22,43	22,60	29,08
Têxtil	35,04	20,92	23,48	21,56	22,65
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3,33	5,47	9,31	13,38	16,76
Bebidas	2,28	2,13	2,40	1,73	1,99
Editorial e gráfica	2,78	2,37	2,65	1,51	1,59
Couros e peles, e produtos similares	0,96	0,33	0,83	0,90	1,51
Mobiliário	1,30	2,60	3,22	2,62	1,05
Madeira	2,16	1,49	1,27	1,07	0,60
Fumo	2,45	0,31	0,08	----	0,06
<b>SETORES MAIS INTENSIVOS EM CAPITAL</b>	<b>33,95</b>	<b>33,67</b>	<b>33,74</b>	<b>33,91</b>	<b>23,68</b>
Metalurgia	3,41	8,31	8,61	8,25	5,19
Produtos de minerais não metálicos	8,38	6,04	6,11	8,76	5,08
Química	16,97	14,31	10,40	5,88	2,70
Produtos de matéria plástica	----	0,39	0,46	1,95	1,44
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,80	0,43	0,49	1,14	0,88
Perfumarias, sabões e velas	3,04	0,70	0,63	0,65	0,71
Borracha	0,51	0,21	0,77	0,67	0,30
Papel e papelão	0,05	0,36	0,48	0,40	0,25
Materiais de transporte	0,05	0,72	0,52	1,54	3,28
Mecânica	0,43	1,13	2,13	2,90	2,19
Materiais elétricos e de comunicações	0,31	1,07	3,14	1,77	1,66
<b>DIVERSOS</b>	<b>1,10</b>	<b>0,53</b>	<b>0,35</b>	<b>0,36</b>	<b>0,28</b>

Fonte: valores calculados segundo dados dos Censos Industriais do IBGE de 1960/70/75/80/85

Durante a década de 70, os setores capital intensivos, excluindo a indústrias *química* e de *perfumaria sabões e velas*, que apresentaram queda na participação,<sup>47</sup> passaram a ter maior representação na formação do VTI, sinalizando para uma possível redução da concentração setorial da indústria cearense. Isto se deveu basicamente ao crescimento das indústrias de *Materiais de Transporte, Mecânica e Materiais Elétricos e de Comunicações*. Porém, essa leve tendência, exceto pelo segmento de *Materiais de Transporte*, se reverteu até 1985, quando aumentou de forma relevante a concentração no conjunto dos setores trabalho intensivo.

Se buscarmos a causa, iremos destacar o novo direcionamento político adotado pela SUDENE, com a substituição dos artigos 34/18 por outro instrumento de captação de recursos, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), em 1974. Constatou-se, em pesquisa realizada em 1968, a baixa capacidade de criar empregos da indústria incentivada nordestina. Os setores intensivos em capital, antes prioridade da política de incentivos, apresentaram índices de absorção de mão de obra insatisfatórios e quase não se utilizaram de matéria prima local.<sup>48</sup> A indústria *tradicional*, trabalho intensiva, com predomínio de empresas de médio porte, implantada no Ceará, apresentou uma relação empregos gerados/recursos incentivados bem mais elevada do que a da Bahia e Pernambuco, onde predominaram investimentos em empresas dinâmicas e de grande porte.

Essa reordenação de prioridade foi muito importante, pois criou uma alternativa à inserção do Ceará na política industrial implementada pelo Governo Federal para o Nordeste, cujas oportunidades estiveram fortemente orientadas para complementaridade à indústria do Centro-Sul do País, pautada no desenvolvimento do segmento de *bens intermediários*, na verdade, só aproveitadas efetivamente pela Bahia. De fato, a indústria cearense não conseguiu se consolidar no segmento de *bens intermediários*, alvo da política federal de complementaridade industrial, com destaque para indústria química.

Como aponta a Tabela 20 nas primeiras duas décadas seguintes à plena implementação da política de incentivos para o Nordeste em 1964, ao contrário dos segmentos de *bens de consumo não durável* e de *bens de capital e de consumo durável*, o segmento de *bens intermediários* perdeu gradativamente participação no VTI da Indústria de Transformação do Ceará, ocupando um papel secundário no processo de industrialização cearense.

<sup>47</sup> Em termos reais, o valor da transformação da indústria química cai quase pela metade e o aumento deste valor observado no setor de perfumaria, sabões e velas, fica muito aquém da média de crescimento dos outros setores.

<sup>48</sup> Ver GOODMAN & ALBUQUERQUE, 1974.

**TAB. 20 - Participação Setorial na Indústria de Transformação do Ceará 1960-85 (% do VTI)**

	1959	1970	1975	1980	1985
<b>INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL	66,59	65,43	65,52	66,09	76,28
BENS INTERMEDIÁRIOS	31,48	31,11	28,1	26,98	15,56
<i>Metalurgia</i>	3,41	8,31	8,61	8,25	5,19
<i>Produtos de minerais não metálicos</i>	8,38	6,04	6,11	8,76	5,08
<i>Química</i>	16,97	14,31	10,40	5,88	2,70
<i>Produtos de matéria plástica</i>	-	0,39	0,46	1,95	1,44
<i>Borracha</i>	0,51	0,21	0,77	0,67	0,3
<i>Papel e papelão</i>	0,05	0,36	0,48	0,4	0,25
<i>Madeira</i>	2,16	1,49	1,27	1,07	0,60
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL	0,79	2,92	5,79	6,21	7,13
DIVERSOS	1,10	0,53	0,35	0,36	0,28

Fonte: valores calculados segundo dados dos Censos Industriais do IBGE de 1960/70/75/80/85

Como é possível constatar, o segmento industrial de *bens intermediários* no Ceará, com forte influência justamente da sua Indústria Química, apresentou tendência declinante entre 1970 e 1985, bastante acentuada após 1980, depois da reorientação da política industrial da Região, que favoreceu o crescimento do segmento de bens de consumo não duráveis, especialmente no Ceará. Mesmo os setores do segmento de *bens intermediários* que ainda ensaiavam crescimento relativo, como *Metalurgia*, *Minerais não Metálicos* e *Matérias Plásticas*, acabaram por perder peso no VTI da Indústria local.

Assim o Ceará, como a maioria dos estados do Nordeste, acabou não participando, nem se beneficiando, do forte crescimento do segmento de *bens intermediários*, refletido no ganho de participação desse segmento no VTI da Região, demonstrado na Tabela 21.

**TAB. 21 - Participação Setorial na Indústria de Transformação do Nordeste 1970-85 (% do VTI)**

	1970	1980	1985
<b>INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL	58,8	41,5	41,8
BENS INTERMEDIÁRIOS	35,1	50,0	49,0
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL	6,2	8,5	9,2

Fonte: GUIMARÃES NETO, 1995 (Tabela 5, pg. 262 - Censos Industriais do IBGE)

É possível notar, também, que logo após a reorientação de prioridades da política industrial incentivada para o Nordeste, a participação do segmento de *bens intermediários* no VTI da Indústria de Transformação do Nordeste pára de crescer.

Se por um lado o Ceará não se beneficiou das oportunidades da política federal de desenvolvimento do segmento de *bens intermediários*, por outro lado, o novo direcionamento dado pela SUDENE, aliado à fase expansiva da economia nacional na década de 1970, acabou por beneficiá-lo, dado o apoio à indústria tradicional de médio porte, visando sua competitividade e modernização. O Ceará também foi diretamente beneficiado pelo fato da RMF ter sido a única região metropolitana reincluída, em 1978, na faixa prioritária do FINOR que estabelecia menores contrapartidas aos recursos incentivados. Faixa da qual fora excluída junto com as regiões metropolitanas de Recife-PE e Salvador-BA, como resultado de uma política da SUDENE que buscava favorecer a desconcentração econômica no Nordeste.

A partir daí o Ceará passou gradativamente a absorver maiores parcelas dos recursos incentivados voltados para seu segmento de *bens de consumo não duráveis*, fator que contribuiu para a concentração setorial, mantendo-se a indústria concentrada na sua região metropolitana.<sup>49</sup>

Em reforço ao redirecionamento da SUDENE, em 1979, por ocasião do segundo mandato de Virgílio Távora, é elaborado e executado, pelos governos Federal e Estadual, um programa de industrialização para o Ceará, tornando o Distrito Industrial de Fortaleza o III Polo Industrial do Nordeste. Este complexo acaba se caracterizando como um Pólo Têxtil e de Confecções

---

<sup>49</sup> De 1970 ao final de 1978, das **54 empresas** implantadas via incentivos, **39 pertenciam aos setores trabalho intensivo** (23 aos setores que compõem a Ind. de Alimentos; 7 aos setores têxteis; 6 aos setores de Vest., Calçados e Artef. de Tecidos; 2 aos setores de Couros, Peles e Similares e; 1 ao setor de Bebidas). Enquanto os **setores capital intensivo** somaram 23 projetos (3 no setor Metalúrgico, 2 no setor de Min. não Metálicos, 3 no setor de Mat. Plásticas, 2 no setor Químico, 1 no setor Farmacêutico, 2 no setor de Mat. Elétricos e 2 no setor Mecânico). No que tange a **localização**, **34 projetos foram instalados na RMF** (28 em Fortaleza, 2 em Caucaia, 3 em Maranguape e 1 em Pacatuba, 4 dos cinco municípios que formavam esta Região) e **20 indústrias se instalaram nos outros 136 municípios do Interior**, 2 se localizaram em municípios vizinhos a RMF (sendo 1 em Pacajus e 1 em Pentecostes); outras 3 se instalaram na Região do Cariri (sendo 1 em Crato e 2 em Juazeiro do Norte) e 1 em Mauriti próximo a esta região. Foram implantados 1 projeto em Ubajara, 2 em Ibiapina e 1 em Tianguá, municípios vizinhos a Região de Sobral. Esta região recebeu 3 projetos no próprio município de Sobral. Foram implantados 1 projeto em Beberibe e 1 em Itapiúna, municípios localizados próximo a RMF. Foram implantados 1 projeto em Irauçuba e 1 em Itapajé, municípios situados entre a Região de Sobral e a RMF. Em Poranga divisa com o Piauí instalou-se 1 Projeto, e 1 foi implantado em Jaguaribe próximo a divisa com a Paraíba e o Rio Grande do Norte. E instalou-se 1 projeto em Quixeramobim, centro do Estado. Ver NOBRE (1989, p.271-279) e IPLANCE (1997, 1.2 Evolução Territorial, Mapa da Divisão Pol. Adm.-1960, não alterada até 1985).

contribuindo na atração de investimentos para a RMF.<sup>50</sup> Embora estivesse dentro das metas a implantação de distritos industriais no interior, isto não se efetivou.

**TAB. 22 - Liberação dos Recursos do Finor para Indústria de Transformação dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (Percentual do valor total liberado para o Nordeste - 1976-88)**

UF	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
CE	7,87	9,84	9,29	11,57	14,33	17,15	19,52	22,86	21,82	24,17	28,66	28,92
PE	16,83	14,85	15,92	15,37	23,23	21,80	20,45	18,88	18,55	16,45	16,48	14,75
BA	34,60	50,67	43,14	32,63	20,46	19,93	18,50	18,10	23,79	23,97	14,56	15,87

Fonte: percentuais extraídos da Tabela 4 baseada em dados do BNB, SOARES & ROCHA (1994: 275)

Entretanto, o Ceará não foi o único Estado a elevar sua participação na captação de recursos do FINOR, embora tenha conquistado a maior participação entre os demais Estados nordestinos. Deve-se levar em consideração também que a perda de participação dos Estados da Bahia e de Pernambuco foi compensada por recursos captados no BNDES, Banco do Brasil, Banco Mundial e Bird, fontes de financiamento que até fins da década de 1980, foram quase que exclusivamente exploradas por estes dois Estados.<sup>51</sup>

O aumento da captação de recursos incentivados não alterou o perfil altamente concentrado da indústria cearense. Na verdade, o direcionamento dos empreendimentos industriais incentivados reforçou a concentração setorial e espacial, espelhando o perfil da indústria como um todo.

Em 1986, a distribuição das indústrias incentivadas em atividade ou em implantação, segundo sua localização, se dava na seguinte porcentagem: 78,3% na RMF (59,8% só em Fortaleza) e 21,7% no Interior do estado. Sendo que das indústrias de transformação em atividades, 63,5% pertenciam ao grupo de setores trabalho intensivo, enquanto 36,5% pertenciam ao grupo de setores intensivos em capital.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> "Entre 1970 e 1985, o número de estabelecimentos têxteis do Ceará cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados ao vestuário passavam de 152 para 850." ARAÚJO, 1995, p.133

<sup>51</sup> A partir de meados da década de 70, o BNDES e o BB passam a direcionar mais recursos para o Nordeste, os quais serão destinados em maior parcela para BA e PE, segundo GUIMARÃES NETO (1986:181 a 183).

<sup>52</sup> Somando 184 indústrias, **144 delas na RMF**, sendo 110 em Fortaleza, 19 em Maranguape, 8 em Maracanaú, 4 em Pacatuba, 2 em Aquiraz e 1 em Caucaia. No Interior havia **40 indústrias**, sendo 10 em Sobral, 5 em Juazeiro do Norte, 3 em Crato, 3 em Barbalha, 3 em Camocim, 3 em Cascavel, e 13 em outros Municípios. Conforme CAVALCANTE (1992: 129; Tab. 27). Sendo que entre as **126 indústrias da classe de transformação** implantadas via incentivos, 25,4% pertenciam à Ind. de Alimentos (32 unid.); 13,5% à Ind. Têxtil (17 unid.); 15,9% aos setores de Vest., Calçados e Artef. de Tecidos (20 unid.); 2,4% aos setores de Couros, Peles e Similares (3 unid.); 2,4% ao setor Mobiliário (3 unid.), 2,4% à Diversos (3 unid.), 0,8% ao setor Editorial e Gráfico (1 unid.) e 0,8% ao setor de

A concentração espacial não se observava só na indústria. O produto da economia cearense como um todo, até 1986, vinha se concentrado na área metropolitana. Em 1970 a *micro região* de Fortaleza participava com 53,5% do PIB, já em 1985, esta relação subiu para 75,4%, conforme VERGOLINO & MONTEIRO NETO (1997: 21; Tabela 4).

Mas, mesmo concentrada, a Indústria de Transformação cearense apresentou crescimento bastante expressivo, além de elevar sua participação no total do valor adicionado (VA) da indústria estadual de 52,3% em 1970, para 61,5% em 1986.

A partir da Tabela 23, que apresenta valores em reais de 1996, é possível constatar que o VA da Indústria de Transformação cearense, no intervalo 1971-86 cresceu em termos absolutos R\$ 1,53 bilhão, ou 496,7% em 16 anos, o que representa uma taxa média de crescimento bastante elevada de 10,54% ao ano (a.a.).

Os três setores dominantes da indústria de transformação também apresentaram taxas médias de crescimento anual muito altas no período: 25,95% a.a. no setor de *Vestuário e calçados* (a maior taxa entre os setores de transformação), 15,21% a.a. no *Têxtil* e 9,63% a.a. no setor *Alimentar*. O crescimento em termos absolutos destes setores também foi significativo, especialmente no setor *Alimentar*, como mostra a Tabela 21.

---

Bebidas (1 unid.), **compondo o percentual do segmento trabalho intensivo**; enquanto 7,9% pertenciam ao setor Metalúrgico (10 unid.); 10,3% ao setor de Min. não Metálicos (13 unid.); 3,2% ao setor de Mat. Plásticas (4 unid.); 4,8% no setor Químico (6 unid.), 2,4% ao setor de Papel Papelão (3 unid.); 2,4% ao setor Farmacêutico e Veter. (3 unid.), 1,6% ao setor Mecânico (2 unid.) e 4% ao setor de Mat. Elétricos e de Comunicações (5 unid.), **compondo o percentual do gênero intensivo em capital**, conforme dados do mesmo trabalho disponíveis na pg. 123, Tabela 25.

**TABELA 23-Valor Adicionado da Indústria de Transformação-CEARÁ 1970/1986 (RS 1.000)\***

<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1986</b>
<b>TOTAL</b>	<b>385.185</b>	<b>777.051</b>	<b>1.615.003</b>	<b>1.913.187</b>
<b>SETORES MENOS INTENSIVOS EM CAPITAL</b>	<b>253.918</b>	<b>522.690</b>	<b>1.073.975</b>	<b>1.417.341</b>
Produtos alimentares	158.124	250.734	555.261	688.630
Têxtil	29.807	95.093	182.385	287.286
Vestuário e calçados	5.514	28.257	100.746	221.131
Bebidas	16.601	40.684	72.170	93.288
Editorial e gráfica	7.972	20.494	26.638	30.495
Couros e peles	2.563	13.372	22.302	33.282
Mobiliário	17.973	49.743	84.037	38.001
Madeira	15.031	23.276	26.303	23.286
Fumo	333	1.037	4.133	1.942
<b>SETORES MAIS INTENSIVOS EM CAPITAL</b>	<b>131.267</b>	<b>254.363</b>	<b>541.028</b>	<b>486.634</b>
Metalurgia	11.031	25.497	69.134	101.066
Produtos de minerais não metálicos	39.553	87.778	252.794	156.323
Química	64.384	83.484	34.064	43.387
Produtos de matéria plástica	2.141	3.543	28.499	31.602
Produtos farmacêuticos e veterinários	1.455	3.792	16.201	16.646
Perfumarias, sabões e velas	2.376	4.891	10.236	13.428
Borracha	598	5.033	15.379	4.535
Papel e papelão	1.139	2.852	5.657	5.506
Materiais de transporte	1.773	3.428	26.062	69.172
Mecânica	3.685	18.221	58.590	25.332
Materiais elétricos e de comunicações	1.338	11.245	16.388	19.639
<b>DIVERSOS</b>	<b>1.794</b>	<b>4.599</b>	<b>8.024</b>	<b>9.212</b>

Fonte: derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA)

\* a preços constantes de 1996

Os maiores crescimentos foram observados no intervalo 1976-80, seja em termos absolutos ou em percentual. Exceto pela *Indústria Química* cearense, todos os demais setores de transformação apresentaram crescimento real, com destaque para o excelente desempenho dos *Produtos de Minerais não Metálicos*, que neste ano superou o VA dos setores *Têxtil* e de *Vestuário e calçados*. Mas, o setor de *Minerais não Metálicos* no intervalo seguinte (1981-86) sofreu uma queda real expressiva em seu VA, embora passasse a manter uma participação importante no VA da Indústria de Transformação do Ceará, pouco abaixo dos 10%, contribuindo para reduzir a concentração nos três setores dominantes desta indústria.

O crescimento do setor de *Minerais não Metálicos* foi sustentado basicamente por dois de seus 23 subsetores, principalmente o de *Fabricação de Cimento*, e depois o de *Fabricação de Telhas, Tijolos e Outros Artigos de Barro Cozido*.<sup>53</sup> Tais atividades, embora enquadradas entre as

<sup>53</sup> Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, esses dois subsetores responderam, respectivamente, por 45,8% e 19,5% de ICMS arrecadado por todo setor de *Minerais não Metálicos* de janeiro de 1994 a junho de

atividades intensivas em capital, não propiciam grandes encadeamentos e nem emprego de tecnologia avançada, pouco se diferenciando dos segmentos intensivos em trabalho, considerados restritos no sentido de dinamizar a economia.

No intervalo 1981-86, foi observada uma desaceleração do crescimento, tendo, inclusive, sete setores sofrido queda real em seu VA: três setores trabalho intensivo de menor peso (*Mobiliário, Madeira e Fumo*) e quatro capital intensivo, desses, dois setores com peso reduzido (*Borracha, Papel e Papelão*), um com peso representativo (*Produtos de Minerais não Metálicos*) e outro que perde participação (*Mecânica*).

Em prejuízo da diversificação da indústria de transformação cearense, houve queda real do VA do conjunto dos setores mais intensivos em capital, conseqüentemente, elevando a concentração do VA no conjunto dos setores trabalho intensivo no intervalo 1981-86. Visto que o desempenho negativo dos três setores trabalho intensivo não prejudicou o VA do setor trabalho intensivo como um todo, que ainda apresentou um crescimento expressivo de 32%, ou seja, 4,73% a.a.

No intervalo 1971-86, como mostra a Tabela 24, três dos outros quatro ramos da indústria cearense cresceram ainda mais que a indústria de transformação: *extrativa mineral, energia elétrica e gás e abastecimento de água e saneamento*. Embora o VA destes três ramos juntos ainda representassem, em 1986, apenas 11,2% do total do VA da indústria do Ceará, enquanto as indústrias *de transformação e da construção civil* representavam, respectivamente, 61,5% e 27,6% deste total.

Mesmo que a *construção civil* tenha crescido a uma taxa anual menor no intervalo 1971-86, em termos absolutos elevou o VA em R\$ 525,6 milhões (valores de 1996), acréscimo superior aos R\$ 326,35 milhões somados pelos três ramos que mais cresceram (*extrativa mineral, energia elétrica e gás e abastecimento de água e saneamento*). Mas, ainda que o crescimento absoluto do VA da *construção civil* tenha sido expressivo, o da *indústria de transformação* foi muito mais expressivo, ao somar mais R\$ 1,53 bilhões, sendo este último ramo o principal responsável pelo salto do VA industrial do Ceará.

---

1998. O território cearense é rico em matéria prima para produção de cimento, fator que contribuiu para atrair investimentos produtivos da maior indústria de cimento do Brasil, a Votorantin, pertencente a um dos maiores grupo empresariais do país.

**TAB. 24- Valor Adicionado e Taxa de Crescimento da Indústria - CEARÁ 1970/1986 (R\$ 1.000)\***

<b>Indústria</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1986</b>	<b>1970-86</b>
<b>Ramos</b>	<b>Valor Adicionado</b>				<b>Taxa anual de cresc.</b>
Extrativa Mineral	2.548	5.042	21.267	154.821	29,26%
Indústria de Transformação	385.185	777.051	1.615.003	1.913.187	10,54%
Construção Civil	332.955	377.494	552.397	858.531	6,10%
Energia Elétrica e Gás	19.833	39.923	86.236	149.706	13,47%
Abastecimento de Água e Saneamento	362	4.388	13.668	44.568	35,10%
<b>Total da Indústria</b>	<b>736.902</b>	<b>1.199.390</b>	<b>2.282.049</b>	<b>3.110.670</b>	<b>9,42%</b>

Fonte: Derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA)

\* a preços constantes de 1996

O desempenho da *indústria de transformação* cearense foi o principal responsável para que a participação da Indústria do Ceará no VA da economia cearense passasse de 18,6% em 1970 para 25,1% em 1986.

Entretanto, com a crise sofrida pela economia nacional na década de 1980, a indústria de transformação cearense já na primeira metade desta década começa apresentar sinais de desaceleração.

COIMBRA & LISBOA (2000: 4) apontam a deterioração da política industrial brasileira face ao agravamento do cenário nacional:

*"... o papel do estado em relação à indústria, a partir dos anos 80, passou a ser inteiramente passivo, sendo esta mudança de papel influenciada pela interrupção do fluxo de poupança externa e pela perda da capacidade de poupança e de investimento do estado, pois ambas levaram a reduzir o raio de manobra da política econômica. Isso ocorre porque, após o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros no mercado internacional (1979), agrava-se significativamente a situação do balanço de pagamentos, que juntamente com o estrangulamento externo impõe-se como a principal restrição macroeconômica ao crescimento. A partir de então, observa-se predominância absoluta de preocupações de curto prazo da política macroeconômica e ausência de qualquer estratégia de longo prazo para o setor industrial. A reduzida possibilidade de se implementar uma estratégia industrial de longo prazo através do governo federal força a mudança da dinâmica do processo de industrialização para a região Nordeste. Para tanto, seus estados membros passam a ser os precursores de suas próprias estratégias de desenvolvimento industrial."*<sup>54</sup>

Dada a necessidade de gerar elevados superávits comerciais para fechar as contas extenas, adotou-se políticas de redução da demanda interna e de controle direto das importações, o que contribuiu para uma profunda recessão industrial no início da década de 1980, com efeitos negativos sobre a receita fiscal do governo federal e sobre a receita operacional das estatais.

<sup>54</sup> Os autores se basearam em: SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*. São Paulo v. 8, nº 4, p. 5-16, out./dez., 1988.

Frente a esse cenário, no intervalo 1981-86, a taxa média de crescimento da indústria de transformação cearense foi de 2,86% a.a., que, embora não seja uma taxa desprezível, foi bem inferior à taxa do intervalo 1971-80. Favorecida pelo ambiente econômico nacional bastante positivo presente neste intervalo, a taxa de crescimento atingiu a incrível marca de 15,41% a.a., embora deva ser considerado que o cálculo do crescimento do VA partiu de uma base pequena em 1970. Ainda assim, o acréscimo do VA em termos absolutos foi muito mais expressivo no intervalo 1971-80, mesmo considerando sua maior extensão temporal.

Em fins da década de 1980, ainda outros elementos passaram a fazer parte do cenário em que se inseria a indústria de transformação do Ceará. Entre eles se destacaram: o governo estadual sob novas lideranças empresariais com um projeto de desenvolvimento para o estado, reforma fiscal de 1988, constituição do FNE/1989 em complemento ao FINOR, o agravamento da crise macroeconômica no país e o enfraquecimento da União, a abertura comercial em um contexto de globalização, maior integração do mercado regional e de imposição de processos de produção tecnologicamente mais avançados. Fatores que influenciaram o crescimento da indústria cearense.

Os anos que se seguiram ao primeiro triênio da década de 1980, mais intensamente após o esgotamento do plano cruzado em 1986, foram marcados pela escalada inflacionária e a deterioração da economia brasileira, com efeitos recessivos de sucessivos planos de estabilização econômica.

Por outro lado, não podemos deixar de destacar duas mudanças introduzidas pela Constituição Federal de 1988, importantes para reverter a fragilizada conjuntura local encontrada em 1987:

1) uma resultou na ampliação significativa da base de arrecadação fiscal dos Estados e Municípios, conjugada a um substancial aumento da participação dos Estados no FPEM (Fundo de Participação dos Estados e Municípios) tendo importante papel nos resultados alcançados no Ceará posteriormente, entre esses o ajuste fiscal.

2) a outra, foi a criação do FNE, que assegurava 50% de seus recursos ao semi-árido nordestino. O valor dos recursos liberados por esse fundo gradativamente superaram os recursos liberados pelo FINOR, que tenderam a se estabilizar em determinado patamar após a sua fonte de receita ter se estendido para outras regiões e seus respectivos fundos de desenvolvimento. Em ambos os Fundos, o Ceará seria um dos maiores beneficiários entre os estados nordestinos.

Essas novas variáveis seriam de grande importância para enfrentar as adversidades do cenário econômico que começou a se desenhar em finais da década de 1980, em que predominaram políticas neoliberais.

Supostamente, com a ampla abertura comercial e o novo padrão concorrencial, os estados brasileiros que abrigavam as economias mais diversificadas, especialmente as que exerciam função de fornecedoras de mercadorias e serviços às outras economias de sua própria região ou de outras regiões do Brasil, seriam os mais afetados pela reestruturação econômica que teve curso na década de 1990. Tanto pela exposição de seu próprio mercado consumidor, quanto dos mercados nacionais demandantes de seus produtos, a novos concorrentes internacionais dotados de um padrão tecnológico e organizacional mais avançado e operando com custos mais baixos.

Já as economias em mais especializadas e pouco diversificadas, tradicionalmente importadoras líquidas de mercadorias e serviços de outras localidades do país, como a do Ceará, seriam as menos afetadas por sua menor exposição setorial ao acirrado padrão concorrencial que se estabeleceu. Até mesmo, conforme o caso, podendo se beneficiar da acentuada queda dos impostos de importação e da posterior apreciação cambial, que reduziu o custo dos produtos estrangeiros de sua pauta de importações, além de viabilizar novas alternativas frente ao fornecimento nacional.

Por outro lado, os condicionantes da reestruturação produtiva que viria marcar a década de 1990 e a forma como se deu a inserção da economia brasileira no mercado internacional, privilegiaram a localização de investimentos nas áreas já mais dinâmicas e competitivas do país, especialmente no que tange às estratégias das grandes empresas em relação à internacionalização da economia. O padrão tecnológico imposto pelo novo ambiente concorrencial tornou mais atrativa a proximidade aos grandes centros, dotados de maior infra-estrutura e um terciário avançado, capaz de oferecer suporte às demandas da produção reestruturada, como a da indústria que, no processo de reestruturação, terceirizou etapas de sua atividade. (ARAÚJO, 2000 e DINIZ, 2000a e 2000b)

Em geral, a severa redução dos investimentos estatais que haviam exercido papel fundamental no desenvolvimento regional, contribuindo significativamente para descentralização das atividades econômicas, também contribuiria, na década de 1990, para o fortalecimento dos centros mais desenvolvidos do país, na medida em que a ausência desse importante vetor

restringiu as possibilidades de espraiamento das atividades para outras localidades menos desenvolvidas. (AZEVEDO SILVA, 2002)

Como forma de contornar a crise fiscal da União e dos próprios estados, a grande maioria deles acentuou a antiga prática de atração de investimentos, pautada principalmente na renúncia fiscal. Esta prática, passou a ser denominada "Guerra Fiscal" dado o elevado grau de benefícios oferecidos especialmente ao capital de médio e grande porte que tiveram condições de deslocar plantas privilegiando, no curto prazo, os estados receptores, mas comprometendo suas finanças no médio e longo prazo.

Nesse contexto, perderam-se importantes instrumentos de políticas de desenvolvimento que ainda ofereciam crédito de longo prazo, além das empresas estatais diretamente envolvidas com a produção. Com isso, comprometeu-se boa parte dos efeitos de desconcentração regional da atividade produtiva do *Centro-Sul* em direção ao Nordeste, observados no período de 1970-85.

Na próxima seção analisaremos o desempenho da indústria de transformação cearense após 1986, desde então submetida a um novo cenário econômico e sob as diretrizes do projeto de governo das novas lideranças políticas, confrontando-a com o desempenho anterior e avaliando questões relativas a alguns de seus principais setores.

## 2.2 O Desempenho da Indústria de Transformação Cearense Após 1986

A Indústria de Transformação ganha peso na estrutura produtiva da economia cearense, processo que começa a tomar forma na década de 60 e terá mais precisamente nos setores *Alimentar, Têxtil e Vestuário e calçados* a base do crescimento industrial do estado (a relação do PIB industrial/PIB estadual inferior a 8% em 1960, atingiu 28,1% em 1980 e se estabilizou em torno de 22% no período 1986-98<sup>55</sup>). Tais setores contribuíram decisivamente para o crescimento do Ceará, influenciando para que o desempenho econômico estadual se destacasse na década de 1990.

Entretanto, até fins da década de 80, a concentração setorial era apontada como um forte limite ao crescimento da indústria e, conseqüentemente, do próprio desempenho da economia cearense. Os setores em questão eram considerados limitados no que tange à difusão de efeitos multiplicadores.

*"A economia cearense, dada a sua natureza de inserção periférica no contexto nacional, tem sua capacidade de expansão bastante limitada. Ou seja, o baixo peso e diversificação restrita do setor industrial local abre espaços para que ocorra uma penetração muito intensa de mercadorias e serviços originados de outras regiões do País (...) ao nível do Estado, impõe-se uma restrição expansiva bastante séria (...) porque as exigências de competitividade, que estão diretamente relacionadas às economias de escala, estrutura tecnológica e economias de aglomeração, inclusive financiamento, se realizam numa estrutura de mercado homogeneizado nacionalmente, sem barreiras à circulação."* (FERREIRA, 1990: 17; grifo meu)

De fato, a economia cearense era e ainda é uma forte importadora de mercadorias e serviços, o que limita sua expansão, pois boa parte dos efeitos de um aquecimento da economia local serão externalizados, por não abrigar determinados segmentos. Segundo a matriz do IPEA confeccionada por VASCONCELOS (2001), o déficit do Ceará com o resto do país atingiu R\$ 2,76 bilhões em 1998 (valores correntes do ano).<sup>56</sup>

Ainda que o objetivo de reduzir a concentração setorial da indústria cearense esteja em segundo plano no discurso desses governos, o mesmo fez parte de suas principais metas. Os elevados déficits na balança comercial cearense, constantemente apontam o problema. O

<sup>55</sup> Participação de 1960 estimada em CEARÁ (1965) e entre 1980 e 1998, conforme série do PIB a custo de fatores, segundo os setores econômicos a preços correntes de cada ano, publicada em SUDENE (1999A, pg. 81).

<sup>56</sup> Em 1998, enquanto as compras do resto do país somaram R\$ 8.403.054.000, as vendas para o resto do país alcançaram R\$ 5.644.484.000. Os pontos positivos estão no fato da relação vendas/compras ter aumentado expressivamente em relação às décadas de 1960 e 1970 (em 1975 esta relação chegou a quase 1/4) e o Ceará ter passado a vender bem mais para o Nordeste (R\$ 2,8 bi) do que para o Sudeste (R\$ 1,8 bi), reduzindo a dependência do mercado consumidor do Sudeste, vigente nessas décadas. Embora, o Sudeste continue respondendo pela maior parte das compras do Ceará, restringindo a integração intra-regional ao transferir os impactos econômicos dessas compras para fora da própria Região Nordeste.

Complexo Industrial e Portuário de Pecém em construção – onde, praticamente, estão previstos somente a implantação de indústrias intensivas em capital e o setor público estadual já investiu grandes quantias, inclusive, assumindo dívidas elevadas e recebendo pesados recursos federais – é uma demonstração concreta disso.

Mas, considerando os 21 gêneros industriais, é possível notar que após dez anos de "governos dos empresários" a forte concentração setorial nos gêneros menos intensivos em capital se manteve praticamente inalterada (Tabela 23).

Os setores de transformação com maior participação no VA também são praticamente os mesmos (*Alimentar, Têxtil e Vestuário e calçados*), exceto pela rápida ascensão do setor de *Couros e peles* a um dos setores com maior peso na Indústria de Transformação do Ceará.

**TABELA 25 - Participação setorial na Indústria de Transformação - CEARÁ - 1986/96 (VA-%)**

SETORES	1986	1990	1996
<b>INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>SETORES MENOS INTENSIVOS EM CAPITAL</b>	<b>74,08</b>	<b>74,18</b>	<b>73,72</b>
Produtos alimentares	35,99	26,71	24,82
Têxtil	15,02	24,39	20,79
Vestuário e calçados	11,56	11,80	10,66
Bebidas	4,88	4,12	3,19
Editorial e gráfica	1,59	1,64	2,16
Couros e peles	1,74	1,95	9,41
Mobiliário	1,99	2,38	1,28
Madeira	1,22	1,10	1,36
Fumo	0,10	0,10	0,07
<b>SETORES MAIS INTENSIVOS EM CAPITAL</b>	<b>25,44</b>	<b>25,49</b>	<b>26,01</b>
Metalurgia	5,28	4,37	3,12
Produtos de minerais não metálicos	8,17	9,20	8,19
Química	2,27	2,66	1,97
Produtos de matéria plástica	1,65	2,16	2,03
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,87	0,59	1,04
Perfumarias, sabões e velas	0,70	0,48	0,84
Borracha	0,24	0,34	0,62
Papel e papelão	0,29	0,28	0,30
Materiais de transporte	3,62	3,70	5,78
Mecânica	1,32	0,91	1,42
Materiais elétricos e de comunicações	1,03	0,79	0,71
<b>OUTROS SETORES DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>0,48</b>	<b>0,33</b>	<b>0,26</b>

Fonte: Derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA)

Deve-se também destacar o crescimento do setor de *Materiais de Transporte*, que em fins da década de 1970 iniciou um crescimento acima da tendência anteriormente observada, e a partir

de 1984 passou a apresentar peso relevante no VA da Indústria de Transformação (principalmente depois de 1992), contribuindo para aumentar o peso secundário dos setores capital intensivos. O crescimento dos *Materiais de Transporte* praticamente se deu pela expansão do seu subsetor de *Fabricação de Veículos Automotores* iniciada na primeira metade da década de 1980. As contribuições do subsetor de *Fabricação de Bicicletas, Triciclos e Motocicletas, Inclusive Peças e Acessórios* e dos subsetores relacionados a autopeças e acessórios foram muito baixas, tendo sido irrisórias as contribuições dos outros subsetores ligados às embarcações e outros veículos.<sup>57</sup>

Também pertencendo aos setores intensivos em capital, o desempenho do setor de *Metalurgia*, de forma inversa ao de *Materiais de Transporte*, perdeu peso relevante.

A despeito das alterações nas parcelas setoriais no VTI da Indústria de Transformação do Ceará, os três setores com maior participação continuaram sendo os mesmos: *Alimentar, Têxtil e Vestuário e calçados*.

O setor *Alimentar*, gradativamente perdeu participação significativa entre 1986 e 1996, ainda que concentrando elevada parcela do VA (24,82%) da Indústria de Transformação cearense em 1996. A Indústria de Alimentos cearense na década de 1980 se destacava apenas pelo setor de massas, óleos vegetais, gorduras alimentares, rações para animais e pela agroindústria do caju e seus efeitos de encadeamento se limitavam basicamente a efeitos para trás.<sup>58</sup> Na década de 1990, pouco se diversificou e muitos segmentos importantes do setor não têm presença relevante no Ceará, o que limita o crescimento do setor no estado. Entre as 1000 maiores empresas do Brasil com maior receita líquida em 2001, levantadas pelo *Valor Econômico*, o Ceará sedia apenas duas pertencentes ao setor *Alimentar*: o Moinho Dias Branco (346<sup>a</sup> maior, sendo a 31<sup>a</sup> maior do setor alimentar) e o Grupo J. Macedo (361<sup>a</sup> maior e a 32<sup>a</sup> maior do setor), ambas de origem local.

Já o setor *Têxtil*, de forma significativa, elevou em 5,77 pontos percentuais sua participação no VA da Indústria de Transformação entre 1986 e 1996, embora sua participação

---

<sup>57</sup> Segundo os dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, o subsetor de *Fabricação de Veículos Automotores* respondeu sozinho por 92% do ICMS arrecadado, de janeiro de 1994 a junho de 1998, por todos os 10 subsetores que compõem a Indústria de *Materiais de Transporte* do Ceará. Entretanto, pelo menos três das maiores empresas pertencentes ao subsetor *Fabricação de Veículos*, fabricantes de veículos especiais, também produzem autopeças, o que provavelmente distorce o resultado. Os balanços da Gazeta Mercantil apenas fazem referências à fabricação de autopeças como atividade relevante da indústria local de *Materiais de Transporte*, inclusive com inserção no mercado nacional e internacional, a exemplo da produção de sistema de freio para ônibus e caminhões.

<sup>58</sup> MARQUES, 1996.

em 1996 tenha caído em relação a 1990. Marcelo Costa (DIEESE-CE), em recente estudo sobre o setor têxtil cearense, aponta algum dos fatores envolvidos com o seu crescimento:

*"Este segmento da atividade produtiva industrial do estado percorreu uma trajetória de modernização do parque industrial, iniciada nos anos 70/80 e aprofundada nos anos 80/90. Essa modernização do parque fabril, permitiu que o segmento deixasse para trás a situação de fragilidade concorrencial no âmbito nacional e se consolidasse como um dos mais modernos do país. (...) observou-se que a modernização da fiação e tecelagem iniciada no Ceará antecedeu a experimentada pelo segmento em nível nacional e foi a grande responsável pela incorporação dos ganhos de produtividade e pelo crescimento da produção a taxas superiores a do Brasil e do Nordeste. Percebeu-se ainda que dita modernização ocorreu de forma generalizada, de tal sorte que 91,67% das empresas admitiram ter realizado modernizações de caráter tecnológico e/ou organizacional, em 1996."* (COSTA, 2001: 71 e 72)

O setor têxtil foi o mais favorecido no estado pelo movimento de *relocalização* de plantas observado no processo de reestruturação produtiva enfrentado pelo país a partir do final da década de 1980. Hoje, o Ceará sedia a maior empresa do setor têxtil no Brasil, a Vicunha que, segundo o ranking de 2001 do *Valor Econômico*, era a 130ª maior entre todos os setores. Muitas outras empresas têxteis importantes, embora não tenham sede no estado, possuem filiais, em grande parte, advindas do movimento de *relocalização* em busca de vantagens comparativas, não só baseadas em renúncias fiscais e mão de obra barata mas também nas sinergias positivas que o complexo têxtil cearense passou a oferecer com o seu desenvolvimento.

Por sua vez, o setor de *Vestuário e calçados* manteve sua participação no VA da Indústria de Transformação cearense praticamente estável entre 1986 e 1996, preservando a conquista de significativa parcela do VA observada entre 1970-86, dado que embora não tenha apresentado crescimento relativo, ainda manteve sua taxa de crescimento em patamares elevados.<sup>59</sup> Nesse setor, anteriormente com maior peso do segmento de *Vestuário*, a indústria calçadista gradativamente assumiu peso local importante.

O segmento de calçados, provavelmente, foi o segundo maior beneficiário do processo de *relocalização* citado acima, o qual levou a Grendene, segunda maior indústria de calçados atuando no Brasil, a transferir sua sede para o Ceará, onde possui uma fábrica localizada no

---

<sup>59</sup> O segmento de Vestuários, dado seu expressivo crescimento a partir da década de 1970, já na entrada da década de 1990, havia se tornado um dos segmentos de maior porte da economia cearense. "Em 1991, segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, o pólo cearense reunia cerca de três mil empresas, gerava 60 mil empregos diretos e era responsável por 12% do ICMS do Ceará..." (ARAÚJO, 1995: 133). Essa atividade cearense também tem se beneficiado do processo de *relocalização* e atraiu empresas como a Marisol (SC) e o grupo norte-americano VF (Lee, Vangler, etc.).

interior (Sobral) que proporciona cerca de 9.000 empregos diretos. O Ceará cedia também a Dakota Calçados, uma das maiores do Nordeste, presente em três municípios (dois do interior), que possui cerca de 5.000 funcionários. Indústrias calçadista importantes, como a Azaléia, a terceira maior do setor no Brasil, abriram filiais no estado.<sup>60</sup>

As perspectivas atuais apontam boas possibilidades de crescimento para a Indústria de Calçados cearense no contexto nacional do setor. No que se refere ao comércio exterior, o Ceará já se tornou, entre os principais estados produtores de calçados, o terceiro maior exportador, consolidando essa posição na década passada.

**TABELA 26 - Brasil: exportações de calçados, segundo os principais estados produtores (US\$ milhões - FOB) – 1998/2000**

Estados	1998		1999		2000	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bahia	-		2	0,16	5	0,32
<b>Ceará</b>	<b>65</b>	<b>4,89</b>	<b>71</b>	<b>5,56</b>	<b>81</b>	<b>5,24</b>
Espírito Santo	1	0,08	-		1	0,06
Minas Gerais	3	0,23	3	0,23	6	0,39
Paraíba	10	0,75	16	1,25	17	1,10
Paraná	-		1	0,08	1	0,06
Pernambuco	-		-		1	0,06
Rio Grande do Sul	1.144	86,02	1.085	84,90	1.292	83,52
Santa Catarina	5	0,38	6	0,47	6	0,39
São Paulo	99	7,44	90	7,04	135	8,73
Sergipe	2	0,15	2	0,16	-	-
Outros Estados	1	0,08	-		-	-
<b>Brasil</b>	<b>1.330</b>	<b>100,00</b>	<b>1.278</b>	<b>100,00</b>	<b>1.547</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Calçados - Abicalçados.

Elaboração: OLIVEIRA (2002: 50).

Na pauta de exportação cearense os *calçados*, desde 1998, têm sido o segundo produto mais exportado, só perdendo para *amêndoa de castanha de caju*. Em 2000, as vendas de calçados para o exterior somaram US\$ 81,1 milhões (em valores correntes FOB), representando 16,4% do valor total exportado pelo estado.

A consolidação de determinados setores trabalho intensivos, com maior peso no Valor Adicionado (VA) da Indústria Cearense, conforme demonstrado, levou à "especialização" industrial em torno do segmento de *bens de consumo não duráveis*. Como mostra a Tabela 27 esse segmento elevou sua participação no VA da indústria de transformação local para cerca de 3/4 em 1986, mantendo-a inalterada até 1996.

<sup>60</sup> Se, para efeito de cálculo, a Alpargatas fosse desmembrada de sua atividade têxtil, muito provavelmente perderia posição para a Grendene e para a Azaléia.

**TABELA 27- Participação setorial na Indústria de Transformação - CEARÁ- 1970/96 (VA-%)**

<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1970</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL</b>	<b>63,03</b>	<b>74,44</b>	<b>74,16</b>	<b>74,26</b>
Produtos alimentares	41,05	35,99	26,71	24,82
Têxtil	7,74	15,02	24,39	20,79
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1,43	11,56	11,80	10,66
Couros e peles	0,67	1,74	1,95	9,41
Bebidas	4,31	4,88	4,12	3,19
Editorial e gráfica	2,07	1,59	1,64	2,16
Mobiliário	4,67	1,99	2,38	1,28
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,38	0,87	0,59	1,04
Perfumarias, sabões e velas	0,62	0,70	0,48	0,84
Fumo	0,09	0,10	0,10	0,07
<b>BENS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>34,77</b>	<b>19,12</b>	<b>20,11</b>	<b>17,59</b>
Metalurgia	2,86	5,28	4,37	3,12
Produtos de minerais não metálicos	10,27	8,17	9,20	8,19
Química	16,72	2,27	2,66	1,97
Produtos de matéria plástica	0,56	1,65	2,16	2,03
Borracha	0,16	0,24	0,34	0,62
Papel e papelão	0,30	0,29	0,28	0,30
Madeira	3,90	1,22	1,10	1,36
<b>BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL</b>	<b>1,76</b>	<b>5,97</b>	<b>5,4</b>	<b>7,91</b>
Materiais de transporte	0,46	3,62	3,70	5,78
Mecânica	0,96	1,32	0,91	1,42
Materiais elétricos e de comunicações	0,35	1,03	0,79	0,71
<b>DIVERSOS</b>	<b>0,47</b>	<b>0,48</b>	<b>0,33</b>	<b>0,26</b>

Fonte: Derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA)

Vale destacar também o modesto mas gradativo crescimento da parcela do VA da Indústria do Ceará gerado pelo segmento de *bens de capital e de consumo durável*, embora basicamente sustentado apenas por um dos três setores que o compõem: *Materiais de Transporte*. Por outro lado, o segmento de *bens intermediários* local vem consolidando uma tendência declinante.

A participação reduzida do segmento de *bens de capital* na Indústria Cearense, aponta uma dependência de mercados extra-estaduais no fornecimento de máquinas e equipamentos, o que reduz os efeitos multiplicadores dos investimentos industriais realizados no Ceará.

Mas, a despeito da concentração setorial da indústria de transformação cearense e suas limitações, o que se observou, nas últimas décadas, foi o crescimento da indústria e do PIB estadual, exceto no subperíodo 1987-90 (1º governo Tasso) e no subperíodo 1991-93 (três primeiros anos do governo Ciro Gomes), ocasiões em que a indústria e o PIB do Ceará mantiveram-se estagnados ou praticamente estagnados (a agricultura apresentou quedas

relevantes nestes subperíodos). Contribuiu para esta inflexão a quase extinção da atividade algodoeira, cuja crise teve início no começo da década de 1980 e auge em 1986/87, atividade que não só era bastante importante em sua articulação com a indústria têxtil, e conseqüentemente com seus subsetores têxteis e de confecções, mas também como fonte de renda externa expressiva através da exportação para mercados extra-estaduais.<sup>61</sup>

**TABELA 28- Valor Adicionado da Indústria de Transformação- CEARÁ 1970/1996 (R\$ 1.000)\***

<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>
<b>Total</b>	<b>385.185</b>	<b>1.615.003</b>	<b>1.913.187</b>	<b>1.974.925</b>	<b>3.233.074</b>
<b>Setores menos intensivos em capital</b>	<b>253.918</b>	<b>1.073.975</b>	<b>1.417.341</b>	<b>1.465.031</b>	<b>2.383.623</b>
Produtos alimentares	158.124	555.261	688.630	527.537	802.594
Têxtil	29.807	182.385	287.286	481.619	672.085
Vestuário e calçados	5.514	100.746	221.131	233.054	344.528
Bebidas	16.601	72.170	93.288	81.446	102.993
Editorial e gráfica	7.972	26.638	30.495	32.290	69.759
Couros e peles	2.563	22.302	33.282	38.454	304.096
Mobiliário	17.973	84.037	38.001	46.955	41.474
Madeira	15.031	26.303	23.286	21.776	43.863
Fumo	333	4.133	1.942	1.901	2.231
<b>Setores mais intensivos em capital</b>	<b>131.267</b>	<b>541.028</b>	<b>486.634</b>	<b>503.267</b>	<b>841.025</b>
Metalurgia	11.031	69.134	101.066	86.218	100.791
Produtos de minerais não metálicos	39.553	252.794	156.323	181.609	264.772
Química	64.384	34.064	43.387	52.560	63.705
Produtos de matéria plástica	2.141	28.499	31.602	42.662	65.549
Produtos farmacêuticos e veterinários	1.455	16.201	16.646	11.735	33.657
Perfumarias, sabões e velas	2.376	10.236	13.428	9.466	27.150
Borracha	598	15.379	4.535	6.663	19.930
Papel e papelão	1.139	5.657	5.506	5.588	9.578
Materiais de transporte	1.773	26.062	69.172	73.049	186.919
Mecânica	3.685	58.590	25.332	18.068	46.029
Materiais elétricos e de comunicações	1.338	16.388	19.639	15.649	22.945
<b>Outros setores de Transformação</b>	<b>1.794</b>	<b>8.024</b>	<b>9.212</b>	<b>6.626</b>	<b>8.425</b>

Fonte: Derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA)

\* a preços constantes de 1996

Em termos absolutos, o crescimento do VA da indústria de transformação no intervalo 1971-96, como mostra a Tabela 28, foi bastante expressivo. Apenas nos quatro anos do primeiro governo dos empresários este crescimento foi irrelevante.

Ao contrário dos seis primeiros anos da década de 1980, quando o VA da indústria de transformação cearense ainda cresceu 18,5% (2,86% a.a.) de 1980 a 1986, frente ao agravamento

<sup>61</sup> Nas décadas anteriores foi o elemento central do complexo gado/algodão/culturas de subsistência, base da

da crise econômica brasileira em fins desta década, os agentes públicos e privados, envolvidos com a atividade, não conseguiram contorná-la e o crescimento do ramo de transformação no Ceará, de 1986 a 1990, foi de apenas 3,22% (0,8% a.a.), partindo da Tabela 28.

Embora a série de índices da SUDENE, que só fornece a variação do PIB da Indústria de Transformação para o total da Região, ainda que metodologicamente incomparável ao crescimento do VA baseado em dados do IPLANCE, ao menos indique que, no intervalo 1986-90, o desempenho do ramo de Transformação no Ceará foi superior ao do Nordeste (negativo em -7,06%, ou -1,72 a.a.). Mas, no intervalo 1980-86, ao contrário do que ocorreu com o Ceará o desempenho da indústria de Transformação da Região havia sido pior (negativo em -8%, ou -1,29 a.a.), ou seja, no Nordeste esse ramo sofrera mais do que no intervalo 1987-90, e mesmo que ainda em declínio, reduziu sua queda, enquanto no Ceará, o ramo reduziu o crescimento.<sup>62</sup>

Já, de 1990 a 1996, a Indústria de Transformação do Ceará apresentou crescimento do VA bastante expressivo, superando a estagnação que marcou o primeiro "governo dos empresários".

Considerando os dez primeiros anos dos "governos dos empresários" (1987-96) o VA da Indústria de Transformação aumentou em R\$ 1,32 bilhão, enquanto nos últimos dez anos dos governos anteriores o aumento fora de R\$ 991 milhões.

Considerando que nos dez anos anteriores o porte da Indústria de Transformação no Ceará era consideravelmente menor, e a participação de capital externo na indústria local era muito baixa, o crescimento mais recente da indústria de transformação cearense não representou um salto em relação ao anterior. Em termos percentuais, o expressivo crescimento do intervalo 1977-86 foi de 107,5% (7,6% a.a.), substancialmente maior que a taxa ainda significativa de 68% (5,39% a.a.) do intervalo 1987-96.

Entretanto, deve-se considerar que o cenário nacional, já sob os reflexos negativos de uma crise econômica instalada na década de 1980, teve seus momentos mais críticos em fins dessa década e nos primeiros anos da década seguinte, ou seja, afetou em maior proporção o intervalo 1987-96. Assim, ainda que nesse intervalo o crescimento da indústria de transformação local tenha se dado a taxas menores, o fato de ter-se partido de uma base maior e, em termos absolutos, essa indústria ter apresentado um acréscimo em seu VA substancialmente maior ao obtido no

---

economia cearense, que se desarticulou. Ver na seção seguinte.

<sup>62</sup> As taxas para o Nordeste se encontram em SUDENE (1999A, Tab. 6, pg. 24-30). Embora sejam fontes e medidas diferentes, o IPLANCE, que é a fonte principal da Tabela 28, é o instituto que fornece os dados para a SUDENE e o PIB pode ser expresso em VA, conforme sua metodologia de cálculo. Assim, ao menos é possível uma idéia das diferenças de desempenho.

intervalo 1977-86, faz com que o resultado obtido, mesmo que não tenha representado um salto em relação ao anterior, deva ser considerado bastante positivo.

Mesmo sofrendo uma forte queda no intervalo 1987-90, o setor que mais se destacou no crescimento do VA no intervalo 1970-96, em termos absolutos, foi o *Alimentar* seguido pelos setores *Têxtil, Vestuário e Calçados, Couros e Peles, Minerais não Metálicos e Materiais de Transporte*. Ou seja, os três setores com maior concentração de VA da Indústria de Transformação cearense também foram os que mais cresceram em termos absolutos.

Considerando os ramos da Indústria do Ceará, ao contrário do que ocorreu no intervalo 1971-86, quando a taxa de crescimento anual da *Indústria de Transformação* cearense só foi superior a da *Construção Civil*, no intervalo 1987-96, esta só não superou a taxa do ramo de *Energia Elétrica e Gás*, como mostra a Tabela 29.

**TAB. 29- Valor Adicionado da Indústria e Taxa de Crescimento- CEARÁ 1970/1996 (RS 1.000)\***

<b>Indústria</b>	<b>1970</b>	<b>1976</b>	<b>1986</b>	<b>1996</b>	<b>1971-86</b>	<b>1977-86</b>	<b>1987-96</b>
<b>Ramos</b>	<b>Valor Adicionado</b>				<b>Taxa anual de crescimento</b>		
Extrativa Mineral	2.548	3.789	154.821	104.993	29,26%	44,92%	-3,81%
Indústria de Transformação	385.185	922.131	1.913.187	3.233.074	10,54%	7,57%	5,39%
Construção Civil	332.955	389.629	858.531	750.900	6,10%	8,22%	-1,33%
Energia Elétrica e Gás	19.833	46.264	149.706	276.182	13,47%	12,46%	6,32%
Abast. de Água e Saneamento	362	5.428	44.568	73.188	35,10%	23,44%	5,09%
<b>Total da Indústria</b>	<b>736.902</b>	<b>1.362.595</b>	<b>3.110.670</b>	<b>4.430.482</b>	<b>9,42%</b>	<b>8,60%</b>	<b>3,60%</b>

Fonte: Derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA)

\* a preços constantes de 1996

Este fato se deu, não porque o *ramo de transformação* tenha melhorado seu desempenho, mas porque os ramos de *Construção Civil* e *Extrativa Mineral*, que haviam apresentado taxas muito elevadas no intervalo 1971-86, sofreram uma forte queda de desempenho no intervalo 1987-96, apresentando taxas de crescimento negativas e o ramo de *Abastecimento de Água e Saneamento*, embora tenha crescido a uma taxa respeitável, apresentou desempenho bastante inferior ao anterior. Na verdade, no intervalo mais recente, a taxa de crescimento anual da *Indústria de Transformação* do Ceará, perdeu 5,15 pontos percentuais, caindo quase à metade da taxa do intervalo 1971-86. (Tabela 29)

Considerando apenas os dez anos anteriores (1977-86) aos governos do grupo político de cunho empresarial, é possível constatar que o desempenho industrial cearense foi muito superior aos dez anos de governos dos empresários (1987-96), para os quais os dados estão disponíveis.

Exceto pela queda da taxa anual de crescimento do ramo de *Transformação*, os ramos industriais apresentaram quedas muito fortes, no intervalo 1987-96, em comparação aos dez anos anteriores. As taxas do intervalo 1977-86, apesar do desaquecimento econômico ocorrido entre 1980 e 1986, em geral, ficaram próximas do intervalo 1971-86 como um todo. (Tabela 30)

**TAB. 30- Valor Adicionado da Indústria e Crescimento Absoluto- CEARÁ- 1976/1996 (RS 1000)\***

<b>Indústria</b>	<b>1976</b>	<b>1986</b>	<b>1996</b>	<b>1976-86</b>	<b>1986-96</b>
<b>Ramos</b>	<b>Valor Adicionado</b>			<b>Valor Adicionado Acrescido</b>	
Extrativa Mineral	3.789	154.821	104.993	151.032	(-49.828)
Indústria de Transformação	922.131	1.913.187	3.233.074	991.056	1.319.887
Construção Civil	389.629	858.531	750.900	468.902	(-107.631)
Energia Elétrica e Gás	46.264	149.706	276.182	103.442	126.476
Abastecimento de Água e Saneamento	5.428	44.568	73.188	39.140	28.620
<b>Total da Indústria</b>	<b>1.362.595</b>	<b>3.110.670</b>	<b>4.430.482</b>	<b>1.748.075</b>	<b>1.319.812</b>

Fonte: Derivada do Modelo Econométrico de Insumo-Produto confeccionado pelo IPLANCE em conjunto com a FIPE/USP e a Universidade de Illinois (EUA) \* a preços constantes de 1996

Mesmo em termos absolutos, o crescimento do VA industrial no intervalo 1976-86, como mostra a Tabela 30, foi substancialmente maior que o crescimento apresentado entre 1986 e 1996, superando este em R\$ 428,3 milhões. Exceto pelos ramos de *Transformação* e de *Energia Elétrica e Gás*, os demais ramos apresentaram, entre 1986 e 1996, acréscimo do VA inferior ao ocorrido entre 1976 e 1986, tendo os piores desempenhos a *Construção Civil* e a *Indústria Extrativa Mineral* que, conforme já citado, apresentaram taxas de crescimento negativas e portanto acréscimos negativos.

O maior crescimento do ramo de *Abastecimento de Água e Saneamento* nos dez anos anteriores aos governos dos empresários reflete os grandes esforços dos governos anteriores em infra-estrutura, como foi demonstrado no primeiro capítulo.

Partindo somente dos dados da SUDENE sobre PIB,<sup>63</sup> que fornecem os índices de variação do total da indústria para os estados também, se compararmos as taxas de crescimento do PIB da Indústria cearense às da Região, no intervalo 1970-86 e nos doze anos anteriores (1974-86) e posteriores (1987-98) ao atual grupo político assumir o governo estadual no Ceará, as taxas da Indústria cearense foram superiores em qualquer dos intervalos. Mas, foram bem maiores nos intervalos não governados pelo grupo atual.

<sup>63</sup> SUDENE (1999A, Tab. 5/NE, pg. 23 e Tab. 5/CE, pg. 86). Os dados de 1998 ainda não eram definitivos, portanto, sujeitos a pequenas retificações.

Entre 1970 e 1986, a Indústria nordestina cresceu 166,8%, ou seja, a uma taxa de 6,3% a.a., enquanto no Ceará o crescimento alcançou 553%, ou 12,4% a.a., portanto a uma taxa bruta 386,2 pontos percentuais maior e a uma taxa anual superior em 6,1 p.p.

No intervalo 1974-86, o crescimento da Indústria nordestina atingiu 93,8%, ou 5,7% a.a., enquanto a Indústria cearense cresceu 355,5%, ou 13,5% a.a., taxas superiores às do Nordeste em 261,7 p.p. e 7,8 p.p., respectivamente.

Entre 1986 e 1998, as diferenças das taxas de crescimento em favor da Indústria cearense foram bem menores. Neste intervalo a Indústria no Nordeste cresceu 38,6%, a uma taxa anual de 2,8%, enquanto no Ceará o crescimento foi de 62,9%, ou 4,2% a.a., portanto a uma taxa bruta 24,3 p.p. maior e a uma taxa anual superior em 1,4 p.p.

A queda da diferença em relação ao Nordeste, demonstra que a Indústria do Ceará passou a se destacar menos no contexto regional depois que o estado passou a ser governado pelo grupo político de cunho empresarial. Face ao agravamento da crise econômica brasileira a partir do final da década de 1980, aliada à nova conjuntura econômica da década de 1990, o Ceará perde parte da capacidade de superar o desempenho regional, embora ainda mantendo uma vantagem que deve ser considerada relevante dado o ambiente macroeconômico mais hostil que gradativamente se instalou.

O que não impediu que no intervalo de 1970-98 como um todo, o crescimento do produto industrial no Ceará tenha sido muito elevado, crescendo 906,4%, a uma extraordinária taxa anual de 8,8%. Embora a Indústria de Transformação não tenha sido o ramo com a maior taxa de crescimento entre os ramos industriais cearenses, devido ao expressivo acréscimo absoluto que proporcionou, foi a responsável pelo porte industrial que o Ceará alcançou.

Mesmo apontada como limitada, devido à concentração setorial em setores menos intensivos em capital e, por isso, com menor capacidade de dinamizar a economia cearense como um todo, a Indústria de Transformação do Estado do Ceará cresceu significativamente, baseada em poucos setores impulsionando a economia. Os setores nos quais a economia cearense se especializou (alimentar, têxtil e vestuários e calçados), embora não difusores de tecnologia, se modificaram e passaram a incorporar novas técnicas e maquinaria, estabelecendo relações com setores mais intensivos em capital e tecnologia.

A discussão de cunho acadêmico em torno dos setores menos intensivos em capital *versus* os setores mais intensivos em capital e tecnologia, também tem análises que contrariam as

críticas à Indústria de Transformação do Ceará. Estas análises apontam fatores positivos dos chamados setores tradicionais, menos intensivos em capital, que podem contribuir para explicar a causa do crescimento da economia cearense baseada numa indústria setorialmente concentrada.

Estudos realizados nas décadas de 1970, 1980 e 1990, tanto teórica como empiricamente constataram, em nível nacional e internacional, que justamente tais setores permitem forte encadeamento econômico, tanto *para trás* quanto *para frente* e sofrem muito menos com as crises econômicas, principalmente de economias cíclicas como a brasileira<sup>64</sup>.

Estes setores abrigam, entre outros, vários segmentos agro-industriais que se implantados ou fortalecidos no Ceará poderiam dinamizar o maior ponto fraco da economia local que é a economia do interior do estado. No caso cearense, ainda abrigam também um percentual extremamente elevado de pequenas e médias empresas que interagem em diferentes graus de intensidade, seja com a economia estadual, regional, nacional e/ou internacional.

As pequenas e médias empresas locais, embora concentradas espacialmente, principalmente na RMF, foram e são responsáveis, no Ceará, principalmente nas três últimas décadas do século XX, pela absorção de um grande contingente de migrantes do interior cearense, na grande maioria, excluídos das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário, que vem apresentando fraco desempenho, contribuindo consideravelmente para a pobreza presente em praticamente todo interior do Estado do Ceará.

Entretanto, este modelo de crescimento concentrado pode não ser sustentável no longo prazo, inclusive tendo apresentado sinais de esgotamento em fins da década de 1990. Segundo a SUDENE (1999A), a partir de 1996, o PIB cearense vem apresentando baixas taxas de crescimento, por vezes menores que a brasileira, como em 1997.

Vale reafirmar que a economia cearense ainda é uma forte importadora de mercadorias e serviços, o que limita sua expansão, pois boa parte dos efeitos de um aquecimento da economia local serão externalizados, por esta não abrigar determinados segmentos, ou mesmo por abrigar de forma restrita frente à demanda existente.

Tânia Bacelar, baseando-se em dados da primeira metade da década de 1990, já apontava que mesmo a oferta da forte indústria têxtil local se mostra as vezes incapaz de atender a demanda existente no Ceará.

---

<sup>64</sup> BELIK (1999) cita outros autores que incluem não só os setores alimentar, tratado em sua tese de livre docência, como também os setores têxtil e vestuário e calçados.

*"No que se refere ao segmento das confecções, há espaço para um reforço do setor de tecelagem (60% dos tecidos são adquiridos fora do Estado), bem como para o crescimento de unidades fornecedoras de aviamentos e linhas (cerca de 80% destes são comprados fora)..." ARAÚJO (1995: 134)*

Estudo recente de Márcia Teixeira, sobre indústrias atraídas para o Ceará a partir do início da década de 1990 – focando o setor de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido a partir de dados de duas grandes pesquisas publicadas em fins dessa década pelo IPLANCE/CAEN-UFC (“Perfil da Nova Indústria Cearense”) e SINE-CE (“Reestruturação Produtiva na Indústria Cearense”) – em suas conclusões, apontou limitações desse processo estimulado, em grande parte, por incentivos governamentais e pelo baixo custo da mão-de-obra local.

*"Essas empresas não trouxeram, à primeira vista, o estímulo necessário ao surgimento, no Estado, de novas empresas fornecedoras de matérias-primas e insumos. As máquinas e equipamentos utilizados são importados basicamente de outras regiões do país, destacando com isso a pouca integração desse setor no Estado, ..." (TEIXEIRA, 1999: 128)*

Entretanto, é preciso considerar o aspecto positivo de que o crescimento do parque industrial cearense vem aumentando as possibilidades de atração de novas empresas fornecedoras para o Ceará. Da mesma forma que o grupo de Jareissati encontrou em 1987, um mercado consumidor estadual que havia se formado desde a implantação do sistema de incentivos para o Nordeste, passando a oferecer oportunidades a investimentos anteriormente não atrativos, ao longo do período sob os governos desse grupo esse mercado se expandiu ampliando seus atrativos locais.<sup>65</sup>

No que se refere aos encadeamentos industriais, visto que o setor de *Couros e peles* foi o único setor que cresceu significativamente na década de 1990 (Tabela 24), procurou-se avaliar aqui, de forma sintética, a integração agroindustrial no que tange ao couro.

Em trabalho realizado por ARY et alli (1987), utilizando dados de 1980, estes já evidenciavam a possibilidade de integração do gênero industrial Couro, peles e produtos similares, de perfil agroindustrial, à crescente indústria de calçados cearense. Os autores demonstraram as perspectivas de crescimento do setor calçadista destacando que, em 1980, o

---

<sup>65</sup> O reforço dos atrativos locais tem sido essencial na conjuntura econômica recente. Para Diniz, as carências locais, em geral, são uma constante no Nordeste e os grandes esforços realizados em várias áreas têm obtido resultados limitados, até mesmo em Fortaleza, Recife e Salvador. *"Os novos projetos industriais que vêm sendo atraídos para a região Nordeste estão fortemente influenciados por trabalho barato e incentivos fiscais, com pequeno efeito interindustrial local, a exemplo das indústrias têxteis, de confecções e calçados."* DINIZ (2000b: 344).

Ceará respondia por 18,20% do número de estabelecimentos do Nordeste e 32,19% do valor da produção, apresentando uma relação pessoal ocupado/número de estabelecimentos 2,25 vezes superior à da Região; embora este setor se encontrasse concentrado em Fortaleza, que respondia por 90% da produção. Estimaram que, em 1986, o setor supria 50% da demanda local, destinando para fora do Ceará 4/5 da produção e, por isso, de suma importância para um estado com elevado índice de importação de produtos extra-estaduais.

Ao analisarem os fatores limitantes a essa integração, ARY et alli (1987) destacaram a insuficiência de capital de giro e a escassez de matéria-prima. "(...)As pequenas empresas são as que mais adquirem matéria-prima do restante do País. Todos os produtos, à exceção do forro natural, são obtidos fora da região Nordeste. (...)" (p.283), onde um apoio para "... consolidação e auto sustentação deste pólo, implicará benefícios no segmento de curtumes do Ceará e do Nordeste, em termos de aumento da demanda do setor coureiro regional." (p.288). Estes autores atribuíram ao setor amplas perspectivas de ampliar sua participação no mercado nacional e conquistar o mercado externo.

O crescimento expressivo do setor de *Couro e peles*, sugere que as oportunidades foram preenchidas. Em 1970, segundo o Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE) seu valor adicionado respondia por 0,66% do VA da Indústria de Transformação do Ceará e, em 1996, passou a responder por 9,41% (Tabela 23); tendo sido o setor da Indústria de Transformação do Ceará que mais cresceu entre 1990 e 1996, a ponto de apresentar o setor *Couro e peles*, o quarto maior VA em 1996 (Tabela 24).

Mas, quanto ao encadeamento do setor *Couros e Peles* cearense, de perfil agro-industrial, com segmentos do setor industrial *Vestuários e calçados*, pode-se afirmar que este não ocorreu de forma mais integrada localmente, na grande maioria dos municípios e micro regiões cearenses. Alguns produtos industrializados por este setor no Ceará (calçados, bolsas, roupas e artefatos de vestuário em geral), que poderiam utilizar a matéria-prima local disponível, vêm cada vez mais, desde a intensificação das pressões promovidas pela abertura comercial, sendo produzidos com matéria prima sintética, cujo fornecimento sofre forte concorrência extra-estadual.

Segundo pesquisadores do IPLANCE e do BNB, o crescimento do setor de *Couros e Peles* cearense se deu basicamente pela introdução de capital estrangeiro nos segmentos do setor, visando a venda de seus produtos para o resto do país e, gradativamente, para o exterior, aproveitando-se de mão-de-obra barata e de matéria-prima a preços reduzidos pois a grande

maioria dos produtores agropecuários acaba vendendo barato por não possuir condições mercadológicas de buscar outros compradores.

Realmente, ocorreu um grande encadeamento para a frente das atividades de pecuária, que tem criado um dinâmico setor de couros e peles. Mas, quanto aos mercados consumidores do couro cearense, exceto em relação às exportações para o mercado internacional que, em 2000, já registravam o couro como o segundo produto mais exportado pelo Ceará, não existem estudos que permitam detectar os diferentes mercados nacionais, compradores dos produtos produzidos com matéria prima local.

As atividades relacionadas à agroindústria coureira certamente respondem por geração de renda, mas a classe trabalhadora, seja do meio rural, urbano ou metropolitano, é a que menos se apropria desta renda, visto que em geral é muito mal remunerada.

Segundo pesquisas que destacam o Ceará, o artesanato já movimentava 2,8% do PIB brasileiro,<sup>66</sup> entre estes, os que utilizam couro exercem importância para a sobrevivência econômica de trabalhadores marginalizados pela reestruturação econômica em geral da segunda metade do século vinte, principalmente da modernização agrícola conservadora. Entretanto, como se trata, ao menos no Ceará, em grande parte de economia informal e das antigas práticas de *putting-out*, mesmo no caso de produtos industrializados, torna-se quase que impossível a quantificação dos encadeamentos socioeconômicos. Estudos empíricos nos mostram que as pequenas e médias empresas cearenses têm participação bastante elevada na geração de emprego e renda,<sup>67</sup> mas não existe um corte setorial que possa mensurar as atividades coureiras.

A importância que a atividade coureira assume no Ceará, abre campo para que suas limitações sejam alvo de estudos e de políticas econômicas que incentivem uma melhor exploração do potencial socioeconômico da atividade. Independentemente das atuais limitações da Indústria de *Couros e Peles* local, seu crescimento não deixa de ser importante pois, limitado ou não, surgiu outro setor de peso na Indústria de Transformação local, o que contribui para sua diversificação, ainda que no próprio segmento intensivo em mão-de-obra.

Mas é fato que o crescimento da Indústria cearense como um todo, ainda que tenha levado a importantes transformações na sua base produtiva, estas foram restritas no que tange à

---

<sup>66</sup> Dados da Secretaria de Desenvolvimento da Produção/Ministério de Desenvolvimento (Folha de São Paulo, 15/05/2000, B2)

<sup>67</sup> Um dos principais estudos das pequenas e médias empresas foi realizado em FERREIRA (1985A). Os dados do SINE-CE também vêm confirmando a importância desse segmento.

diversificação industrial e não impediram que até 1991 se acentuasse a concentração produtiva na Região Metropolitana de Fortaleza, que aumenta sua participação na formação do PIB cearense, tornando-se a metrópole brasileira com a maior participação no PIB estadual, excetuando-se, logicamente, Brasília, conforme VERGOLINO & MONTEIRO NETO (1997).

A estratégia de desenvolvimento adotada pelos governos estaduais após a disponibilização do programa de incentivos para o Nordeste no início de 1960, contribuiu muito para a concentração espacial. Optou-se por reforçar o ponto espacial que oferecia as melhores condições locais do Ceará, na verdade, o único que tinha alguma condição de melhor concorrer com localidades de outros estados. Assim, foram concedidas maiores concessões de impostos estaduais às plantas que se localizassem na capital.

Como já foi citado, os órgãos do Governo do Ceará adiantavam financiamentos da SUDENE, mantinham participação acionária na empresa e o governo oferecia isenção de impostos por dez anos para firmas instaladas em Fortaleza e por cinco anos em outras cidades.

Ainda que não restasse outra alternativa a curto e médio prazo, vis-à-vis os fatores locais que influenciam os investidores, não se justifica que esta estratégia se prolongasse por tanto tempo. Provavelmente, frente à crescente participação do Ceará na captação de recursos incentivados, considerou-se esta estratégia um acerto a ser mantido.

Como reflexo da contribuição desta estratégia, conforme já citamos, no ano de 1986 a RMF concentrava 78,3% das indústrias incentivadas em atividade ou em implantação (59,8% só em Fortaleza). Fenômeno que tinha influência importante na concentração espacial da atividade econômica, pois embora em número bastante inferior, as empresas incentivadas têm um peso bastante elevado na economia cearense. Em 1989, por exemplo, respondiam por 67,2% do IPI e 59,5% do ICM arrecadados no Ceará. (SUDENE/BNB, 1992)

A estratégia de crescimento concentrado contribuiu também para que a parcela do PIB gerada pela RMF apresentasse trajetória fortemente ascendente, passando de 54,5% em 1970, para 65,9% em 1985, a partir dos dados estimados por VERGOLINO, GOMES & MONTEIRO NETO (IPEA, 2001). Nos quatro primeiros anos dos governos do grupo político de Jereissati, a já altíssima concentração metropolitana do PIB estadual se acentuou ainda mais. Em 1990, a metrópole passou a responder pela elevadíssima parcela de 71,2% do PIB cearense, mantendo-se como o principal alvo dos investimentos.

A política de incentivos estadual só foi significativamente alterada a partir dos anos de 1990. Além de concessão de terrenos e infra-estrutura, que variavam conforme a disponibilidade de cada município, a concessão de incentivos via Fundo de Desenvolvimento do Ceará (FDI) se diferencia, em relação à localização, nos seguintes pontos:

Plantas localizadas na RMF - empréstimo de 45% do ICMS recolhido, com carência de 36 meses; desconto de 40% nas parcelas devolvidas corrigidas pelo IGPM; prazo de 6 anos (72 parcelas) prorrogável por igual período no caso de ampliação.

Plantas localizadas fora da RMF - empréstimo de 75% do ICMS recolhido, também com carência de 36 meses, mas rebate de 75% nas parcelas devolvidas sem qualquer correção; o prazo é dado conforme a distância da RMF, sendo dez anos até 300 Km, treze anos de 300 a 500 Km e quinze anos mais de 500 Km.

Esta política teoricamente favoreceria de forma relevante a busca por investimento incentivados em municípios não localizados na RMF. Mas não foi o que se observou logo nos primeiros anos da vigência da nova política de incentivos estaduais. Entre 1991 e 1994, cerca de 30 anos após o impulso industrial cearense, a RMF recebeu 74% dos projetos da indústria incentivada, sendo que dos que já estavam em atividade, 75,8% se encontravam na metrópole, baseando-se nos dados da Tabela 31.

**TABELA 31 - Projetos Industriais Incentivados Instalados e a Instalar - CEARÁ 1991-97**

	Total de Empresas						Empresas em Atividade					
	RMF	%	Interior	%	Ceará	%	RMF	%	Interior	%	Ceará	%
1991-94	151	74,0	53	26,0	204	100	50	75,8	16	24,2	66	100
1995-97	140	57,9	102	42,1	242	100	23	71,9	9	28,1	32	100
<b>1991-97</b>	<b>291</b>	<b>65,2</b>	<b>155</b>	<b>34,8</b>	<b>446</b>	<b>100</b>	<b>73</b>	<b>74,5</b>	<b>25</b>	<b>25,5</b>	<b>98</b>	<b>100</b>

Fonte: VASCONCELOS et alli, 1999: 9, Tabela 4.

Já entre 1995 e 1997, o percentual dos projetos aprovados, localizados na RMF, cai bastante, visto que a metrópole recebeu 57,9% dos mesmos. Considerando apenas os projetos já ativos, o percentual praticamente se manteve, localizando-se na metrópole 71,9% destes. Teria havido um avanço relevante da contribuição da indústria incentivada à desconcentração da atividade econômica no Ceará a partir de 1995, caso todos os projetos realmente se efetivassem. Mas, em geral, parte deles é abandonado.

Considerando o período 1991-97 como um todo, o percentual de projetos incentivados instalados e a instalar na RMF ainda era bem elevado, totalizando 65,2% do total de projetos. Esse percentual sobe para 74,5% se considerados apenas os projetos já instalados.

Assim, no que tange à localização das indústrias que efetivamente passaram a funcionar no intervalo 1991-97, a concentração se manteve quase tão elevada quanto em 1986, quando 78,3% das indústrias incentivadas em atividade ou em implantação localizavam-se na RMF.

Entretanto, segundo os dados estimados por VERGOLINO, GOMES & MONTEIRO NETO (IPEA, 2001), a concentração do PIB na RMF diminuiu em 3,9 pontos percentuais em relação a 1990, caindo para 67,3% em 1996, embora esta participação ainda seja muito elevada, principalmente porque apenas Fortaleza respondia por 58,7% do PIB do Ceará. Dados do IPLANCE para 1997, embora não comparáveis, reforçam a constatação de queda da concentração econômica na RMF, responsável por 66,5% do PIB nesse ano, tendo somente Fortaleza sido responsável por 56%.

Ao contrário do ocorrido anteriormente a 1987, quando o setor agrícola, mesmo com tendência ao desaquecimento após 1978, ainda apresentava crescimento – embora esse tenha passado a ser menor que o dos outros setores – após 1986, o setor tem se mostrado totalmente incapaz de acompanhar o crescimento da economia, apresentando trajetória de queda, contribuindo decisivamente para a concentração da produção e da renda na RMF.

A atividade agrícola detém papel importante na economia da grande maioria dos municípios do interior do Ceará e é nela que a maior parte da população do interior cearense continua ocupada. Assim, a tendência histórica de concentração espacial da economia estadual acaba sendo reforçada pelo péssimo desempenho do setor agropecuário, que sofreu seu principal golpe com a desarticulação do complexo algodão/pecuária/culturas de subsistência. Em seu lugar não foi colocado nada que pudesse substituir, mesmo em parte, à importância que este complexo exercia na geração de emprego e renda.<sup>68</sup>

A próxima seção analisa o desempenho da atividade agrícola no Ceará antes e depois do grupo político de Jereissati passar a governar o estado, abordando a evolução dos aspectos limitantes ao seu crescimento.

---

<sup>68</sup> Uma das consequências desta desarticulação, foi a emigração de expressiva parte da população que habitava o interior cearense, cujas cidades estão inseridas geograficamente no semi-árido, do qual apenas se excluem nove dos 186 municípios estaduais (os nove pertencem à RMF). Tal migração nos anos 70, apresentou números

### 2.3 Aspectos da Evolução do Setor Agropecuário

As décadas de 1960 e 1970 foram marcantes para a agricultura brasileira, pois nesse período se consolidou sua modernização, embora de forma irregular, não só quanto à estrutura dos produtores agrícolas, mas também conforme as peculiaridades regionais em que estes se inseriam.

As atividades agrícolas e de beneficiamento de seus produtos, até então centrais para a economia cearense, no que tange à oferta de empregos, renda e divisas, passariam a conviver com a concorrência por recursos e políticas governamentais, decorrentes de um processo de modernização agrícola que ganha impulso no Brasil na década de 60, além dos importantes recursos incentivados já citados, administrados pela SUDENE/BNB, que poderiam impulsionar a formação de um complexo agroindustrial local.

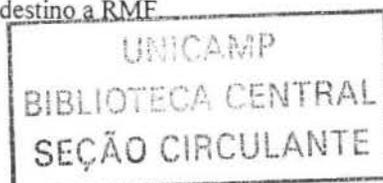
Mas, o forte domínio da elite rural local, aliada ao capital mercantil e com grande influência política na época, impediu, de forma eficaz, as mudanças necessárias no campo frente a esse novo ciclo agrícola atravessado pelo país.

Esse entrave político-econômico foi decisivamente negativo para o futuro agrícola do Ceará, tendo contribuído bastante para o atraso socioeconômico do estado, uma vez que a agricultura continuou sendo de elevada importância para a grande maioria dos municípios cearenses, no que tange à geração interna de renda, de empregos e de encadeamentos econômicos em geral. Sendo que, ainda, as características geográficas do território cearense praticamente não contribuem para uma agricultura não modernizada.

Mesmo com o acirramento da concorrência paulista, após 1930, no mercado interno, e da concorrência norte-americana e indiana no mercado internacional, o algodão ("ouro branco"), até meados da década de 1970, era o principal produto agrícola, não só como principal produto de exportação, tanto para o mercado nacional e, principalmente, para o mercado internacional, quanto como insumo básico para as atividades agroindustriais voltadas para as indústrias têxteis e de vestuários. Deve-se ainda destacar a importância do caroço do algodão para a produção de óleo alimentício (importante segmento do gênero industrial alimentar) e ração para animais, principalmente o gado.

---

surpreendentes, tendo como destino outros estados do Brasil, principalmente a região sudeste, destacando-se São Paulo. Na década de 1980 a grande maioria dos migrantes tiveram como destino a RME.



Mesmo possuindo o Ceará mais de 92% de sua região inserida no semi-árido, antes do crescimento da Indústria e do terciário local, o algodão cearense mantinha-se como a principal fonte de renda da economia cearense – principalmente o arbóreo, cultivado em conjunto com as atividades agropecuária e de subsistência e que oferece as fibras mais longas e resistentes e por isso melhor adaptáveis à tecnologia disponível no intervalo de tempo em questão – se considerarmos os encadeamentos proporcionados por sua cultura local. Sem falar que dava ao Ceará o *status* de maior exportador nacional de algodão, sendo de suma importância para compensar a balança comercial cearense com o resto do país, bastante deficitária dada a elevada importação de produtos extra-estaduais.

Mas, enquanto o setor industrial cearense se expandiu consideravelmente após o advento da indústria incentivada no NE, o setor agropecuário não se atrelou ao impulso industrial que se observou desde então no Ceará. A importante integração da cotonicultura com a indústria *têxtil* se desfaria; o setor industrial *alimentício* também preservaria uma tênue interligação **para trás** e o setor de *Couros e peles*, que poderia criar possibilidades de integração com a *pecuária*, não gerou efeitos positivos relevantes sobre a *bovinocultura* e *caprinocultura*, mesmo depois de ter apresentado crescimento industrial importante na década de 1990.

O fato é que o setor agropecuário não acompanhou o crescimento industrial e do setor terciário, ficando às margens do processo. Gradativamente, perdeu participação na economia do Ceará, o que contribuiu para a concentração espacial socioeconômica e reduziu a importante colaboração da agricultura ao desenvolvimento do interior e da economia estadual.

Em 1973, esta atividade chegou a participar com 32,2% do PIB total do Ceará, apesar dos limites impostos pelas características climáticas e geográficas do território, mas, em 1998, contribuiu com apenas 4,4%, conforme dados da SUDENE.<sup>69</sup> Isso não aconteceu só em termos relativos, mas absolutos também, puxado pela queda acentuada da produção do algodão que era a principal fonte de excedente agrícola. No geral, a agroindústria se desenvolveu em poucos segmentos, basicamente se valendo na maioria dos casos de matéria prima de fora do Estado.

A produção do algodão foi quase extinta, devido, em primeiro lugar, à praga do *bicudo*.<sup>70</sup> Em segundo lugar, o desenvolvimento agrícola do algodão herbáceo e sua adaptação tecnológica (inserção de nova maquinaria), e as fibras sintéticas ofereceram forte concorrência ao algodão

<sup>69</sup> Segundo a SUDENE (1999B), em onze destes dezoito anos, o Produto Interno Bruto Real deste setor apresenta taxas negativas de variação anual, sofrendo queda em termos reais.

<sup>70</sup> É impressionante como cai o valor da produção estadual a partir de 1973 (*bicudo*).

arbóreo cultivado com técnicas tradicionais, até então dominante na cotonicultura cearense, que não irá mais recuperar sua importância para a economia estadual, dado o atraso estrutural da agricultura cearense. Sem falar na queda dos custos de transportes no âmbito internacional e nacional somada à abertura comercial iniciada em fins da década de 1980, que aproximaram outros fornecedores desta matéria-prima à agroindústria têxtil cearense, antes fortemente integrada à produção agrícola local.

Devido a todos esses fatores, frente à acirrada concorrência do algodão indiano e do algodão paulista, grandes produtores deste insumo, a cotonicultura cearense não resistiu ao novo contexto concorrencial vigente a partir do final da década de 1980. Ao industrial o que interessa é o insumo colocado na porta de sua fábrica nas melhores "condições" possíveis (preço, prazo de pagamento, qualidade, etc.), mesmo porque disso depende sua sobrevivência no mercado. As compras são de importância vital para o sucesso de sua atividade econômica, pois, dessa etapa do processo produtivo depende, em grande parte, seu lucro ou prejuízo.

Frente à incapacidade de contornar os problemas até aqui sintetizados, nas décadas de 70 e de 80 ocorreu uma desarticulação da agricultura cearense, até então baseada no complexo algodão/pecuária/culturas de subsistência. Mas deve-se ressaltar que, com o advento da agroindústria, a metodologia de cálculo do valor adicionado da agricultura muda significativamente. Isto se dá devido à quantidade de atividades que passam a ser exercidas e contabilizadas "além da porteira".<sup>71</sup> No caso cearense, principalmente a agroindústria têxtil, coureira e alimentar.

Tal desarticulação se dá mais categoricamente no setor têxtil, importante gênero da indústria de transformação cearense, que mesmo restrito ao se interrelacionar industrialmente de modo significativo *apenas* com os próprios subsetores têxteis e de confecções, era grande consumidor do algodão cearense, gerando efeitos significativos sobre o setor agropecuário. Porém, com a queda vertiginosa da produção desta matéria-prima, iniciada em meados da década de 70, gradativamente, o setor passará a importar quase toda sua necessidade do produto, transferindo para fora da economia cearense, tais efeitos de encadeamento.<sup>72</sup>

ROLIN & CARLEIAL (1991) citam estimativas de que, com a queda da produção do algodão, perderam-se mais de 116.000 empregos nos anos de 1986 e 1987, sendo 115.000 ligados ao cultivo, 1.100 ao beneficiamento, sem falar na perda dos efeitos multiplicadores decorrentes

---

<sup>71</sup> ver KAGEYAMA et alli (1990), GRAZIANO DA SILVA (1996) e BELIK (1999)

desta redução. Em contrapartida, o setor têxtil que em 1973 consumia 11.200 ton. de algodão em pluma, passou a consumir 87.300 ton. em 1989 (praticamente o dobro de 1986/45.000 ton.), sendo necessário para atender este consumo, 268.615,4 ton. em natura. Porém, a safra de 1989 produziu 57.790 ton. em natura. Uma forte queda, considerando que em 1968 e 1969, a safra havia atingido 341 e 334 mil ton., respectivamente, conforme a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará-SUDEDEC (1974: 444).

Em 1984, estudo da SUDENE registrou que para o Nordeste como um todo "*(...) em 1978, o algodão arbóreo, considerado o melhor do mundo, por sua fibra longa e resistente, contribuiu com 67% da colheita obtida, caindo sua participação para 41% em 1984. O Ceará (...) responde por 38% do algodão arbóreo produzido no NE (...)*" (SUDENE, 1984: 27). Este tipo de algodão predominou na cotonicultura cearense por sua fácil adaptação ao semi-árido e à atividade pecuária, e o Ceará chegou a responder nas décadas anteriores por parcela bem mais expressiva que os 38% registrados em 1984. Mas, em 1992, a produção de algodão arbóreo havia caído para apenas 13.816 ton. e continuou a cair gradativamente até atingir em 1999 a reduzida quantidade de 652 ton., segundo a SUDENE (1999B).

A produção do algodão herbáceo no Ceará, produzido em melhores condições tecnológicas por produtores, em geral mais capitalizados, vinha aumentando de forma consistente, tendo inclusive atingido 62.068 ton. em 1994, mas, voltou a cair gradativamente até 1998, quando alcançou 8.594 ton. (SUDENE, 1999B)

A insuficiência da produção local de algodão, tornou esta matéria-prima, de elevada importância para a indústria têxtil local, o produto com maior peso na pauta de importação do resto do mundo, contribuindo significativamente para os déficits apresentados, a partir de 1992, na balança comercial cearense com o exterior. Sua participação no valor total das importações cearenses passou de 1,8% em 1991, para 23,7% em 1998, quando o valor das importações de algodão somou US\$ 143,3 milhões. Em 1996, ano "fraco" para a safra local, este valor chegou a atingir a elevada cifra de US\$ 254,5 milhões, ou 31,1% do valor total das importações. Isso sem falar no que é comprado de outros estados do Brasil.

A produção de algodão herbáceo, segundo o IBGE, voltou a crescer em 1999, atingindo 38.765 ton.; ainda assim, se somada às 1.075 ton. de algodão arbóreo produzido, ficavam bem aquém da necessidade da indústria têxtil cearense. Segundo o Sindicato das Indústria Têxtil do

---

<sup>72</sup> Ver sobre o assunto FERREIRA (1990), FARIAS FILHO (1990) e ROLIN & CARLEIAL (1991).

Estado do Ceará, em 2001, o setor têxtil cearense já era o segundo maior consumidor de algodão do País.

As atividades de criação de bovinos e a caprinos envolvidas no complexo algodão/pecuária/culturas de subsistência, também foram afetadas negativamente após sua crise, embora com muito menos intensidade do que a cotonicultura.

Como mostra a Tabela 32, o rebanho bovino vinha crescendo até 1990 e, em 1993, apresentou queda de -20,8% (-550.637 cabeças), resultado da seca (1992/93) pela qual passou o Ceará, agravada pela crise inflacionária pela qual a economia brasileira atravessou nos primeiros anos da década de 1990, causadora de descapitalização, principalmente para o pequeno produtor agrícola sem acesso ao crédito institucional e aos recursos das políticas voltadas para a agropecuária, especialmente no que se refere à irrigação.

O ano de 1993 marcou também o início do forte crescimento da atividade industrial *Couros e Peles*, que pode ter contribuído para o aumento do abate e a queda do efetivo bovino, pois mesmo com os baixos preços pagos pelo couro, o contexto era muito crítico para os agricultores. Mas, mesmo voltando a crescer até 1996, o rebanho bovino estadual não recuperou o efetivo de 1990, ano em que foi interrompida uma tendência de crescimento anteriormente observada.

**TABELA 32 - Evolução dos Principais Efetivos da Pecuária - CEARÁ - 1970/1996**

Efetivos	1970	1975	1980	1985	1990	1993	1994	1996
Bovinos	1.713.110	1.949.230	2.353.890	2.475.423	2.648.168	2.097.531	2.185.560	2.382.474
Suínos	649.050	1.200.848	832.598	1.245.467	-	1.194.727	1.201.078	1.047.451
Caprinos	672.852	656.258	983.880	986.910	-	1.034.792	1.080.452	795.690
Ovinos	1.051.986	1.075.980	1.447.830	1.634.808	-	1.274.477	1.333.385	1.606.093
Aves	4.946.877	8.137.359	11.245.104	17.728.491	-	20.781.248	19.713.789	20.690.000

Fontes: Censos Agropecuários de 1970/75/85/95/96 IBGE. Para o ano de 1990 a fonte é o IBGE (apenas encontrou-se dados do efetivo da bovinocultura) e para os anos de 1993 e 1994 os dados foram coletados nos Anuários Estatísticos do Ceará (IPLANCE). Obs: a metodologia de cálculo utilizada por ambos os Institutos de pesquisa é a mesma.

No Anuário Estatístico do Estado do Ceará de 1993 e no Censo Agropecuário de 1996 (IBGE), é possível constatar, quanto ao número de cabeças de gado, que a bovinocultura cearense constitui uma atividade agrícola não concentrada em poucos municípios e quase que totalmente exercida pelos agricultores que são proprietários rurais. Os efetivos bovinos encontram-se espalhados em vários municípios e a maior parte é criada em propriedades de menos de 50 hectares, não caracterizando atividades especializadas. Na atividade, estão empenhados,

principalmente, pequenos produtores agrícolas, sendo inclusive parte do rebanho reserva de subsistência. As situações de crise, como a seca, são perversas para a sustentação de pequenos rebanhos bovinos, pois além da piora das condições de criação, cresce sua função alternativa de sobrevivência frente às perdas sofridas em outras fontes de alimento e renda.

Os dados disponíveis para a década de 1990, demonstrados na Tabela 32, apontam uma tendência declinante do fraco desempenho dos efetivos da pecuária bovina, suína e, especialmente, da caprina (protagonista de forte queda do efetivo em 1996), certamente afetados pela desarticulação do complexo algodão/pecuária/culturas de subsistência, que permitia um *mix* importante para os produtores, especialmente para os descapitalizados e não inseridos no processo de modernização agrícola conservadora e excludente. Essas atividades da pecuária cearense são praticadas em precárias condições, o que contribui para seu fraco desempenho, sendo expressivos os números de animais vitimados, segundo os censos agropecuários do IBGE.

Em 1996, apenas o efetivo de aves, que inclui galinhas, frangas, frangos e pintos, cresceu em relação a 1985, embora tenha parado de crescer e basicamente se estabilizado após 1993.

De modo semelhante, apenas três das treze culturas agrícolas *temporárias* apresentaram crescimento da quantidade produzida em 1998, comparado ao ano de 1992, segundo dados da SUDENE expostos na Tabela 33. Em praticamente todas as culturas que apresentaram queda, a redução foi bastante expressiva, inclusive atingindo todas as principais culturas tipicamente alimentares que compõe as lavouras de sobrevivência: arroz, feijão e mandioca.

O desempenho negativo desses produtos, indica que a desarticulação do complexo algodão/pecuária/culturas de sobrevivência, basicamente deflagrada pela crise do algodão, também atingiu fortemente as culturas de subsistência.

*"Com efeito, os produtos de subsistência como milho e feijão foram afetados adversamente quanto ao rendimento agrícola por falta de rotação de culturas e de proteção natural da sombra do algodoeiro." (IPLANCE, 1993: 9)*

No que se refere às culturas *permanentes*, o resultado foi ainda pior, não houve nenhum caso em que a quantidade produzida, em 1998, tenha sido superior à de 1992.

**TABELA 33 - Produção Física das Principais Culturas - CEARÁ - 1992-98 (em toneladas)**

CULTURAS	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Temporárias</b>							
Abacaxi	56	47	59	67	50	50	83
Algodão herbáceo	29.414	4.771	62.068	30.531	18.484	19.223	8.594
Alho	439	322	343	358	175	166	113
Amendoim	456	460	1.155	1.213	1.241	1.061	924
Arroz	126.270	102.892	194.572	197.920	224.013	178.772	106.853
Cana de açúcar	2.792.116	1.595.627	1.923.411	2.029.036	1.989.377	2.203.085	1.897.908
Feijão	103.399	40.626	292.762	208.826	253.449	149.010	57.607
Fumo	180	214	236	220	163	123	119
Mamona	1.854	284	3.575	3.184	3.224	1.292	370
Mandioca	973.988	423.147	734.846	1.012.248	1.120.447	857.339	479.832
Milho	165.251	39.404	486.481	469.177	551.166	266.019	93.038
Sorgo	480	260	472	418	227	264	169
Tomate	62.045	56.038	66.717	91.764	102.735	76.211	69.265
<b>Permanentes</b>							
Algodão arbóreo	13.816	6.299	10.097	6.430	3.989	1.648	699
Banana	33.536	22.235	31.494	31.383	35.863	31.767	30.442
Café	6.639	3.189	6.185	5.940	5.833	5.784	3.964
Castanha de caju	45.160	22.427	68.185	80.896	87.459	38.021	13.968
Coco da Bahia	160.758	120.611	137.714	143.444	148.242	140.577	114.505
Laranja	103.921	80.350	78.215	74.461	75.786	76.932	74.642
Sisal	177	166	62	56	65	65	65

Fonte: elaborada a partir dos dados do IBGE e SUDENE apresentados por SUDENE (1999B: 47, Tabela 5)

Os dados da SUDENE mostram que as limitações da agricultura não se restringem apenas ao Ceará, atingem todo o Nordeste, mais especialmente os estados com grande parte de seu território inseridos no semi-árido, como é o caso cearense.

Embora os estudos do GTDN ressaltassem a importância de reestruturar a atividade agrícola na Região Nordeste, estabelecendo como meta a expansão da oferta de terras cultiváveis através da irrigação e da dilatação da fronteira agrícola e, ainda, um programa de investimentos voltado para a integração industrial e agro-industrial em nível regional, na prática o resultado das políticas da SUDENE, principalmente no semi-árido, foi limitado.<sup>73</sup> Isso sem falar da Reforma

<sup>73</sup> ver GOODMAN & ALBUQUERQUE (1974), SANTANA (1995), CAVALCANTE (1992), FERREIRA (1995). Sobre a industrialização regional BAR-EL (1981: 31) faz a seguinte observação: "... a implementação de projetos industriais avançados, de alta inversão de capital, resultou na atração da maior parte dos recursos econômicos e da melhor mão de obra para o setor industrial, enquanto o setor agrícola prosseguiu utilizando tecnologia atrasada e mão de obra de segunda categoria, alijando-se, desta maneira, do processo de desenvolvimento."

Agrária nas faixas úmidas de terra, simplesmente excluída das políticas implantadas. Já no final da década de 60, CASTRO diagnosticava:

*"Passados mais de 10 anos da elaboração do documento básico GTDN e tendo início a execução do IV Plano Diretor da SUDENE, cabe confrontar o ocorrido nestes anos com as transformações originariamente tidas por indispensáveis ao desenvolvimento regional. É fácil constatar que as transformações estruturais que consubstanciavam a estratégia proposta pelo GTDN adotada pela SUDENE não foram, em absoluto, efetivadas. Podemos comprová-lo, de forma imediata, colocando em tela de juízo a desejada transformação da base agrária, sabidamente o foco central das preocupações do GTDN. (...) Tampouco foram efetivadas as transformações que adaptariam a economia da região semi-árida à própria ecologia ... (...) A não renovação da agricultura (especialmente no que se refere à faixa úmida) manteria os centros urbano-industriais frente a uma oferta inelástica de alimentos. Consequência disto, os preços dos alimentos se manteriam elevados e mesmo continuariam em ascensão - o que impediria à indústria local valer-se da mais importante vantagem relativa da região: a disponibilidade de mão de obra abundante e barata. Não se encontrava, pois, solução para o problema 'ricardiano', de uma indústria que deve reduzir seus custos (salários e matérias-primas) através de avanços realizados na agricultura. A não realização das reformas se traduziria, pois, em autêntico bloqueio da indústria regional, já que o 'ponto mais fraco das indústrias do Nordeste reside na própria agricultura da região'." CASTRO (1980: 156-158).*

Aliados aos fatores naturais, como o território semi-árido (presente em 92,24% do território cearense), a praga do bicudo, na década de 70, e o fenômeno das secas, os fatores conjunturais *principalmente*, levaram ao declínio do complexo algodão/pecuária/culturas de subsistência, ocasionando grande migração populacional, primeiramente com mais intensidade, para outros estados do Brasil, principalmente São Paulo e, posteriormente, para a Região Metropolitana de Fortaleza.<sup>74</sup>

De 1960 a 1985, o pequeno produtor, responsável pela maior parte da produção, não tinha quase acesso ao crédito institucional (ver tabela em anexo);<sup>75</sup> dependia de um sistema perverso de comercialização, na maioria dos casos não era o proprietário da terra e muito menos tinha acesso à tecnologia. Neste mesmo espaço de tempo, as ações voltadas para contornar os fatores naturais não passaram de medidas emergenciais, principalmente no que se refere à problemática hídrica

<sup>74</sup> Em 1980, 48,12% da população de Fortaleza eram imigrantes, destes, 85,46% de outros municípios cearenses, sendo 50,64% do total de imigrantes, provenientes do meio rural cearense, conforme IPLANCE (1989: 75 e 146). Ver também FERREIRA (1984), LEMOS & NERA (1995).

<sup>75</sup> Conforme DA SILVA (1982), em 1975, 51,7% dos estabelecimentos possuíam menos de 10 ha, ocupavam 4,7% da área total, respondiam por 23,5% do valor da produção, tendo acesso a apenas 5,1% dos créditos institucionais. Ao analisar a década de 80, ROLIM & CARLEIAL (1991: 63) afirmam: "...o crédito institucional, tal como é praticado, não atinge essa imensa massa de pequenos produtores que acabam sendo financiados pelos elementos integrantes da cadeia de comercialização e/ou pelos proprietários das terras a juros reais simplesmente estratosféricos." O que demonstra que a situação conjuntural do crédito persistiu. Afirmação possível de se constatar na tabela em anexo.

que, numa região semi-árida, exerce papel fundamental para o desenvolvimento de uma agropecuária de menor risco.<sup>76</sup>

Sendo assim, deve-se considerar, até aqui, a questão agrária como um todo, principalmente o eficaz domínio da oligarquia rural, à qual não interessava a modernização agrícola, facilitada pelos programas federais, mesmo porque, além de se apropriar dos recursos provenientes destes programas, historicamente se associou ao capital mercantil, que ganhou mais poder político-econômico com a desarticulação do complexo algodão/pecuária/culturas de sobrevivência e também com a abertura econômica que irá se consolidar na década de 1990.

O resultado deste conjunto de fatores acima relacionados, não solucionados minimamente durante os "governos dos empresários", fez com que o setor agropecuário passasse a se apresentar como um setor extraído do seu importante dinamismo observado até meados da década de 70, setor cuja contribuição para o crescimento da economia cearense, em termos macroeconômicos, se reduziu drasticamente.

A economia cearense, devido à quase extinção da produção de algodão, perdeu uma grande oportunidade de acumular divisas nos anos de 1980, nos quais as exportações e as próprias atividades agrícolas foram fortemente estimuladas por políticas e programas federais; tendo o enfraquecimento do "setor" agrícola participação significativa no processo de concentração econômica espacial, constatado pelo fato de que o crescimento do Estado se concentrou na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Tal processo de crescimento não foi acompanhado pela economia do interior, pois os esforços de implantação de projetos industriais fora da RMF quase sempre não alcançaram êxito permanente e as atividades agrícolas, baseadas no complexo algodão/pecuária/culturas de subsistência, com sua desarticulação, perderam grande parte de seu importante papel socioeconômico. (FERREIRA, 1995)

Como uma consequência dessa desarticulação, precipitada pela praga do *bicudo*, no início dos anos 70 até o início dos anos de 1990, **claramente pode se detectar uma escolha política**

---

<sup>76</sup>Com base em Matriz Multi-Regional de Insumo Produto Nordeste/Resto do País de 1985, PEREIRA conclui: "...pode-se seguramente afirmar que o impacto total sobre a produção das atividades, promovido pela irrigação do Nordeste, se concentra mais na própria região do que no Resto do País..." PEREIRA (1993: 153). São muitos os estudos que demonstram a **viabilidade** de culturas cearenses irrigadas (ver AZEVEDO & PEREIRA, 1992, para os casos dos pequenos produtores), além do exemplo concreto da fruticultura, que vem apresentando ótimos resultados. SOUZA, em estudo sobre irrigação no NE, conclui: "A irrigação representa a frente de expansão econômica mais importante do Semi-Árido, fundamental para a 'abertura' de terras para uma agricultura de elevado padrão tecnológico e integrada, com encadeamentos para trás e para frente, com os demais setores da economia regional e nacional, permitindo o surgimento de pólos de desenvolvimento, com aumento da produção e produtividade e geração de emprego e renda." (SOUZA, 1995: 234)

**por ações voltadas para industrialização concentrada na RMF**, desde o advento da indústria incentivada no Nordeste, ao invés de enfrentar a complexa questão agrária e geográfica presentes no Estado do Ceará.

Conforme NOBRE (1989), vários projetos incentivados de implantação de agroindústrias cearenses foram aprovados pela SUDENE, de 1960 a 1986, mas grande parte não vingou. Os problemas relacionados à agropecuária cearense até aqui levantados, foram decisivos para o fracasso das agroindústrias, que dependem de seus produtos. A persistência desses problemas, após 1986, operou fortemente contra a atração de novas agroindústrias.

O que é problemático na medida em que, mesmo diante dos limites ao desenvolvimento da atividade agropecuária local, conforme demonstra MARQUES, em seu trabalho baseado em matrizes de insumo-produto cearenses, esse era o setor que proporcionava os maiores índices de encadeamento econômico *para frente* no ano de 1985. Mesmo que consideremos as limitações das análises econômicas baseadas em matrizes insumo-produto, tal resultado aponta o potencial estrategicamente importante da agropecuária para economia estadual.

Sua função estratégica ainda está estreitamente relacionada ao fato da produção agrícola abrigar a maior parcela da força de trabalho do Ceará (cerca de 46% em 1997) e, inclusive, ao fato de grande parte da população cearense residir no meio rural e no interior, muito pouco desenvolvido industrialmente e ainda bastante dependente das atividades agrícolas. Segundo o IBGE, a população rural do Ceará em 2000, representava 39,9% da população total, sendo que 59,9% desta residiam no interior, ou seja, fora da RMF, já considerando os quatro municípios que passaram a compô-la em 1999.

Entretanto, como alerta TEIXEIRA (1999: 16), "*o descaso do governo das mudanças com relação à agricultura revela que a maioria da força de trabalho está fora dos resultados da política de desenvolvimento e modernização da economia*".

Frente à insuficiência de ações voltadas para enfrentar as diversas dificuldades do setor, a taxa anual de crescimento do PIB agrícola cearense que fora positiva em 7,29% a.a. no período 1971-86, caiu drasticamente para a taxa negativa de -4,91% no período 1987-98 (Tabela 30), refletindo na participação da agropecuária cearense para a formação do PIB estadual que cai de 11,5% em 1986, para 4,4% em 1998, segundo cálculos baseados em dados da SUDENE (1999A).

Como mostra a Tabela 34, passado três mandatos (1987-98) do grupo político de Jereissati, o desempenho agrícola do Ceará havia sido desastroso. Embora em alguns dos

primeiros anos, a agropecuária local tenha ensaiado um modesto crescimento, após 1991, entrou em queda acentuada. O PIB agrícola cearense em 1998, atingiu apenas 45,7% do valor alcançado em 1986, reduzindo-se em R\$ 1.137.362.000 (reais de 1998). O Ceará seguiu a tendência da Região, excetuando-se Alagoas e Bahia. Mas, embora o desempenho da agropecuária nordestina tenha sido semelhante, a queda foi menos acentuada. Em 1998, o valor do PIB agrícola do Nordeste atingiu 66,9% do valor alcançado em 1986.

**TABELA 34 - Evolução do Produto Interno Bruto Agropecuário - CEARÁ - 1970/98 (R\$ 1000)\***

	1970	1974	1.986	1998	1971-86	1975-86	1987-98
	Valor Absoluto				Valor Absoluto	Acrescido	
PIB da Agropecuária	831.209.866	1.757.596.434	2.093.887.448	956525857	1.262.678	336.291	-1.137.362
					Taxa anual de cresc. (%)		
					5,94	1,47	-6,32

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

Obs: dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

\*em reais de 1998

Os dados divulgados em junho de 2000, pela Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado do Ceará, embora metodologicamente incomparáveis, ao menos indicam que o número preliminar da SUDENE para 1998, superou o PIB realmente gerado na agropecuária cearense. Segundo a SDR o total da renda bruta da agropecuária cearense foi de apenas R\$ 849 milhões.

Em sentido contrário à queda do PIB agrícola observada no intervalo dos três primeiros governos dos empresários (1987-98), no intervalo que abrange os últimos três governos anteriores (1975-86), o setor ainda apresentou crescimento absoluto de R\$ 336,29 milhões, ou seja um pequeno acréscimo de 19,3% (1,47% a.a.), como mostra a Tabela 34.<sup>77</sup>

Isso, mesmo durante a desarticulação do complexo algodão/pecuária/culturas de sobrevivência iniciada com o aparecimento do *bicudo* (1973). Destaca-se que a vertiginosa queda do PIB agrícola cearense, no período 1987-98, tem muito menos a ver com a derrocada da cultura do algodão, que já ocorrera anteriormente, portanto já refletido nos resultados anteriores. Em 1988, o PIB agrícola foi 22,7% superior ao de 1986 e, mesmo se reduzindo ligeiramente, no ano seguinte ainda foi 19,4% superior ao de 1986, demonstrando que o setor tinha potencial de crescimento, mesmo com a cotonicultura já há tempos sob forte crise.

<sup>77</sup> Esse desempenho não foi melhor devido ao pequeno desempenho negativo da segunda metade da década de 1970, já que no intervalo 1981-86, o PIB do setor cresceu 32%, a uma elevada taxa de 4,74 a.a.

Considerando todo o intervalo anterior com dados disponibilizados pela SUDENE (1971-86), o PIB agrícola cearense aumentou em mais R\$ 1,26 bilhões, ou seja, cresceu em 151,9%, a uma elevada taxa anual de quase 6%. (Tabela 34)

Assim, mesmo quando a economia cearense como um todo era consideravelmente menor, o desempenho do setor agropecuário, seja em todo intervalo 1971-86 ou no intervalo que abrange os últimos três governos anteriores a 1987 (1975-86), foi positivo e bem superior ao sofrível desempenho apresentado durante os três "governos dos empresários", tanto em termos absolutos como em termos percentuais.

Observando a evolução do PIB agrícola, ano a ano, é possível notar o comportamento cíclico, fortemente influenciado por secas anuais, com tendência declinante da contribuição macroeconômica da agropecuária cearense.

No que se refere à influência da seca, deve-se considerar que a análise realizada acaba sendo influenciada quando considerados, como base de cálculo, anos de seca, embora no longo prazo, observando todos os anos, seja possível constatar a clara solidificação de uma tendência de queda.

O diagnóstico realizado por Assuero Ferreira, importante estudioso da economia cearense, ao avaliar o setor agropecuário cearense no contexto macroeconômico, contribui para explicar as causas do péssimo desempenho recente do setor:

*"Quanto ao setor agropecuário, que se apresenta como um setor estagnado, resulta que sua contribuição para a formação do crescimento da economia cearense, em geral, é praticamente nula. A importância deste fato é crucial para a dinâmica da economia cearense. Isto deve-se ao fato de que o setor agropecuário é o que guarda a maior autonomia de crescimento frente à economia nacional como um todo. Sem dúvida, as suas oscilações de crescimento estão bastante ligadas às condições climáticas instáveis do semi-árido, mas estas se explicam mais especificamente de forma conjuntural."* (FERREIRA, 1995: 166)

Ferreira confirma para o Ceará o diagnóstico da maior parte dos estudiosos do setor agropecuário do Nordeste de que seu fraco desempenho está mais relacionado aos limites estruturais do que aos limites geoclimáticos, apontando a seguir algumas questões estruturais:

*"Para se explicar a tendência estacionária do setor agropecuário, devem ser buscadas razões estruturais relevantes - que dizem respeito ao uso e posse da terra, numa estrutura agrária que vem apresentando uma sensível concentração fundiária - no contexto de uma organização produtiva predominantemente arcaica, salvo raros focos de modernização vinculados a expansões agroindustriais. (...) A problemática hídrica numa região semi-árida como o estado do Ceará tem, não obstante, um papel fundamental para uma pecuária de menor risco. Mas a questão*

*principal não se prende à escassez d'água em si, mas sim ao seu aproveitamento racional pela implementação em larga escala da irrigação que respeite o ecossistema. O que se constata, em vários estudos pertinentes, é que além de não ter ocorrido uma disseminação espacial adequada da irrigação, os grandes projetos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) não têm apresentado resultados satisfatórios, seja do ponto de vista econômico-social, seja do ponto de vista de adequabilidade ambiental. Por outro lado em várias regiões sertanejas e áreas serranas de microclimas favoráveis, vêm-se constatando uma progressiva depredação ambiental, até com processos de desertificação, cuja continuidade implicará grave piora das condições climático-ambientais. Esta situação estrutural interage com o complexo de minifúndios de subsistência e latifúndios improdutivos que caracterizam secularmente a estrutura agrária do Ceará." (FERREIRA, 1995: 166, grifos meus)*

No que se refere à infra-estrutura hídrica voltada para irrigação, como foi mostrado no primeiro capítulo, não foi possível constatar nos registros oficiais ações governamentais efetivas e consistentes que resultassem em avanços razoáveis nesse campo. Baseando-se em dados do Censo Agropecuário de 1985, Ferreira continua, apontando a problemática envolvida com a concentração de terra:

*"... constata-se uma estrutura agrária altamente concentrada, na qual apenas 6,72% dos estabelecimentos (com área total de 100 ha ou mais) apropriam-se de 65,42% da área total. E, ainda mais grave, absorvem apenas 14,55% da força de trabalho ocupada nas atividades agrárias. Existe, portanto, em primeiro lugar, uma pressão demográfica excessiva sobre a pequena propriedade, que conjugada com os baixos níveis de produtividade e rendimentos, resulta na formação de sistemáticos e expressivos fluxos migratórios. Estes fluxos migratórios, ... , não são somente de natureza campo-cidade, mas também cidade-cidade, na medida em que as cidades interioranas perdem funcionalidade econômica nas suas ligações com as atividades agrárias." (FERREIRA, 1995: 167, grifos meus)*

Os dados de 1985, referentes à estrutura fundiária, praticamente não divergem dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96. Embora ambos os censos sejam metodologicamente incomparáveis, ao menos indicam que a concentração fundiária se manteve.

O péssimo desempenho da agricultura cearense, torna-se mais preocupante frente à desaceleração do crescimento da indústria local, observado desde meados da década de 1980; visto que o setor industrial vem exercendo o papel de locomotiva do crescimento econômico cearense e compensando, em parte, a forte redução da contribuição, historicamente importante, dada pelo setor agropecuário. Torna-se preocupante, especialmente no que se refere à oferta de emprego, em um contexto em que os reflexos das novas tecnologias de produção, poupadoras de trabalho, vêm restringindo a capacidade de absorção da mão de obra local.

O setor terciário, lamentavelmente pouco estudado, também teve seu ritmo de crescimento bastante reduzido depois de 1986, refletindo negativamente na economia e em seu mercado de trabalho, pois tem respondido, ainda que com grande participação de trabalho informal, pela absorção da maior parte dos excluídos do modelo de modernização "desenvolvimentista" adotado pelo grupo de Tasso Jereissati desde 1987. Uma das consequências deste modelo é a continuidade histórica da baixíssima remuneração salarial absoluta e relativa à maior parte dos Estados brasileiros, principalmente os mais desenvolvidos (não compensada pelo custo de vida mais baixo), também presente na Região Metropolitana de Fortaleza, responsável por quase 70% do PIB estadual.<sup>78</sup>

Mesmo considerando que a reestruturação agrária, em que aparece o complexo agroindustrial, tenha subtraído valor adicionado da atividade agrícola propriamente dita, os dados são preocupantes. O resultado da balança comercial cearense, referente ao comércio exterior, vem apresentando saldos negativos persistentes nos anos 90, saldos que, graças a produtos agrícolas, apresentavam-se positivos até 1992 e eram e seriam vitais para uma Unidade da Federação que se caracteriza por ser uma importadora líquida de mercadorias do resto do país.

Os saldos negativos com o exterior subiram gradativamente de US\$ 94,0 milhões em 1993, para US\$ 437,5 milhões em 1996, caindo para US\$ 251,0 milhões em 1998 (valor FOB em dólares de 1998). Mesmo em 2000, após a forte desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar, o déficit cearense no comércio exterior foi de US\$ 222,6 milhões (valor FOB em dólares de 2000). Assim, o comércio do Ceará com o resto do mundo, além de reforçar o déficit comercial do estado, deixou de exercer sua função histórica de contrabalançar o déficit comercial com o resto do país que, conforme já citamos, segundo VASCONCELOS (2001) atingiu R\$ 2,76 bilhões em 1998 (em reais de 1998), cerca de 12% do PIB estadual.<sup>79</sup>

Os saldos positivos da balança comercial cearense com o exterior, embora viessem se reduzindo até 1992, geravam divisas elevadas e importantes para a saúde econômica e financeira estadual, onde os produtos agrícolas eram de grande importância para estes resultados,

---

<sup>78</sup> Ver o artigo publicado na revista *Isto É* de 16 de agosto de 2000: "CEARÁ – O MARKETING DO CORONÊ: os índices sociais vão mal, a concentração de renda é a maior do Nordeste e o Bird desmonta a marola desenvolvimentista. Indústria e Agricultura estão em pior situação no Estado que elegeu Tasso para acabar com o Coronelismo".

<sup>79</sup> Os dados até 1998 são da SUDENE (1999B: 151). A fonte utilizada pela SUDENE é o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo/SECEX. O dado de 2000 consta em CEARÁ, 2001.

principalmente o algodão, que além de não contribuir mais para gerar divisas, contribui significativamente para o déficit.

Mas, algumas atividades agrícolas (embora localizadas) e agroindustriais ainda têm participado em grau relevante para gerar exportações para dentro e fora do país. Em 2000, no que tange ao comércio com o resto do mundo, basicamente, por ordem de importância em termos de valor exportado (FOB), que totalizou US\$ 495,1 milhões, essas atividades eram as seguintes: a *cajucultura* (US\$ 143,1 milhões, entre amêndoa e líquido de castanha de caju) consolidando a maior participação (28,9%) entre todos os produtos da pauta de exportação cearense; *couros e peles*, em forte ascensão (US\$ 50,1 milhões), respondendo por 10,1% do total da pauta; a atividade de pesca, recuperando importância, com a *lagosta* (US\$ 35,4 milhões) respondendo por 7,2% e o *camarão* (US\$ 20,4 milhões) respondendo por 4,1% do total da pauta; *cera vegetal/carnaúba* (US\$ 19,6 milhões), estagnada, respondendo por 4,0%. Juntos, esses produtos respondem por mais de metade da pauta de exportações cearense.

Exceto em relação à *amêndoa de castanha de caju*, só dois produtos tipicamente industriais superaram a participação dos outros produtos relacionados acima na pauta de exportação cearense de 2000: os *calçados* (US\$ 81,1 milhões) com 16,4% e os *tecidos de algodão* (US\$ 55,6 milhões) com 11,2% do total da pauta.

Por outro lado, o *algodão* e o *trigo* têm apresentado, respectivamente, a segunda e a terceira maiores participações na pauta de importação cearense, só perdendo para *petróleo e derivados*. Em 1999, responderam, respectivamente, por 19,1% (US\$ 109,8 milhões) e 15,4% (US\$ 88,4 milhões) do valor total das importações (US\$ 573,5 milhões) e, em 2000, tiveram suas participações reduzidas para 14,4% (US\$ 103,3 milhões) e 10,9% (US\$ 78,3 milhões), devido, em maior proporção, ao aumento substancial do preço do petróleo, que elevou o peso dos seus produtos de 19,9% (US\$ 114,1 milhões) em 1999, para 25,2% (US\$ 180,7 milhões) em 2000, quando o conjunto das importações totalizou US\$ 717,7 milhões. Em 1998, antes do aumento do preço do petróleo, o algodão apresentou a maior participação na pauta de importação do Ceará, com 20,3% do valor das importações.

Ainda assim, o intercâmbio de produtos agrícolas e agroindústrias proporcionam à economia cearense superávit em seu comércio exterior, o que não pode ser constatado no comércio com o resto do Brasil.

Mas, em geral, a agricultura vem perdendo apoio em termos de políticas do governo local, principalmente as voltadas para o semi-árido, o que compromete a subsistência de um elevado contingente populacional paupérrimo, que reside no interior. Afinal, como citamos anteriormente, a agricultura cearense continua sendo uma atividade fortemente empregadora, tendo absorvido, em 1997, cerca de 1,4 milhões de trabalhadores rurais, conforme Relatório do Banco Mundial. Entretanto, segundo este mesmo relatório, entre 1985 e 1995/96, ocorreu uma redução de 42,4% da área de cultivo anual e permanente, enquanto a área total agropecuária reduziu-se 18,6%.<sup>80</sup>

As estimativas oficiais apontam um número menor de trabalhadores rurais. Segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado do Ceará, em 1999, trabalhavam diretamente na agricultura cerca de 1,2 milhão de pessoas. A SDR, otimista, estimava que, naquele ano, a renda bruta da agropecuária cearense teria chegado a R\$ 1,2 bilhão. Assim, se essa estimativa estiver correta, mesmo a renda bruta apresentando um crescimento de 48% em relação a 1998, uma simples divisão mostra que a renda média anual por trabalhador teria sido de aproximadamente R\$ 1 mil, ou seja, R\$ 83,33 por mês, rendimento situado na faixa da miséria.<sup>81</sup>

Mas, segundo a PNAD de 1999 a população ocupada na agropecuária cearense era de 1.277.371 pessoas, o que indica que a renda média anual por ocupação teria sido ainda menor, em torno de R\$ 78,40 por mês.

O Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Ceará (GCEA) ressalta que a população rural beneficiada diretamente pela agropecuária era muito maior que os 1,2 milhão estimados pela SDR, e grande parte dela continua se deslocando para a Capital e às maiores cidades em busca de emprego.<sup>82</sup>

A partir dos vários indicadores e da bibliografia consultada fica evidente que, frente às diversas desvantagens geográficas e climáticas, o não enfrentamento da questão agrária e principalmente a carência hídrica do território cearense, são o principal entrave ao desenvolvimento da agricultura local e conseqüentemente à melhora das condições sociais de grande parte da população.

Embora a interligação das bacias sedimentares, cogitada desde 1847 para resolver o problema hídrico no semi árido, a partir do início dos anos 90, venha sendo executada no Ceará,

---

<sup>80</sup> Mesmo que se trate de culturas permanentes, se formos considerar a agropecuária como um todo, possivelmente estes dados estão um pouco destorcidos pelas ressalvas feitas pelos estudiosos da área em se comparar dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995/96, certamente utilizados pelo Relatório do Banco Mundial.

<sup>81</sup> O POVO, 2000.

<sup>82</sup> Ibidem.

ainda não se pode prever seus resultados e sua conclusão está distante. Até então a apropriação privada dos açudes e poços construídos pelo extinto Departamento Nacional de Obras Contra a Seca entre outros órgãos públicos, foi uma constante no cenário do semi-árido cearense.

As políticas para o desenvolvimento do setor agropecuário, principalmente no interior, obtiveram pouco ou nenhum resultado. O elevado índice de analfabetismo, ainda presente nos anos de 1990, aproxima-se de 50% da população residente no meio rural com idade para se alfabetizar, também é preocupante, pois contribui para excluir grande parte dos trabalhadores rurais do processo irregular e perverso de modernização agrícola.<sup>83</sup> Quanto à reforma agrária os resultados em geral têm sido irrelevantes. (TEIXEIRA, 1999; FERREIRA, 1995; BESERRA, 1994; LIMA, 1990)

Em síntese, todo o processo de modernização e reestruturação dos espaços econômicos regionais, nacionais e internacionais, ocorrido nas quatro últimas décadas do século XX, expôs os espaços econômicos atrasados, que ainda sobrevivem na grande maioria do território cearense a uma lógica político-econômica perversa. A abertura econômica desenfreada executada no Brasil nos anos de 1990, frente ao avanço da globalização, prejudicou substancialmente a integração do setor primário cearense com os setores secundário e terciário. Neste contexto a agricultura cearense foi o setor mais prejudicado da economia do Ceará, excluindo-se alguns poucos espaços e poucas culturas, onde a atividade agrícola tem se modernizado.

No próxima e última seção deste capítulo será abordado o desempenho do PIB local, considerando os três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços) e confrontado o comportamento do PIB total cearense com o do Brasil e dos demais estados do Nordeste, a fim de situar o desempenho da economia do Ceará no contexto regional e nacional.

---

<sup>83</sup> A população rural que sobrevive em quase sua totalidade abaixo da linha de pobreza, conforme o Censo Demográfico de 1991 (IBGE), somava 2.204.640 residentes (52,97% da população urbana), dos quais, 1203689 com mais de 5 anos era analfabeta; dos 6.366.647 habitantes cearenses, 2.377.627 com mais de 5 anos eram analfabetos. Em 1996, segundo a PNAD (IBGE), a população rural (54,20% da população urbana) somava 2.394.539 residentes, dos quais 1.086.655 com mais de 5 anos era analfabeta; dos 6.812.575 habitantes cearenses, 2.077.765 com mais de 5 anos eram analfabetos.

## 2.4 A Evolução Setorial do PIB Cearense e Seu Ritmo de Crescimento no Contexto Regional

O péssimo desempenho recente da agropecuária cearense se refletiu fortemente sobre sua participação na formação do PIB estadual. O setor que detinha uma importante participação no produto da economia local, chegando a contribuir com quase um terço do PIB, em meados da década de 1970 perdeu gradativamente participação, atingindo participação bem reduzida em 1998, como mostra a Tabela 35.

**TABELA 35 - Composição Setorial do PIB - CEARÁ - 1970/98 (%)**

SETORES	1970	1980	1986	1994	1998
Agropecuária	16,8	15,0	11,5	10,3	4,4
Indústria	26,3	25,5	22,0	21,3	22,2
Serviços	56,8	59,5	66,5	68,4	73,4
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

Obs: utilizado o PIB a custos de fatores e a valores correntes de cada ano.

A participação da agropecuária no PIB cearense (4,4%), em 1998, ficou bem abaixo da participação desse setor na economia da Região, de 9,1% do PIB do Nordeste, indicando que a agropecuária cearense passou a exercer uma importância para a economia local bem menor que na média dos estados nordestinos. Essa diferença foi ainda maior em relação a economia brasileira, para a qual o setor agropecuário representou 10,7% do PIB em 1998.

Já o setor de serviços cearense, passados os três primeiros governos do grupo de Jereissati, elevou em 6,9 pontos percentuais (p.p.) sua participação e passou a deter uma parcela ainda mais elevada do produto da economia local em 1998, ao responder por 73,4% do PIB estadual. O peso do setor serviços na economia do Ceará vem gradativamente tornando-se consideravelmente maior ao observado na Região que, em 1998, foi de 64,5% do PIB do Nordeste. A diferença já em 5,2 p.p. em 1970, atingiu 8,9 p.p. em 1998. A diferença em relação ao Brasil foi muito maior, alcançando 18,9 p.p. em 1998, quando os serviços responderam por 54,5% do PIB brasileiro, percentual semelhante ao de 1970.

Nem mesmo o bom desempenho da indústria local impediu esse fenômeno. Mesmo porque, o ritmo de crescimento do PIB industrial não tem sido suficiente para elevar sua participação na economia cearense como se observou até 1983, quando o produto da indústria

local chegou a 28,1% do PIB do Ceará. Desde meados da década de 1980, o setor praticamente estabilizou sua participação, não recuperando a perda em relação à 1983.

Em 1998, o peso da indústria no PIB cearense ficou 4,2 p.p. abaixo do observado no Nordeste (26,4%) e 12,6 p.p. abaixo do registrado para o Brasil (34,8%), demonstrando menor representatividade do setor industrial para o Ceará em relação à média da Região e, principalmente, do Brasil.

O desempenho do setor de serviços ainda superou a boa performance do setor industrial, ao contrário da agropecuária que foi muito inferior a esses dois setores. No intervalo 1970-86, o PIB do setor agropecuário apresentou desempenho bastante positivo, crescendo 151,93%, a uma elevada taxa anual de 5,94%, principalmente devido ao ganho obtido na primeira metade da década de 1970 e mantido com acréscimos até 1986, para depois ser perdido ao longo dos três governos que se seguiram.

**TABELA 36 - Evolução do Produto Interno Bruto - CEARÁ - 1970/1998 (R\$ 1000)\***

Setores	1.970	1974	1986	1998	1971-86	1975-86	1987-98
	Valor Absoluto				Taxa anual de crescimento		
Agricultura	831.210	1.757.596	2.093.887	956.526	5,94	1,47	-6,32
Indústria	448.155642.5	36	2.926.508	4.769.525	12,44	13,47	4,15
Serviços	2.317.335	3.333.597	10.686.930	15.787.657	10,03	10,19	3,31
<b>TOTAL</b>	<b>3.371.551</b>	<b>5.997.017</b>	<b>15.176.702</b>	<b>21.513.707</b>	<b>9,65</b>	<b>8,76</b>	<b>2,66</b>

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

\* PIB a custo de fatores e preços correntes em reais de 1998.

Obs.: (1) devido aos preços relativos divergirem para cada setor, a SUDENE utiliza deflatores específicos para cada caso, por isso, a soma dos PIBs setoriais em 1970, 1974 e 1986 diverge do valor total do PIB.

(2) dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

Partindo dos anos com dados disponibilizados pela SUDENE expostos na Tabela 36, seja tomando o intervalo 1971-86 como um todo, seja considerando o intervalo 1975-86 com o mesmo número de anos do intervalo 1987-98, em qualquer dos três setores econômicos, as taxas de crescimento foram muito superiores nos intervalos anteriores a 1987. Fica evidenciado a forte desaceleração do ritmo de crescimento da economia cearense após o grupo político de cunho empresarial ter assumido o governo do Estado do Ceará nesse ano, inclusive tendo o setor agropecuário apresentado acentuado declínio.

O agravamento do cenário econômico nacional e, principalmente, os reflexos locais da derrocada do complexo algodoeiro exerceram fortes influências negativas, contribuindo bastante para essa desaceleração.

No intervalo 1975-86, que envolve os três últimos governos anteriores a 1987, não só a taxa de crescimento foi maior, como o crescimento em termos absolutos também foi consideravelmente maior que o do intervalo 1987-98, para qualquer dos três setores, como se pode constatar na Tabela 37.

**TABELA 37 - PIB da Economia Cearense e Crescimento Absoluto - CEARÁ- 1976/1998 (R\$ 1000)\***

Setores	1.970	1974	1986	1998	1971-86	1975-86	1987-98
	Valor		Absoluto		Valor Absoluto Acrescido		
Agricultura	831.210	1.757.596	2.093.887	956.526	1.262.677	336.291	-1.137.362
Indústria	448.155	642.536	2.926.508	4.769.525	2.478.353	2.283.972	1.843.016
Serviços	2.317.335	3.333.597	10.686.930	15.787.657	8.369.595	7.353.332	5.100.727
<b>TOTAL</b>	<b>3.371.551</b>	<b>5.997.017</b>	<b>15.176.702</b>	<b>21.513.707</b>	<b>11.805.151</b>	<b>9.179.685</b>	<b>6.337.005</b>

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

\* PIB a custo de fatores e preços correntes em reais de 1998

Obs.: (1) devido aos preços relativos divergirem para cada setor, a SUDENE utiliza deflatores específicos para cada caso, por isso, a soma dos PIBs setoriais em 1970, 1974 e 1986 diverge do valor total do PIB.

(2) dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

O acréscimo absoluto do PIB cearense no intervalo 1975-86 foi bem superior ao do intervalo 1987-98, superando este último em R\$ 2,84 bilhões (a valores de 1998), cifra expressiva no contexto local, equivalente a 13,2% do PIB de 1998. Mesmo tendo o setor industrial alcançado, em 1986, o elevado crescimento de 355,5% em relação a 1974, como é possível constatar na Tabela 37, foi o setor de serviços que mais contribuiu, em termos absolutos, para esta diferença, ainda que tenha registrado, em 1986, um crescimento menor (220,6%) em relação a 1974. Embora, a diferença em favor do intervalo 1975-86, também teve papel decisivo do desastroso desempenho agrícola, cujo PIB em 1998, foi 54,3% menor do registrado em 1986.

Para situar melhor o desempenho da economia cearense no contexto macroeconômico regional e nacional, foi confrontado na Tabela 38, seu crescimento com as demais economias do Nordeste e com o Brasil, abordando os três primeiros governos do grupo de Jereissati e os três últimos governos anteriores. Assim, captou-se os efeitos da realidade econômica de cada intervalo de tempo considerado, por avaliar o crescimento cearense em confronto com a dinâmica

do crescimento regional. Sendo possível também melhor avaliar o menor crescimento apresentado no intervalo 1987-98, por visualizar sua dimensão regional.

No que se refere às taxas de crescimento do PIB, a princípio, é possível constatar que todas as economias do Nordeste e a brasileira cresceram mais no intervalo 1975-86, como mostra a Tabela 38. A taxa de crescimento do PIB cearense em ambos os intervalos superou a taxa da Região e do Brasil, tendo sido a 3ª maior do Nordeste no intervalo 1987-98, enquanto no intervalo anterior havia sido a 6ª maior. Isso mostra um ganho de ritmo relativo às demais economias regionais, mas além da taxa ter caído, ela se distanciou das taxas do Maranhão e Rio Grande do Norte, ficando bem mais próxima da taxa nacional e das taxas de alguns estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco e Bahia) e ligeiramente mais próxima da taxa da Região, indicando que a economia cearense passou a se destacar menos no contexto, ainda que continuasse se destacando.

**TABELA 38- Evolução do PIB - BRASIL, NORDESTE E ESTADOS - 1970/1998 (R\$ 1.000)\***

	1974	1986	1998	1975-86	1987-98	1975-86	1987-98
	Valor Absoluto			Taxa de crescimento		Taxa anual de cresc.	
Maranhão	2.326.080,7	7.117.647,6	12.749.630,7	206,0	79,1	9,77	4,98
Piauí	1.661.345,9	4.308.572,7	5.468.286,5	159,3	26,9	8,27	2,01
<b>Ceará</b>	<b>5.997.016,7</b>	<b>15.176.702,1</b>	<b>21.513.707,2</b>	<b>153,1</b>	<b>41,8</b>	<b>8,04</b>	<b>2,95</b>
Rio G. do Norte	1.902.927,0	5.374.200,5	8.705.069,6	182,4	62,0	9,04	4,10
Paraíba	3.736.946,5	6.831.862,6	8.803.225,3	82,8	28,9	5,16	2,14
Pernambuco	9.499.203,8	17.824.814,0	22.588.222,9	87,6	26,7	5,38	1,99
Alagoas	2.359.083,2	6.199.127,0	7.843.864,4	162,8	26,5	8,38	1,98
Sergipe	1.694.564,0	4.365.374,4	4.920.059,8	157,6	12,7	8,20	1,00
Bahia	15.374.201,0	32.806.001,7	42.099.879,6	113,4	28,3	6,52	2,10
<b>NORDESTE</b>	<b>49.999.865,7</b>	<b>109.076.630,2</b>	<b>134.691.946,0</b>	<b>118,2</b>	<b>23,5</b>	<b>6,72</b>	<b>1,77</b>
<b>BRASIL</b>	<b>401.410.202,2</b>	<b>683.950.418,9</b>	<b>862.793.000,0</b>	<b>70,4</b>	<b>26,1</b>	<b>4,54</b>	<b>1,95</b>

Fonte: SUDENE (1999A e Base de Dados)

\* valores de 1998, deflacionados a partir do PIB a custos de fatores de 1998, utilizando os índices da SUDENE (1999A)

Obs.: (1) devido aos preços relativos divergirem para cada estado e para Região, a SUDENE utiliza deflatores específicos para cada caso, por isso, a soma dos PIBs estaduais em 1974 e 1986 diverge do valor do PIB do Nordeste.

(2) dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

O contexto da dinâmica econômica regional indica claramente que o ambiente macroeconômico do intervalo 1987-98 foi bem menos favorável ao crescimento do que no intervalo anterior, contribuindo para justificar a queda do ritmo de crescimento da economia do Ceará.

No que se refere ao crescimento absoluto do PIB, dois estados nordestinos não foram afetados pelo ambiente menos favorável presente no intervalo 1987-98 (Tabela 39). O Maranhão conquistou até mesmo um acréscimo superior ao obtido no intervalo 1975-86, próximo ao obtido pelo Ceará, demonstrando uma capacidade de crescimento econômico parecida com a da economia cearense no intervalo 1987-98, mesmo possuindo uma economia da metade do tamanho da cearense. Já o Rio Grande do Norte conseguiu praticamente manter o acréscimo obtido no intervalo anterior.

**TAB. 39 - PIB e Crescimento Absoluto - BRASIL, NORDESTE E ESTADOS - 1974/1998 (RS 1000)\***

	1974	1986	1998	1975-86	1987-98
	Valor Absoluto			Valor Absoluto Acrescido	
Maranhão	2.326.080,7	7.117.647,6	12.749.630,7	4.791.566,9	5.631.983,1
Piauí	1.661.345,9	4.308.572,7	5.468.286,5	2.647.226,8	1.159.713,8
<b>Ceará</b>	<b>5.997.016,7</b>	<b>15.176.702,1</b>	<b>21.513.707,2</b>	<b>9.179.685,5</b>	<b>6.337.005,0</b>
Rio G. do Norte	1.902.927,0	5.374.200,5	8.705.069,6	3.471.273,5	3.330.869,1
Paraíba	3.736.946,5	6.831.862,6	8.803.225,3	3.094.916,0	1.971.362,7
Pernambuco	9.499.203,8	17.824.814,0	22.588.222,9	8.325.610,3	4.763.408,9
Alagoas	2.359.083,2	6.199.127,0	7.843.864,4	3.840.043,8	1.644.737,4
Sergipe	1.694.564,0	4.365.374,4	4.920.059,8	2.670.810,4	554.685,4
Bahia	15.374.201,0	32.806.001,7	42.099.879,6	17.431.800,8	9.293.877,9
<b>NORDESTE</b>	<b>49.999.865,7</b>	<b>109.076.630,2</b>	<b>134.691.946,0</b>	<b>59.076.764,4</b>	<b>25.615.315,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>401.410.202,2</b>	<b>683.950.418,9</b>	<b>862.793.000,0</b>	<b>282.540.216,7</b>	<b>178.842.581,1</b>

Fonte: SUDENE (1999A e Base de Dados)

\* valores de 1998, deflacionados a partir do PIB a custos de fatores de 1998, utilizando os índices da SUDENE (1999A)

Obs.: (1) devido aos preços relativos divergirem para cada estado e para Região, a SUDENE utiliza deflatores específicos para cada caso, por isso, a soma dos PIBs estaduais em 1974 e 1986 diverge do valor do PIB do Nordeste.

(2) dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

No intervalo 1987-98, considerando os demais estados nordestinos, a queda absoluta do valor acrescido observada no PIB do Ceará só foi inferior a da Bahia e a de Pernambuco.

Ainda que se possa atribuir o menor crescimento econômico do Ceará no intervalo 1987-98 ao ambiente macroeconômico, este demonstra que, ao contrário do que foi veiculado na mídia, não houve um salto de crescimento da economia cearense. Na verdade, justificando-se ou não, se houve um *boom* econômico, este foi observado antes do grupo político de Jereissati passar a governar o Ceará.

Isso é possível observar na participação do Ceará para formação do PIB nacional, que apresentou um crescimento maior entre 1974 e 1986, destacando-se mais no contexto nacional, do que depois desse ano até 1998.

**TABELA 40 – Participação dos Estados Nordestinos no PIB do Nordeste e do Brasil - 1974/1998 (%)**

	1974	1986	1998	1974	1986	1998
	Participação Regional (Nordeste = 100)			Participação Nacional (Brasil = 100)		
Maranhão	6,3	7,8	9,5	0,6	1,0	1,5
Piauí	3,3	4,0	4,1	0,4	0,6	0,6
<b>Ceará</b>	<b>12,0</b>	<b>13,4</b>	<b>16,0</b>	<b>1,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2,5</b>
Rio G. do Norte	4,8	6,2	6,5	0,5	0,8	1,0
Paraíba	6,3	5,7	6,5	0,9	1,0	1,0
Pernambuco	22,7	17,7	16,8	2,4	2,6	2,6
Alagoas	5,2	5,9	5,8	0,6	0,9	0,9
Sergipe	3,9	4,9	3,7	0,4	0,6	0,6
<b>Bahia</b>	<b>35,4</b>	<b>34,3</b>	<b>31,3</b>	<b>3,8</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>
<b>Nordeste</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>12,5</b>	<b>15,9</b>	<b>15,6</b>

Fonte: SUDENE (1999A, Tab. 27, pgs 189-97 e Base de Dados)

Obs: dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

Já em relação à formação do PIB regional, foi no período mais recente que o Ceará conquistou maior crescimento em sua participação no PIB do Nordeste, obtendo, assim como o Maranhão, um desempenho relativo superior aos demais estados da Região, como é possível verificar na Tabela 40.

Mas deve-se ressaltar que a participação cearense no PIB regional atingira 14,5% em 1984, tendo sido Ceará e Sergipe os únicos estados nordestinos a perder participação no PIB regional entre 1984 e 1986. Embora, Sergipe tenha perdido ligeira participação regional (0,3 p.p.) e como todos os estados nordestinos, apresentou aumento substancial de PIB, ao contrário do Ceará que sofreu leve queda, muito mais afetado pela crise da cotonicultura nordestina, atividade que era bastante concentrada em seu território e teve o auge de sua derrocada nesse triênio.

No que tange ao crescimento do PIB *per capita* no contexto regional, o Ceará apresentou uma relevante melhora relativa no intervalo 1987-98, embora a taxa de crescimento tenha caído bastante e o acréscimo absoluto tenha sido pequeno relativamente aos 12 anos do intervalo, conforme é possível verificar na Tabela 41. O PIB *per capita* cearense que, mesmo após forte crescimento, passou de 6º para 5º maior do Nordeste findo o intervalo 1975-86, sem ter superado média da Região, tornou-se o 3º maior em 1998, dessa vez superando a média em 4,2%, quando em 1986 era inferior em -7,5%. Embora, em 1986 já houvesse ocorrido melhora expressiva, visto que em 1974 o PIB *per capita* cearense era inferior ao do Nordeste em -21,9%.

**TAB. 41- Evolução do PIB Per Capita - BRASIL, NORDESTE E ESTADOS - 1970/1998 (RS)\***

	1974	1986	1998	1975-86	1987-98	1975-86	1987-98
	PIB per capita			Taxa de crescimento		Taxa anual de cresc.	
Maranhão	721,68	1.640,48	2.451,87	127,3	49,5	7,08	3,41
Piauí	965,48	1.939,73	2.103,20	100,9	8,4	5,99	0,68
<b>Ceará</b>	<b>1.372,80</b>	<b>2.774,56</b>	<b>3.252,84</b>	<b>102,1</b>	<b>17,2</b>	<b>6,04</b>	<b>1,33</b>
Rio G. do Norte	1.212,08	2.628,99	3.477,35	116,9	32,3	6,66	2,36
Paraíba	1.586,13	2.437,62	2.715,27	53,7	11,4	3,65	0,90
Pernambuco	1.881,49	2.916,06	3.245,99	55,0	11,3	3,72	0,90
Alagoas	1.445,19	2.888,51	2.981,89	99,9	3,2	5,94	0,27
Sergipe	1.868,53	3.563,55	3.173,80	90,7	-10,9	5,53	-0,96
Bahia	2.012,63	3.263,59	3.536,86	62,2	8,4	4,11	0,67
<b>NORDESTE</b>	<b>1.756,41</b>	<b>2.997,32</b>	<b>3.121,16</b>	<b>70,7</b>	<b>4,1</b>	<b>4,55</b>	<b>0,34</b>
<b>BRASIL</b>	<b>4.091,06</b>	<b>5.323,69</b>	<b>5.561,62</b>	<b>30,1</b>	<b>4,5</b>	<b>2,22</b>	<b>0,37</b>

Fonte: calculado a partir de dados da SUDENE (1999A)

Obs: dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

\* em reais de 1998

De 1986 a 1998, O PIB *per capita* cearense também melhorou em relação ao brasileiro, embora em ritmo inferior ao da melhora conquistada no intervalo 1975-86. O PIB *per capita* do Ceará que, em 1974, representava 33,53% do brasileiro, passou a representar 52,13% em 1986 e atingiu 58,49% do PIB *per capita* do Brasil em 1998. Ou seja, mesmo com o crescimento observado, o PIB per capita do Ceará, como também de todos estados do Nordeste, ainda é muito inferior à média brasileira.

Resta saber se o crescimento econômico cearense observado durante os três governos do grupo de Jereissati foi acompanhado por uma melhora significativa dos indicadores sociais, superior aos avanços conquistados anteriormente, indicando a quebra com o "padrão de desenvolvimento anterior", como divulga este grupo. Já que no campo da infra-estrutura econômica e da economia, não ocorreram mudanças positivas que demonstrem a ocorrência de uma quebra com o denominado "padrão anterior" nem tão pouco um salto de desenvolvimento.

No capítulo seguinte será avaliada a evolução dos principais indicadores sociais do Ceará, situando-os no contexto da Região Nordeste e do Brasil.

### Capítulo 3 - Aspectos da Evolução das Condições Sociais

O Ceará, além de pertencer à região detentora dos maiores problemas sociais do Brasil, em meados da década de 1980 ainda era um dos estados que vinha apresentando os piores indicadores sociais do Nordeste. Ou seja, seu desempenho econômico acima da média regional, mostrado no capítulo anterior, não vinha se refletindo no campo social.

As péssimas condições de vida da grande maioria da população local era atribuída, quase que unanimemente, aos governos apoiados pelas oligarquias rurais anteriores aos governos do grupo de Jereissati. Antes desse grupo assumir o governo, essa questão foi um dos pilares do seu discurso oposicionista, que se propunha a romper com um denominado "modelo de desenvolvimento", até então adotado, que seria o maior responsável pelas mazelas sociais do Ceará. A melhoria no campo social esteve entre as mais importantes promessas dos programas de governo desde então.

O discurso do grupo de Jereissati encontrava eco entre os estudiosos do desenvolvimento cearense. Como já mencionado em nota da introdução, uma das teses mais aprofundadas sobre a economia cearense ao avaliar os resultados socioeconômicos do processo de industrialização iniciado na década de 60 até fins da década de 1980, entende que:

*"... mesmo tendo a economia cearense apresentado um pequeno mas relevante crescimento, a partir da política de desenvolvimento planejado implementado pela SUDENE a partir dos incentivos fiscais, tal crescimento não se deu revertendo a situação de pobreza por qual passava o Estado. Assim sendo, (...) um crescimento econômico concentrado e incapaz de impulsionar efeitos em cadeia que viessem melhorar significativamente os indicadores sócio econômicos do Estado, tais como, distribuição de renda, educação, emprego, moradia e saúde." (CAVALCANTE, 1992: 150)*

De fato, os indicadores ainda estavam muito aquém do aceitável, mas devemos levar em consideração três pontos controversos a sua análise.

Primeiramente, desde a disponibilização dos incentivos em meados de 1960 até o primeiro governo de Jereissati, o crescimento não foi *pequeno* e, sim, elevado e representativo, apresentando taxas muito acima da média regional e nacional, como foi mostrado no capítulo anterior.

Em segundo lugar, como já ressaltado, dado a análise de Cavalcante se reportar ao final da década de 1980, a mesma considerou indicadores que certamente refletem, ao menos em parte, a crise econômica atravessada pelo País nessa década e, ainda, a industrialização não acabou com

a pobreza no país inteiro. A crise atravessada pela economia brasileira nessa década atingiu todas as esferas governamentais, inclusive o Governo do Estado do Ceará, restringindo seu poder de implantar políticas de desenvolvimento regional, especialmente no meio mais afetado socialmente, o meio rural; poder já limitado pela influência das classes dominantes, considerando-se inclusive a região Nordeste como um todo. Vários estudos, entre os quais o de ALBUQUERQUE (1997), sobre a evolução histórica das condições sociais no Nordeste, mostram que, findo períodos de crise econômica como o da década de 1980, os indicadores retrocederam de forma relevante, inclusive em outras regiões brasileiras mais desenvolvidas.

Por último, devemos considerar que, mesmo sofrendo uma desaceleração econômica na década de 1980, o Ceará apresentou avanços importantes no campo social, ainda que insuficientes. As lideranças que assumiram em 1987, se depararam com um cenário muito distinto do encontrado no início da década de 1960, quando se iniciou o processo de industrialização e crescimento analisado por CAVALCANTE (1992).

Nesse capítulo buscou-se verificar se realmente ocorreu uma ruptura no ritmo de melhoria das condições de vida presentes no Ceará, analisando os principais indicadores sociais disponíveis. Entretanto, é preciso considerar na avaliação da evolução dos indicadores sociais que o crescimento a partir de bases mais elevadas é mais difícil, devendo assim ser relativizada a importância de avanços a partir de bases reduzidas.

### **3.1 Evolução de Indicadores Sociais Estreitamente Relacionados à Economia**

É fato que o PIB *per capita* não pode ser considerado um indicador social, pois o que realmente importa é a renda apropriada pelos habitantes, especialmente pela população desprovida dos meios de capital, e sua concentração. Mas, ao menos, mostra a disponibilidade de renda por habitante, ou seja, o seu crescimento aumenta potencialmente a probabilidade dos habitantes também elevarem suas parcelas da renda.

O forte crescimento do PIB *per capita* cearense, que passou de R\$ 832,17 em 1970 para R\$ 2.774,56 em 1986 (a valores de 1998), conforme a SUDENE, mostra que o crescimento da economia local foi muito superior ao crescimento populacional nesses 16 anos. No período 1987-98, o crescimento até poderia ser considerado *pequeno*, visto que nesses 12 anos o PIB *per capita* não subiu muito, alcançando R\$ 3.252,83 em 1998, embora não se deva menosprezar o aspecto

positivo da economia ter crescido mais que a população em um período no qual prevaleceram no País cenários econômicos desfavoráveis ao crescimento.

O aumento do PIB *per capita* no Ceará também se deu em termos relativos à Região e ao País, como mostra a Tabela 42. Isso ocorreu de forma significativa mesmo no período 1987-98, no qual seu acréscimo absoluto, ao somar mais R\$ 478,28, foi bem inferior ao observado nos 12 anos anteriores (1975-86) nos quais se somou R\$ 1.401,66. Nesse período mais recente, mesmo crescendo menos também em termos relativos, o PIB *per capita* cearense enfim ultrapassou a média da Região, tornando-se o 3º maior do Nordeste (mesma posição do PIB total), duas posições acima da registrada em 1986, quando já subira uma posição em relação a 1974 e 1970. Embora, o recente ganho relativo do Ceará tenha ocorrido, em maior medida, devido ao fraco desempenho de três estados que enfrentaram dificuldades econômicas no período 1987-98 e antes detinham PIB *per capita* superior ao cearense: Sergipe e Alagoas com desempenhos relativos negativos e Pernambuco que, mesmo apresentando crescimento relativo no período, não retomou a participação de 1974.

**TABELA 42- PIB *per capita* dos Estados Nordestinos em relação à Região e ao Brasil- 1970/1998(%)**

	1970	1974	1986	1998	1970	1974	1986	1998
	Participação Estadual (Nordeste = 100)				Participação Estadual (Brasil = 100)			
Maranhão	44,8	41,1	54,7	78,6	19,4	17,6	30,8	44,1
Piauí	50,9	55,0	64,7	67,4	22,1	23,6	36,4	37,8
<b>Ceará</b>	<b>65,3</b>	<b>78,2</b>	<b>92,6</b>	<b>104,2</b>	<b>28,4</b>	<b>33,6</b>	<b>52,1</b>	<b>58,5</b>
Rio G. do Norte	60,7	69,0	87,7	111,4	26,4	29,6	49,4	62,5
Paraíba	77,9	90,3	81,3	87,0	33,8	38,8	45,8	48,8
Pernambuco	101,0	107,1	97,3	104,0	43,8	46,0	54,8	58,4
Alagoas	76,9	82,3	96,4	95,5	33,4	35,3	54,3	53,6
Sergipe	99,7	106,4	118,9	101,7	43,3	45,7	66,9	57,1
Bahia	112,5	114,6	108,9	113,3	48,8	49,2	61,3	63,6
<b>NORDESTE</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>43,4</b>	<b>42,9</b>	<b>56,3</b>	<b>56,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>230,3</b>	<b>232,9</b>	<b>177,6</b>	<b>178,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SUDENE (1999A). PIB corrente a custo de fatores

Obs: dados de 1998 ainda não definitivos, sujeitos a retificação.

Por outro lado, o PIB *per capita* cearense ainda apresenta uma enorme defasagem em relação ao Brasil, tendo alcançado em 1998, apenas 58,5% da média nacional. Consequentemente a disponibilidade de renda por habitante no Ceará é muito menor.

Da mesma forma que o PIB *per capita* cearense teve seu ritmo de crescimento reduzido no período mais recente, o ritmo de crescimento da oferta de trabalho também foi menor no

Ceará, acompanhando a tendência regional e nacional. Todavia, como veremos mais a frente, o crescimento de ocupações, em termos absolutos, foi praticamente o mesmo. Nesse caso, o fato de ter partido de uma base menor não reduz a importância do ritmo de crescimento ter sido maior no período 1971-86, visto que o potencial de crescimento está relacionado ao tamanho da economia e esse era significativamente menor do que no intervalo subsequente.

O aumento do PIB *per capita* seguido de um crescimento do número de ocupações demonstrou um aspecto dinâmico do crescimento econômico capaz de produzir reflexos positivos sobre as condições sociais vigentes no Ceará, especialmente no período 1971-86.

Por outro lado, foi no período 1987-99 que o crescimento da População Ocupada superou o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) no Ceará, acompanhando a tendência regional.

**TABELA 43 - Crescimento da População Economicamente Ativa e da População Ocupada CEARÁ, NORDESTE E BRASIL - 1971-86 e 1987-1999**

	Taxa Anual de Crescimento (%)					
	1971-1986			1987-1999		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
População Ocupada	3,9	3,6	4,0	2,5	2,5	1,9
População Economicamente Ativa	4,00	4,07	4,17	2,39	2,18	2,11

Fonte: calculada a partir de dados do IBGE/PNAD.

Reverteu-se assim a situação observada no período 1971-86, quando o crescimento das ocupações foi insuficiente para acompanhar a população que ingressava no mercado de trabalho, ainda que no Ceará a diferença negativa entre as taxas de crescimento da População Ocupada e da PEA, tenha sido menor do que as observadas no Nordeste e no Brasil, como mostra a Tabela 43. Entretanto, o aspecto positivo do crescimento ter superado o da PEA no período mais recente, foi minorado pela intensificação da queda da qualidade das ocupações geradas no setor *Agrícola* e, em maior medida nos *Serviços*, onde quase metade de seu crescimento se deu no segmento *Prestação de Serviços*, notadamente através de ocupações por conta própria e serviços domésticos, em que a informalidade e a baixa remuneração prevaleceram.

No que se refere ao crescimento absoluto de ocupações no Ceará, tomando um espaço de tempo um pouco maior (1970-2001), justamente o setor *Serviços* foi o responsável pelos maiores acréscimos, independente do intervalo analisado. Todos seus segmentos contribuíram para o ritmo de crescimento das ocupações e os maiores acréscimos absolutos foram gerados pela

atividade de *Prestação de Serviços* seguida pelo *Comércio de Mercadorias*. O desempenho ascendente do setor *Serviços* levou ao crescimento expressivo do percentual da população ocupada nesse setor, de 24,6% em 1970 para 50,3% em 2001, como mostra a Tabela 44, fenômeno que vem caracterizando os mercados de trabalho.

**TABELA 44 - População Ocupada por Setores da Economia - CEARÁ - 1970, 1986 e 2001**

Setor de Atividade	Pessoas Ocupadas (10 anos ou mais)					
	1970		1986		2001	
	n° absoluto	%	n° absoluto	%	n° absoluto	%
<b>Agrícola</b>	<b>749.090</b>	<b>59,7</b>	<b>845.630</b>	<b>36,6</b>	<b>1.005.034</b>	<b>30,2</b>
<b>Indústria Total</b>	<b>163.754</b>	<b>13,0</b>	<b>504.519</b>	<b>21,9</b>	<b>610.036</b>	<b>18,3</b>
Indústria de Transformação	-	-	349.186	15,1	402.256	12,1
Indústria da Construção Civil	-	-	139.221	6,0	176.068	5,3
Outras Atividades Industriais	-	-	16.112	0,7	31.712	1,0
<b>Serviços</b>	<b>309.230</b>	<b>24,6</b>	<b>924.452</b>	<b>40,0</b>	<b>1.673.927</b>	<b>50,3</b>
Comércio de Mercadorias	87.307	7,0	241.198	10,4	486.405	14,6
Prestação de Serviços	116.379	9,3	382.531	16,6	702.339	21,1
Transporte e Comunicação	32.502	2,6	46.617	2,0	94.926	2,9
Serviços Sociais	45.795	3,6	171.921	7,4	272.082	8,2
Administração Pública	27.247	2,2	82.185	3,6	118.175	3,6
<b>Outras atividades</b>	<b>33.366</b>	<b>2,7</b>	<b>33.715</b>	<b>1,5</b>	<b>36.997</b>	<b>1,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.255.440</b>	<b>100,0</b>	<b>2.308.316</b>	<b>100,0</b>	<b>3.325.994</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNA.

Já o *Setor Industrial* cearense, depois de elevar significativamente sua participação na população ocupada no intervalo 1970-86 (13% para 21,9%), após forte crescimento absoluto, teve reduzido sensivelmente o ritmo de crescimento das suas ocupações no intervalo 1986-2001, o que provocou uma redução na sua parcela da População Ocupada para 18,3% em 2001.

Quanto ao *Setor Agrícola* cearense, embora tenha apresentado acréscimos absolutos no número de suas ocupações em ambos os intervalos, teve sua participação na população ocupada bastante reduzida, como mostra a Tabela 44. O fato desse setor ter aumentado sua oferta de ocupações, em termos absolutos, teve seus efeitos positivos bastante minorados no intervalo 1986-2001, pois grande parte dessas ocupações se encontram entre a população ocupada sem rendimento que cresceu significativamente após 1986, como veremos mais adiante. Por outro lado, o número de ocupações no setor Agrícola vem caindo desde meados da década de 1990. A População Ocupada em 2001, em relação a 1999, por exemplo, apresentou uma redução de 272.337 ocupações, conforme dados da PNAD.

No que se refere ao ritmo de crescimento do nível de ocupações, no intervalo 1986-2001, o Ceará, embora tenha sofrido redução em sua taxa anual de crescimento da população ocupada em relação ao período anterior, acompanhando a tendência nacional e regional, apresentou taxas um pouco superiores às da Região e do Brasil, em todos os três grandes setores da economia, o que não se observou no período 1971-86, como mostra a Tabela 45.

**TAB. 45 - Crescimento Setorial da População Ocupada - CE, NE e BR - 1970-86 e 1987-2001**

Setor de Atividade	Taxa Anual de Crescimento (%)					
	1971-1986			1987-2001		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
<b>Agrícola</b>	<b>0,8</b>	<b>1,3</b>	<b>0,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>	<b>0,5</b>
<b>Indústria Total</b>	<b>7,3</b>	<b>6,5</b>	<b>6,0</b>	<b>1,3</b>	<b>1,1</b>	<b>0,8</b>
Indústria de Transformação	-	-	-	0,9	0,5	0,2
Indústria da Construção Civil	-	-	-	1,6	1,9	2,1
Outras Atividades Industriais	-	-	-	4,6	0,6	0,2
<b>Serviços</b>	<b>7,1</b>	<b>6,7</b>	<b>6,4</b>	<b>4,0</b>	<b>3,9</b>	<b>3,5</b>
Comércio de Mercadorias	6,6	6,4	6,6	4,8	4,6	3,7
Prestação de Serviços	7,7	7,0	7,0	4,1	4,0	3,7
Transporte e Comunicação	2,3	3,1	3,0	4,9	4,0	3,2
Serviços Sociais	8,6	8,5	7,3	3,1	3,3	3,3
Administração Pública	7,1	6,5	5,2	2,5	2,8	2,3
<b>Outras atividades</b>	<b>0,1</b>	<b>-0,3</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,2</b>	<b>-1,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3,9</b>	<b>3,6</b>	<b>4,0</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>

Fonte: calculada a partir de dados do IBGE/PNAD.

No período 1971-86, embora o Ceará tenha apresentado taxa anual de crescimento do total das ocupações superior à do Nordeste, no setor *Agrícola* sua taxa foi menor. Em relação ao Brasil, mesmo o Ceará apresentando, nesse período, taxas anuais superiores nos três grande setores econômicos, dado o efeito menor, mas decisivo, do seu crescimento bem mais baixo em *Outras Atividades* (sem classificação setorial definida), sua taxa de crescimento anual para o total da População Ocupada foi ligeiramente inferior à brasileira.

Já no período 1987-2001, essa taxa foi superior à brasileira e manteve sua diferença favorável em relação à taxa do Nordeste. Assim, mesmo a População Ocupada cearense tendo crescido a taxas menores nesse período mais recente, seu desempenho se destacou mais no cenário nacional.

Esse melhor desempenho relativo, conseqüentemente, levou o Ceará a aumentar sua participação na População Ocupada da Região e do Brasil, como mostra a Tabela 46. O aumento

da sua participação nacional se deu em todos os setores, enquanto a sua participação regional não apresentou crescimento no setor *Agrícola*, pois seu leve crescimento entre 1986 e 2001 não conseguiu recuperar a queda sofrida entre 1970 e 1986, influenciada pela seca enfrentada em 1986.

**TABELA 46 - Participação Regional e Nacional da População Ocupada Cearense - 1970/1999**

Setor de Atividade	Participação Regional (Nordeste = 100)			Participação Nacional (Brasil = 100)		
	1970	1986	2001	1970	1986	2001
Agrícola	14,3	13,2	13,5	5,7	5,9	6,5
Indústria	18,4	20,9	21,6	3,1	3,8	4,0
Serviços	15,4	16,3	16,7	3,2	3,5	3,8
Outras atividades	14,0	14,9	16,9	2,4	2,2	2,8
<b>TOTAL</b>	15,0	15,6	16,2	4,2	4,2	4,4

Fonte: calculada a partir de dados do IBGE/PNAD.

Em relação a sua participação regional, o Ceará apresentou acréscimos nominais (0,6 p.p.) da mesma magnitude nos dois intervalos abordados na Tabela 46; já sua participação nacional só aumentou entre 1986 e 2001, 0,2 p.p., alcançando 4,4%. Mas, esse crescimento não foi suficiente para manter a relação *população ocupada cearense/população ocupada nacional* duas vezes maior que a relação *PIB cearense/PIB nacional*, como em 1986, dado que em 2001 a participação do PIB cearense no PIB nacional foi de 2,6%. Essa relação já havia caído em 1986 frente a 1970, quando a participação do PIB cearense no PIB nacional foi de 1,6%. Tal comportamento, embora possa ter efeitos sociais negativos, é um indicador de que ocorreram ganhos de produtividade.

Entretanto, como veremos a seguir, ao menos no intervalo 1986-1999, para o qual a PNAD fornece dados metodologicamente comparáveis, esses ganhos não foram repassados aos salários ao ponto de refletir positivamente na estrutura de renda da população ocupada no Ceará. O poder da economia gerar ocupações no Ceará apresentou um ritmo de crescimento que não teve paralelo nos níveis de remuneração proporcionados pelas ocupações ofertadas.

Entre 1986 e 1999, a parcela da população ocupada sem rendimento e com renda até um salário mínimo, portanto abaixo da linha de pobreza, aumentou de 60,9% em 1986 para 62,4% em 1999. Embora seu crescimento relativo não tenha sido acentuado, essa parcela continua bastante elevada e seu crescimento absoluto significou que a população ocupada sem renda e com renda inferior ao salário mínimo aumentou em mais 600.189 habitantes, totalizando 2.004.111

pessoas ocupadas. No mesmo período, dentro desse grupo de renda, como mostra a Tabela 47, ocorreu um crescimento muito elevado, tanto relativo como absoluto, da parcela da população ocupada sem rendimento, resultando em um acréscimo de 610.571 pessoas no extrato sem renda.

**TABELA 47 - População Ocupada por Faixas de Rendimento - CEARÁ - 1986 e 1999**

Extratos de Rendimento Mensal (em salário mínimo)	Pessoas Ocupadas			
	1986		1999	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%
Até 1 SM	1.403.922	60,9	2.004.111	62,4
<i>Sem Rendimento</i>	192.811	8,4	803.382	25,0
<i>Com renda Até 1/2 SM</i>	547.173	23,7	513.572	16,0
<i>Mais de 1/2 a 1 SM</i>	663.938	28,8	687.157	21,4
Mais de 1 a 2 SM	447.798	19,4	634.601	19,7
Mais de 2 a 5 SM	299.736	13,0	372.115	11,6
Mais de 5 a 10 SM	90.402	3,9	99.079	3,1
Mais de 10 SM	65.156	2,8	71.420	2,2
Sem declaração	1.302	0,1	33.202	1,0
<b>Todos os Extratos</b>	<b>2.308.316</b>	<b>100,0</b>	<b>3.214.528</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNAD; SUDENE.

Obs: considera os rendimentos do trabalho principal e de possíveis outros trabalhos

Ou seja, entre 1986 e 1999, houve um remanejamento, em termos relativos, entre os três extratos do grupo com renda inferior a um salário mínimo, no qual o extrato sem rendimento passou a responder pela maior parcela da população ocupada (1/4), mesmo em relação aos outros extratos. Estando nesse fenômeno a alteração relativa substancial referente à renda auferida pela população ocupada, que mostra uma grave deterioração da renda dos trabalhadores cearenses.

Ocorreu um retrocesso na melhoria do nível de renda dos trabalhadores cearenses que vinha sendo conquistada desde a industrialização incentivada até 1986. Segundo CARVALHO (1995), em 1960, 49,58% da População Economicamente Ativa (PEA) do Ceará se encontrava nos extratos sem rendimento e com renda até 1/2 SM. Mesmo que a PEA não possa ser comparada à população ocupada, dado a pequena diferença entre as duas, ao menos é possível perceber que ocorreu uma melhora do nível de renda, pois nesses extratos mais pobres, em 1986, se encontravam 32,7% da População Ocupada do Ceará.

Tal situação aponta não só um grave problema social mas também econômico, pois reflete muito negativamente no poder de compra dos consumidores e, conseqüentemente, no mercado consumidor local como um todo.

Nos demais extratos de renda (acima do salário mínimo), não houve grandes alterações relativas, isoladamente. Mas, exceto pelo ligeiro crescimento da participação da população ocupada pertencente ao extrato de renda de mais de um a dois salários mínimos, as parcelas das ocupações nos extratos superiores sofreram pequenas reduções. Considerando o conjunto desses extratos (acima de dois salários), a soma de sua participação cai de 19,8% para 17,9%.

Portanto, em um balanço geral, em nível estadual, ocorreu uma piora substancial no quadro da renda do trabalhador cearense, o que certamente refletiu negativamente sobre o crescimento econômico estadual. Chama a atenção que o fato da População Ocupada ter aumentado em 906.212 pessoas no período 1987-99, atingindo 3.214.528 pessoas, acabou tendo seu caráter positivo bastante reduzido, pois mais de 2/3 desse crescimento se deu através de ocupações sem rendimento.

Foi a evolução fortemente desfavorável da parcela da População Ocupada *sem remuneração* no Ceará que mais destacou negativamente sua estrutura de remuneração do trabalho no âmbito regional e nacional. Como mostra a Tabela 48, a parcela *sem remuneração* no Ceará que, em 1986, era inferior à do Nordeste e ligeiramente superior à do Brasil, chegou, em 1999, a ultrapassar a do Nordeste e se distanciou bastante da observada no Brasil.

**TABELA 48 - População Ocupada por Faixas de Rendimento - CE, NE e BR - 1986 e 1999**

Extratos de Rendimento Mensal (em salário mínimo)	Percentual de Pessoas Ocupadas (%)					
	1986			1999		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
Até 1 SM	60,9	55,7	35,6	62,4	59,6	34,9
<i>Sem Rendimento</i>	8,4	11,6	7,7	25,0	24,0	14,3
<i>Com renda Até 1/2 SM</i>	23,7	18,0	8,6	16,0	13,0	6,0
<i>Mais de 1/2 a 1 SM</i>	28,8	26,2	19,2	21,4	22,6	14,6
Mais de 1 a 2 SM	19,4	22,0	22,5	19,7	20,1	21,7
Mais de 2 a 5 SM	13,0	15,0	26,1	11,6	13,2	26,5
Mais de 5 a 10 SM	3,9	4,2	9,2	3,1	3,6	9,5
Mais de 10 SM	2,8	2,6	6,2	2,2	2,4	6,1
Sem declaração	0,1	0,4	0,5	1,0	1,1	1,2
<b>Todos os Extratos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNAD; SUDENE.

Obs: considera os rendimentos do trabalho principal e de possíveis outros trabalhos.

Já, entre 1986 e 1999, o aumento da parcela da população ocupada abaixo da linha de pobreza, com renda *até 1 SM*, de 60,9% para 62,4% no Ceará, foi inferior ao aumento observado

no Nordeste, de 55,7% para 59,6% e, embora o Ceará ainda tenha se mantido em situação mais desfavorável, diminuiu sua distância em relação à Região, pois seu desempenho relativo foi ainda pior que o cearense. Por outro lado, o Ceará aumentou ainda mais a sua grande distância em relação ao Brasil, que conquistou uma ligeira redução em sua parcela da População Ocupada com renda até 1 SM, como mostra a Tabela 48.

Nos demais extratos de renda (acima de dois salários), exceto pela ligeira redução observada no extrato de *mais de 1 a 2 SM*, o Ceará aumentou um pouco mais sua distância em relação ao Brasil, notadamente, no extrato de *mais de 2 a 5 SM*, no qual o percentual cearense ficou ainda menor que a metade do brasileiro. Já, em relação ao Nordeste, reduziu a diferença nos dois extratos entre 1 e 5 salários mínimos e aumentou ligeiramente a diferença no extrato de *mais de 5 a 10 SM*, ainda apresentando parcelas ligeiramente menores, e manteve a diferença no extrato de *10 SM ou mais*, mas passou a ter uma parcela ligeiramente menor da sua População Ocupada nesse extrato se comparado ao observado no Nordeste.

Portanto, em termos gerais, também houve uma sensível piora da renda do trabalhador cearense relativamente à média brasileira e, em relação ao Nordeste, manteve-se próxima à média regional.

Isso passou a ocorrer mesmo em meio a um progresso considerável do nível de escolaridade da população ocupada cearense, que se refletiu positivamente em termos relativos ao contexto regional e nacional, como mostra a Tabela 49.

**TABELA 49 - População Ocupada por Anos de Estudo - CE, NE e BR - 1970, 1986 e 1999**

Anos de Estudo	Percentual de Pessoas Ocupadas (%)					
	1986			1999		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR
<i>Sem Instrução e menos de 1 ano</i>	41,0	38,0	17,8	24,5	24,0	11,6
1 e 2 anos	17,3	17,2	11,8	10,9	12,4	7,4
3 e 4 anos	16,2	18,3	27,1	17,3	19,0	19,4
5 a 8 anos	13,2	13,1	22,2	23,1	20,3	25,7
9 a 11 anos	8,7	9,6	13,3	16,2	17,6	23,9
12 ou mais anos de estudo	3,4	3,6	7,6	6,1	5,9	11,2
<i>não determinados</i>	0,1	0,2	0,2	1,9	0,8	0,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNAD; SUDENE.

Obs: considera os rendimentos do trabalho principal e de possíveis outros trabalhos

Assim, o empresariado local foi favorecido tanto por ter podido contar com mão-de-obra mais escolarizada como por um achatamento dos níveis de remuneração praticados no mercado de trabalho local.

### 3.2 Alguns Indicadores Sociais Relacionados à Distribuição de Renda, Educação e Saúde

A evolução da renda apropriada pela População Ocupada, abordada na seção anterior, certamente contribuiu para reverter o movimento, observado entre 1970 e 1985, de redução da concentração de renda medida pelo *índice de gini*.<sup>84</sup>

Como mostra a Tabela 50, o Ceará que, em 1970, detinha isoladamente a maior concentração de renda medida por esse índice entre os estados nordestinos, conquistou até 1985 uma redução importante, embora ainda apresentasse a segunda maior concentração da região que detém os *índices de gini* mais altos do Brasil.<sup>85</sup>

Em 1986, o Ceará conquistou mais uma ligeira redução na concentração de renda medida pelo *gini*, **reduzido para 0,59**, segundo um levantamento realizado pelo IPEA para o Ceará a partir de dados da PNAD. Ao menos, em 1997, o Ceará ainda manteve a maior parte da redução conquistada e se aproximou mais da média regional, dividindo a pior posição com outros três estados nordestinos.

**TABELA 50 - Concentração de Renda (Gini), IDH e Taxa de Analfabetismo - BR, NE e UFs**

	Índice de Gini			Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)			
	1970	1985	1997	1970	1980	1988	1996	1970	1980	1986	1999
Maranhão	0,53	0,50	0,59	0,292	0,408	-	0,547	60,3	49,8	43,8	28,8
Piauí	0,61	0,62	0,61	0,288	0,416	-	0,534	61,3	49,1	48,4	31,6
<b>Ceará</b>	<b>0,65</b>	<b>0,60</b>	<b>0,61</b>	<b>0,275</b>	<b>0,477</b>	<b>0,511</b>	<b>0,590</b>	<b>55,0</b>	<b>44,8</b>	<b>38,3</b>	<b>27,8</b>
Rio G. do Norte	0,60	0,58	0,57	0,266	0,501	-	0,668	54,5	43,8	38,0	25,5
Paraíba	0,60	0,58	0,61	0,259	0,442	-	0,557	55,8	49,1	39,7	25,9
Pernambuco	0,62	0,56	0,58	0,315	0,509	-	0,615	50,8	42,5	35,3	24,7
Alagoas	0,59	-	0,61	0,263	0,437	-	0,538	62,2	53,7	49,4	32,8
Sergipe	0,60	0,53	0,60	0,320	0,493	-	0,731	54,2	45,6	43,7	23,9
Bahia	0,61	0,58	0,60	0,338	0,533	-	0,655	52,1	42,9	34,1	24,7
<b>NORDESTE</b>	<b>0,62</b>	<b>0,58</b>	<b>0,60</b>	<b>0,299</b>	<b>0,483</b>	<b>0,577</b>	<b>0,608</b>	<b>54,8</b>	<b>45,5</b>	<b>38,7</b>	<b>26,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>0,62</b>	<b>0,57</b>	<b>0,58</b>	<b>0,494</b>	<b>0,734</b>	<b>0,794</b>	<b>0,830</b>	<b>34,1</b>	<b>25,5</b>	<b>20,0</b>	<b>13,3</b>

Fontes: IBGE, SUDENE e IPEA/PNUD.

<sup>84</sup> O *índice de gini* mede a concentração de renda considerando toda população e varia de 0 a 1.

<sup>85</sup> Sendo ainda que o Brasil apresentava e apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Já no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Ceará,<sup>86</sup> não ocorreu um retrocesso, embora o ritmo dos avanços sociais medidos pelo IDH tenha se reduzido após 1988, acompanhando a tendência observada na Região, onde essa redução de ritmo foi até mais acentuada, como mostra a Tabela 50. Um dos fatores que influenciou para este resultado foi a queda desse índice não exposta na tabela, entre 1988 e 1991, quando atingiu 0,506 no Ceará e 0,546 no Nordeste, refletindo a forte crise econômica então presente, embora esta não tenha se refletido da mesma forma no IDH do Brasil, que não apresentou queda embora tenha se mantido estagnado nesse triênio, registrando a marca 0,797 em 1991.

Tratando-se do IDH, a Tabela 50 mostra que o Ceará apresentou uma melhora sensível entre 1970 e 1988. Esse índice, que em 1970, era extremamente baixo (0,275), pouco acima apenas de três estados da Região, ao atingir a marca de 0,511 em 1988, ultrapassou ligeiramente o limite superior da faixa considerada de baixo IDH (0 a 0,500).

O movimento de melhora do IDH foi observado em nível nacional e regional, mas, entre 1970 e 1980, o Ceará apresentou um ritmo de avanço ligeiramente superior aos observados na maioria dos estados nordestinos, subindo uma posição na região ao superar quatro estados e reduzir sua diferença em relação à média da Região em 1980.

Entre 1980 e 1996, o Ceará manteve os ganhos anteriores e, mesmo em ritmo mais lento, acompanhando a tendência regional e nacional, avançou mais e atingiu a marca de 0,590, consolidando-se no primeiro terço da faixa considerada como intermediária ou de médio desenvolvimento humano (0,500 a 0,800). Entretanto, nesses 16 anos, o Ceará não ganhou mais nenhuma posição entre os estados nordestinos, mantendo-se abaixo da média da Região (0,608), aumentando ligeiramente sua diferença negativa em relação à mesma. Ao menos, recuperou grande parte da diferença negativa que havia voltado a crescer entre 1980 e 1988.

Por outro lado, o IDH cearense continuou muito inferior à média brasileira, ainda que tenha reduzido sua diferença negativa depois de 1970. O IDH no Ceará que representava 55,7% da média nacional em 1970, alcançou 64,9% dessa média em 1980, mantendo esta proporção até 1988, para depois de 1991, voltar a crescer em relação ao País, atingindo 71,1% do IDH do Brasil em 1996.

Um fator que vem contribuindo efetivamente para a melhora do IDH no Ceará é o avanço no nível educacional. A taxa de analfabetismo (população com 15 anos ou mais), que compõe a

---

<sup>86</sup> O IDH, além da renda *per capita* ponderada com o poder de compra, considera a longevidade e o nível

variável que mede o nível educacional utilizado para calcular o IDH, vem apresentando queda acentuada desde 1970, conforme é possível constatar na Tabela 51.

Entretanto, entre 1986 e 1999, o Ceará perdeu posição relativa dentro da região Nordeste, revertendo o movimento observado entre 1970 e 1986. O Ceará que havia melhorado sua posição na Região, ao cair da quinta para quarta maior *taxa de analfabetismo* entre os estados nordestinos em 1980 e 1986, em relação a 1970, entre 1986 e 1999, perdeu duas posições, apresentando, em 1999, a sexta maior taxa da Região. O mesmo ocorreu em relação à média regional, pois voltou a apresentar *taxa de analfabetismo* maior que a da Região Nordeste.

Em relação à média brasileira, o Ceará vem reduzindo sua diferença negativa, contudo, sua *taxa de analfabetismo* ainda é bem superior à do Brasil. Fator desfavorável à qualificação da mão de obra e, conseqüentemente, redutor de seu potencial de atração de investimentos.

Um fator positivo da evolução da *taxa de analfabetismo* no Estado do Ceará após 1986, está no fato de que, passado 14 anos do intervalo 1986-2000, houve uma ligeira redução do número absoluto de analfabetos e o crescimento do número absoluto de alfabetizados foi sensivelmente superior ao observado nos 16 anos do intervalo anterior, como pode ser deduzido da Tabela 51.

**TAB. 51 - Alfabetização da População com 15 anos ou mais por situação do domicílio - CEARÁ**

	1970		1986		2000	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
<b>Total da População c/ 15 anos ou +</b>	<b>2.377.249</b>	<b>100,0</b>	<b>3.558.616</b>	<b>100,0</b>	<b>4.938.392</b>	<b>100,0</b>
Alfabetizada	1.068.781	45,0	2.197.097	61,7	3.627.614	73,5
Analfabetizada	1.297.711	54,6	1.361.519	38,3	1.310.778	26,5
<b>População Urbana c/ 15 anos ou +</b>	<b>1.024.497</b>	<b>100,0</b>	<b>2.089.778</b>	<b>100,0</b>	<b>3.617.801</b>	<b>100,0</b>
Alfabetizada	660.355	64,5	1.523.913	72,9	2.884.896	79,7
Analfabetizada	359.996	35,1	565.865	27,1	732.905	20,3
<b>População Rural c/ 15 anos ou +</b>	<b>1.352.752</b>	<b>100,0</b>	<b>1.468.838</b>	<b>100,0</b>	<b>1.320.591</b>	<b>100,0</b>
Alfabetizada	407.426	30,1	673.184	45,8	742.718	56,2
Analfabetizada	937.715	69,3	795.654	54,2	577.873	43,8

Fonte: IBGE

Obs: No ano de 1970, cerca de 0,4% da população com 15 anos ou mais foi registrada pelo IBGE como sem declaração, por isso as somas das percentagens não atinge 100%.

Embora, tenha ocorrido um crescimento absoluto da população de *15 anos ou mais* analfabeta, influenciado pela pressão exercida sobre a taxa pela população imigrante do meio

educacional, variando de 0 a 1.

rural (resultante do processo de urbanização), aonde o analfabetismo ainda é bastante elevado, esse fenômeno não impediu a queda relativa da população urbana de *15 anos ou mais* analfabeta.

Afora a situação rural, é possível considerar a evolução local da alfabetização da população de *15 anos ou mais* no Ceará no intervalo 1986-2000, tão ou mais positiva que no intervalo anterior, uma vez que se partiu de uma base maior e além de avançar foi preciso manter os ganhos já conquistados.

Mas no contexto regional o desempenho do Ceará não se destacou. Sua taxa de analfabetismo, ligeiramente mais baixa que a do Nordeste em 1986, foi até mesmo ligeiramente mais alta em 2000, como pode ser verificado na Tabela 52.

**TAB. 52 - Analfabetismo da População com 15 anos ou mais por situação do domicílio - CE, NE e BR**  
Taxa de Analfabetismo (%)

População Analfabeta c/ 15 anos ou +	1970			1986			2000		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
<b>Total</b>	54,6	54,8	34,11	38,3	38,7	20,0	26,5	26,2	13,6
<b>Urbana</b>	35,1	-	20,0	27,1	26,3	13,8	20,3	19,5	10,2
<b>Rural</b>	69,3	-	53,3	54,2	55,5	38,9	43,8	42,7	29,8

Fonte: IBGE

Por outro lado, no contexto nacional, mesmo que ainda bem mais elevada, a taxa cearense acompanhando a tendência da Região, teve sua diferença desfavorável em relação à taxa do Brasil sensivelmente reduzida especialmente entre 1986 e 2000. Essa diferença caiu de -20,5 pontos percentuais (p.p.) em 1970, para -18,3 p.p. em 1986 e atingiu -12,9 p.p. em 2000, como pode ser deduzido da Tabela 52. Mesmo porque quanto mais baixa a *taxa de analfabetismo*, como a do Brasil frente à do Ceará, mais difícil sua redução.

Se não fosse por isso, e pelo fato do Ceará ter apresentado praticamente o mesmo desempenho da região, o avanço relativo observado no intervalo 1986-2000, poderia ser considerado mais positivo que o do intervalo anterior.

Uma avaliação da evolução da alfabetização entre a população cearense de *5 anos ou mais*, já com idade mínima para se alfabetizar, indica que seu comportamento, entre 1970 e 2000, foi semelhante à evolução ocorrida entre a população de *15 anos ou mais*, como pode ser constatado através da comparação das Tabelas 51 e 53.

**TAB. 53 - Alfabetização da População com 5 anos ou mais por situação do domicílio - CEARÁ**

	1970		1986		2000	
	n° absoluto	%	n° absoluto	%	n° absoluto	%
<b>Total da População c/ 5 anos ou +</b>	3.617.233	100,0	5.161.464	100,0	6.627.453	100,0
Alfabetizada	1.369.494	37,9	2.864.910	55,5	4.683.706	70,7
Analfabetizada	2.218.383	61,3	2.296.554	44,5	1.943.747	29,3
<b>População urbana c/ 5 anos ou +</b>	1.506.329	100,0	2.920.816	100,0	4.764.621	100,0
Alfabetizada	859.587	57,1	1.968.205	67,4	3.659.645	76,8
Analfabetizada	636.832	42,3	952.611	32,6	1.104.976	23,2
<b>População Rural c/ 5 anos ou +</b>	2.110.904	100,0	2.240.648	100,0	1.862.832	100,0
Alfabetizada	509.907	24,2	896.705	40,0	1.024.061	55,0
Analfabetizada	1.581.551	74,9	1.343.943	60,0	838.771	45,0

Fonte: IBGE

Obs: No ano de 1970, cerca de 0,8% da população com 5 anos ou mais foi registrada pelo IBGE como sem declaração, por isso as somas das percentagens atinge 100%.

Entretanto, deve-se destacar como ponto positivo, a significativa redução da diferença entre as parcelas de ambos extratos da população cearense alfabetizadas (*5 anos ou mais* e *15 anos ou mais*), especialmente, no intervalo 1986-2000. O que denota um avanço mais que proporcional da alfabetização na população entre 5 e 15 anos, conseqüentemente, projetando taxas de analfabetismo (*15 anos ou mais*) futuras mais baixas se mantido o nível de alfabetização observado em 2000 da população com menos de 15 anos.

No contexto regional, na evolução da alfabetização entre a população cearense de *5 anos ou mais*, o leve retrocesso relativo foi um pouco mais acentuado do que o observado na evolução *taxa da alfabetização* (população de *15 anos ou mais*). Entre 1970 e 1986, além de reduzir a diferença desfavorável em relação ao Nordeste, o Ceará apresentou, em 1986, uma parcela da população de *5 anos ou mais* analfabeta inferior à da Região, mas, em 2000, voltou a registrar uma parcela maior, como mostra a Tabela 54.

**TAB. 54 - Analfabetismo da População com 5 anos ou mais por situação do domicílio - CE, NE e BR**

População Analfabeta c/ 5 anos ou +	Percentual de Analfabetismo (%)								
	1970			1986			2000		
	CE	NE	BR	CE	NE	BR	CE	NE	BR
<b>Total</b>	61,3	59,88	38,72	44,5	45,3	25,60	29,3	28,9	16,7
<b>Urbana</b>	42,3	-	24,63	32,6	32,5	18,77	23,2	22,2	13,2
<b>Rural</b>	74,9	-	57,46	60,0	61,4	44,49	45,0	44,4	32,6

Fonte: IBGE

Já no contexto nacional, a evolução do analfabetismo entre a população cearense de 5 anos ou mais foi semelhante à ocorrida com a taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais), exceto por ter havido uma redução da diferença desfavorável em relação ao Brasil entre 1970 e 1986, maior do que a ocorrida com a taxa de analfabetismo, o que deve ser relativizado por ter partido de base mais baixa, como já foi alertado. Mesmo assim houve uma redução sensível da diferença desfavorável entre 1986 e 2000.

A Tabela 55 mostra outros dois indicadores sociais considerados para o cálculo do IDH, desta vez relacionados com as condições de saúde da população: a *taxa de mortalidade infantil* e a *esperança de vida ao nascer*.

Ambos os indicadores apresentaram avanços importantes no Ceará desde 1960, acompanhando a tendência da Região em reduzir a diferença desfavorável à média brasileira, só que em ritmo claramente mais acentuado.

A maior queda da *taxa de mortalidade infantil* cearense foi conquistada entre 1980 e 1986. Embora o avanço conquistado entre 1986 e 1999 deva ser considerado importante pois se partiu de uma base bem menor, o Ceará perdeu a vantagem em relação à média regional. O Ceará, que desde 1970 havia reduzido gradativamente sua diferença desfavorável em relação à média da Região até conquistar uma taxa inferior em 1986, voltou a se igualar à taxa regional em 1999, como mostra a Tabela 55, embora tenha melhorado uma posição em relação aos demais estados do Nordeste frente a 1986.

E ainda, a *taxa de mortalidade infantil* do Ceará continua muito superior à taxa nacional, tendo, em 1999, superado em 1,65 vezes a média para o Brasil. Com 52,4 mortes por mil em 2000, o Ceará está muito longe do limite de 38 mortes por mil, abaixo do qual contribui para o IDH entrar na faixa considerada pela PNUD como de melhor nível de desenvolvimento e ligeiramente acima do limite de 52 mortes por mil que diferencia o nível intermediário do nível baixo.

**TABELA 55 - Taxa de Mortalidade Infantil e Esperança de Vida ao Nascer - BR, NE e UFs**

	Taxa de Mortalidade Infantil					Esperança de Vida ao Nascer				
	(p/ 1000 nascidos vivos)					(em anos)				
	1960	1970	1980	1986	1999	1960	1970	1980	1988	2000
Maranhão	133,2	131,6	106,3	-	54,2	48,7	49,1	55,3	60,7	64,8
Piauí	136,9	130,2	96,4	-	45,3	47,8	49,4	57,9	62,6	65,7
<b>Ceará</b>	<b>175,4</b>	<b>156,5</b>	<b>140,2</b>	<b>77,0</b>	<b>52,4</b>	<b>38,9</b>	<b>43,1</b>	<b>47,0</b>	<b>54,0</b>	<b>66,4</b>
Rio G. do Norte	198,2	176,6	146,9	-	48,7	34,1	38,6	45,4	52,0	66,4
Paraíba	192,9	175,3	151,3	-	60,3	35,2	38,9	44,4	51,9	64,6
Pernambuco	184,9	165,4	136,9	-	58,2	36,8	41,1	47,8	54,7	63,7
Alagoas	182,3	167,9	140,5	-	66,1	37,4	40,6	46,9	53,9	63,2
Sergipe	165,0	148,0	106,5	-	45,5	41,2	45,1	55,3	60,6	67,2
Bahia	149,9	132,8	96,0	-	45,4	44,7	48,8	58,0	62,7	67,7
<b>NORDESTE</b>	<b>154,9</b>	<b>151,2</b>	<b>121,4</b>	<b>88,3</b>	<b>52,4</b>	<b>43,5</b>	<b>44,4</b>	<b>51,6</b>	<b>58,8</b>	<b>65,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>118,1</b>	<b>116,9</b>	<b>87,9</b>	<b>58,1</b>	<b>31,8</b>	<b>52,4</b>	<b>52,7</b>	<b>62,0</b>	<b>64,9</b>	<b>68,5</b>

Fontes: IBGE, SUDENE e IPEA/PNUD.

Já em relação à *esperança de vida ao nascer*, o maior avanço foi conquistado mais recentemente, entre 1988 e 2000. Em 2000, a *esperança de vida ao nascer* ultrapassou a média da Região, tornando-se a 3ª maior do Nordeste, empatada com a do Rio Grande do Norte, subindo três posições em relação a 1988, quando estava uma posição abaixo da detida em 1970 e 1960. Esse ganho recente foi ainda mais significativo por ter sido obtido em um cenário regional onde todos os estados nordestinos conquistaram avanços importantes.

Ao contrário da *taxa de mortalidade infantil*, acompanhando a tendência regional, a *esperança de vida ao nascer* no Ceará aproximou-se bastante da registrada no País, alcançando 96,9% da média brasileira em 2000.

O crescimento da oferta de recursos materiais e humanos no Nordeste foi um fator importante para a melhora dos indicadores sociais relacionados à saúde. Entre esses o aumento da oferta de leitos, de médicos e dentistas, contribuiu para os avanços conquistados.

No que se refere à oferta de leitos, o Nordeste apresentou avanço até mesmo superior à média nacional, reduzindo bastante, entre 1973 e 1999, a diferença negativa entre sua relação leitos por mil habitantes e a registrada para o Brasil, como mostra a Tabela 56.

**TABELA 56 - Oferta de Equipamentos de Saúde: Leitos - BR, NE e UFs - 1973, 1986 e 1999**

	Número de Leitos					
	absoluto			por mil habitantes		
	1973	1986	1999	1973	1986	1999
Maranhão	3.295	9.333	18.638	1,03	1,96	3,44
Piauí	2.608	4.570	7.510	1,39	1,85	2,75
<b>Ceará</b>	<b>10.216</b>	<b>17.762</b>	<b>18.272</b>	<b>2,11</b>	<b>2,96</b>	<b>2,57</b>
Rio G. do Norte	3.160	6.182	6.969	1,81	2,87	2,63
Paraíba	6.289	10.185	11.804	2,45	3,33	3,50
Pernambuco	15.352	20.572	22.473	2,75	3,00	2,96
Alagoas	3.975	6.790	7.181	2,33	3,00	2,65
Sergipe	1.992	3.447	3.932	2,08	2,61	2,30
Bahia	13.556	19.683	29.831	1,68	1,81	2,30
<b>NORDESTE</b>	<b>60.443</b>	<b>98.524</b>	<b>126.610</b>	<b>1,98</b>	<b>2,48</b>	<b>2,74</b>
<b>BRASIL</b>	<b>387.066</b>	<b>489.626</b>	<b>484.945</b>	<b>3,82</b>	<b>3,54</b>	<b>2,96</b>

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil/IBGE e Ministério da Saúde.

Entretanto, como é possível constatar na Tabela 56, o crescimento de leitos no caso cearense obtido nos 13 anos do intervalo 1986-1999, além de ter reduzido bastante o ritmo apresentado no intervalo 1973-86, que abrange o mesmo número de anos, não foi suficiente nem mesmo para manter a proporção *leitos por mil habitantes* de 1986. O Ceará que nesse ano, com 2,94 *leitos por mil habitantes* quase havia alcançado a marca considerada aceitável de 3 por mil, passados 13 anos, apresentava uma redução para 2,57 leitos/mil habitantes em 1999. Como consequência, essa proporção que mantinha-se acima da média regional, apresentou-se inferior à mesma em 1999, passando o número de leitos por habitantes de quarto maior da Região em 1986, para sétimo maior em 1999. Ocorreu, assim, no Ceará, um retrocesso no intervalo 1986-99 em relação ao intervalo anterior, acompanhando a tendência nacional e divergindo da tendência regional.

Já a evolução do número de médicos e, especialmente, de dentistas no Ceará, teve seu melhor desempenho entre 1986 e 1999, como é possível deduzir da Tabela 57. Embora, em termos regionais, no que diz respeito aos médicos, foi entre 1973 e 1986 que a proporção médicos por habitantes no Ceará apresentou desempenho acima da média regional, tendo superado a mesma. Já no intervalo mais recente, mesmo tendo sido o aumento dessa proporção mais significativo, o Ceará voltou a apresentar um número de médicos por habitante menor do que a média regional e ainda menor do que já era em relação à média nacional.

O Ceará que, em 1973, detinha o terceiro maior número de médicos por mil habitantes do Nordeste e atingira, em 1986, junto com Alagoas, a maior proporção médicos/habitantes, apresentou, em 1999, a sexta maior proporção da Região.

**TABELA 57 - Oferta de Profissionais de Saúde - BR, NE e UFs - 1973, 1986 e 1999**

	Número de Médicos						Número de Dentistas					
	absoluto			por mil habitantes			absoluto			por mil habitantes		
	1973	1986	1999	1973	1986	1999	1973	1986	1999	1973	1986	1999
MA	522	722	2.081	0,16	0,15	0,38	58	93	1.068	0,02	0,02	0,20
PI	250	345	1.689	0,13	0,14	0,62	29	88	1.094	0,02	0,04	0,40
CE	<b>1353</b>	<b>2651</b>	<b>5.465</b>	<b>0,28</b>	<b>0,44</b>	<b>0,77</b>	<b>49</b>	<b>327</b>	<b>2.738</b>	<b>0,01</b>	<b>0,05</b>	<b>0,39</b>
RN	457	597	2.543	0,26	0,28	0,96	33	119	1.493	0,02	0,06	0,56
PB	847	1198	3.306	0,33	0,39	0,98	55	172	2.116	0,02	0,06	0,63
PE	2760	2847	8.816	0,49	0,42	1,16	153	638	4.075	0,03	0,09	0,54
AL	456	1001	2.767	0,27	0,44	1,02	28	76	1.369	0,02	0,03	0,50
SE	257	422	1.572	0,27	0,32	0,92	8	99	811	0,01	0,08	0,47
BA	2160	4640	9.870	0,27	0,43	0,76	84	613	4.340	0,01	0,06	0,33
NE	<b>9062</b>	<b>14423</b>	<b>38.109</b>	<b>0,30</b>	<b>0,36</b>	<b>0,82</b>	<b>497</b>	<b>2225</b>	<b>19.104</b>	<b>0,02</b>	<b>0,06</b>	<b>0,41</b>
BR	<b>55645</b>	<b>92026</b>	<b>236.668</b>	<b>0,55</b>	<b>0,66</b>	<b>1,44</b>	<b>2251</b>	<b>10944</b>	<b>145.441</b>	<b>0,02</b>	<b>0,08</b>	<b>0,89</b>

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil/IBGE (1975, 1989) e Ministério da Saúde.

Quanto ao número de dentistas, o Ceará manteve sua proporção dentistas/habitantes, praticamente na mesma posição em termos regionais. Entretanto, entre 1986 e 1999, ocorreu um crescimento muito mais significativo do que o obtido no intervalo anterior, como mostra a Tabela 57. Mas, no âmbito nacional, esse crescimento não impediu o aumento da diferença negativa em relação à média nacional.

### 3.3 Reflexos da Concentração Espacial da Economia Sobre as Condições Sociais

Como foi abordado até aqui, após o impulso econômico observado desde a implementação da política de incentivos federais para o Nordeste na década de 1960, ocorreu uma melhora significativa na maioria dos indicadores sociais básicos do Ceará, mas não o bastante para alcançar patamares aceitáveis e, quase sempre, bem aquém das médias nacionais. Portanto, tal melhora, ainda foi insuficiente para reverter o quadro de intensa pobreza, em geral, presente em seu território.

Como agravante, os indicadores sociais agregados para o Estado do Ceará não expõem a condição social, ainda pior, da população residente em grande parte dos municípios do interior. Os indicadores de grande parte dos municípios acabam por puxar a média estadual para baixo e enquanto persistir a grande disparidade socioeconômica entre a metrópole e o interior, será cada vez mais difícil elevar significativamente os indicadores sociais. Os avanços significativos obtidos até aqui foram possíveis, entre outras coisas, por ter-se partido da bases bastante deprimidas, possibilitando que ações menos complexas pudessem obter resultados relevantes.

Tudo indica que o maior e mais grave problema social está relacionado à concentração espacial da economia cearense, fortemente influenciada pela gradativa inflexão da agricultura estadual, bastante relacionada à derrocada do Complexo Algodão/Pecuária/Culturas de Subsistência. Com a decadência da *cotonicultura* muitos núcleos urbanos perderam funcionalidade econômica, pressionando ainda mais a emigração, historicamente, já provocada pela pobreza e por sucessivas secas.

Os movimentos de emigração, anteriormente mais voltados para o centro-sul do país, com a crise da década de 1980, quando esta *macrorregião* sofreu ainda mais que o Nordeste, passaram a ter como destino principal os poucos centros mais desenvolvidos do estado, especialmente os da Região Metropolitana de Fortaleza. (FERREIRA, 1984)

Tal movimento acabou reproduzindo nesses centros as condições de pobreza e miséria vigentes no meio rural, em proporções muito maiores do que as existentes até então. Em 1985, já havia 234 favelas na capital Fortaleza; seis anos depois, em 1991, esse número subiu para 313 favelas, onde moravam 540.720 pessoas ou 30,75% da população dessa cidade, segundo dados oficiais. (IPLANCE, 1992)<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> O Anuário Estatístico (1997) publicado pelo IPLANCE depois de 1992 não trouxe informações sobre favelas.

O atraso dos municípios do interior não é uma particularidade do Ceará, podendo ser observado em todo o Nordeste, embora esse seja mais latente nos municípios inseridos no Semi-árido (ALBUQUERQUE, 2000), que é o caso da enorme maioria dos municípios cearenses, dado que 92,2% do território cearense faz parte do Semi-árido.

Tal atraso pode ser constatado, no início da década de 1990, pela pesquisa realizada por Paulo Gusmão que avalia o grau de desenvolvimento dos municípios cearenses incluídos no Semi-árido, ou seja, exclui apenas os da RMF. Este autor levou em consideração a urbanização, a indigência e a dependência de recursos federais, utilizando dados de 1991 e 1993. Gusmão constatou que cerca de 50,3% dos municípios do Estado do Ceará apresentavam médio grau de urbanização, alto grau de indigência e de dependência; e outros 27,4% dos municípios apresentavam baixo grau de urbanização, e também com alto grau de indigência e dependência de recursos fiscais<sup>88</sup>. Em 1991, dos 178 municípios existentes 160 possuíam menos de 20 mil habitantes e apenas dois possuíam mais de 100 mil<sup>89</sup>.

As últimas quatro tabelas, baseadas em dados das publicações *Ranking dos Municípios 1996* e *Anuário estatístico 1997* do IPLANCE e *Atlas de Desenvolvimento* do IPEA/PNUD (1997), sintetizam as grandes disparidades vigentes entre os municípios cearenses.

Em 1996, o número de municípios mais populosos até que havia subido de forma relevante, como mostra a Tabela 58. Mesmo assim, a grande maioria de municípios cearenses ainda possuem pequeno contingente populacional, o que os torna pouco atrativos a novos investimentos que gerem emprego, renda e contribuam efetivamente para a melhoria das condições de vida de seus habitantes. Uma prova disso está no fato de que, entre 1991 e 1996, quase 30% dos municípios apresentaram taxas de crescimento negativas, basicamente, por não oferecerem oportunidades de sobrevivência.

---

<sup>88</sup> Sendo o **grau de urbanização** baseado na proporção população urbana/pop. total, considerado médio de 33 a 65%. O **grau de indigência** baseado na relação n. de famílias em situação de indigência/total de fam. (utilizando dados do trabalho Mapa da Fome publicado pelo IPEA em 1993), é considerado alto de 49 a 75%. E o **grau de dependência** mede a importância das transferências federais na composição das receitas dos municípios, através da relação quota-parte do FPM/receita total, sendo considerado alto de 60 a 99%. (GUSMÃO, p.170-180, 1996)

<sup>89</sup> Conforme dados da Tab.3, p.272 em AFFONSO & SILVA (1995, anexo estatístico).

**TABELA 58 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - DEMOGRAFIA - CEARÁ - 1996**

VARIÁVEL	Nº absoluto	%
Municípios com <i>mais de 100 mil habitantes</i>	5	2,7
Municípios com <i>mais de 50 mil habitantes</i>	20	10,9
Municípios com <i>mais de 30 mil habitantes</i>	48	26,1
Municípios com <i>menos de 20 mil habitantes</i>	102	55,4
Municípios com <i>taxa de crescimento anual</i> , entre 1991 e 1996, <i>inferior à média estadual</i> (1,34% a.a.)	117	63,6
Municípios c/ <i>taxa de crescimento anual negativa</i> (1991-96).	54	29,3

Fontes: IPLANCE (1997)

Obs: Em 1996, o Ceará possuía 184 municípios

O fato de haver apenas cinco municípios cearenses que poderiam ser enquadrados entre as *idades médias*, restringe o número de centros econômicos que poderiam exercer influência positiva sobre o desenvolvimento dos demais municípios.

O nível anual extremamente baixo de renda e arrecadação de ICMS, presente na grande maioria dos municípios do Ceará em 1995, aponta claramente sua fragilidade econômica (Tabela 58). Nada indica que esta situação tenha melhorado o suficiente para alterar minimamente o quadro de atraso econômico.

Em 1995, 57,2% da renda interna estadual estava concentrada em Fortaleza. O segundo município com maior parcela da renda era Maracanaú (localizado na RMF), sede do principal distrito industrial do Ceará, que detinha 12,1% da renda interna estadual. Apenas três municípios do interior detinham mais que 1% da renda estadual: Sobral, com 3,98%, a 3ª maior parcela estadual; Juazeiro do Norte, com 2,66, a 4ª maior e; Crato, com 1,37%, a 8ª maior. Depois apareciam somente mais três municípios com parcelas superiores a 1% da renda estadual (Caucaia, Eusébio e Horizonte), todos pertencentes à atual RMF<sup>90</sup>. O restante da renda estava bastante diluído entre os demais municípios cearenses, denotando a existência de inúmeros municípios sem qualquer peso na economia estadual, como é possível constatar na Tabela 59.

<sup>90</sup> Em 1985, os municípios da RMF, concentravam 72,4% da renda interna estadual e 32,8% da população cearense. Já em 1995, os nove municípios da RMF, concentravam 75,1% da renda interna e 38,3% da população, enquanto os outros 175 municípios do interior, detinham 24,9% da renda interna e 62,7% da população cearense. Entre 1985 e 1995, conforme SAMPAIO (1999), dos 184 municípios cearenses, 46,7% (86 municípios) apresentaram queda em sua renda interna.

**TAB. 59 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - DIMENSÃO ECONÔMICA - CEARÁ - 1995**

	Nº absoluto	%
<b><u>Renda Interna Anual (RIA) em 1995 a valores correntes (1)</u></b>		
Municípios com renda inferior à média estadual (2)	169	91,8
Municípios com parcela inferior a 0,5% do total da renda estadual	168	91,3
Municípios com parcela inferior a 0,1% da renda estadual	134	72,8
Municípios com renda inferior à média estadual excluída Fortaleza (3)	155	84,7
Municípios c/ parcela inferior a 0,5% da renda estadual, excluída Fortaleza	153	83,6
Municípios c/ parcela inferior a 0,2% da renda estadual, excluída Fortaleza	130	71,0
Municípios c/ parcela inferior a 0,1% da renda estadual, excluída Fortaleza	93	50,8
<b>Renda Interna Anual per capita (RIAPc) em 1995</b>		
Municípios com RIAPc inferior à média estadual (4)	173	94,0
Municípios com RIAPc inferior à R\$ 1.000	158	85,9
Municípios com RIAPc inferior à R\$ 500	132	71,7
Municípios com RIAPc inferior à R\$ 250	95	51,6
<b><u>Finanças Públicas em 1995 (valores correntes)</u></b>		
Municípios com arrecadação per capita anual de ICMS inferior à média estadual de R\$ 141,62	178	96,7
Municípios c/ arrecadação per capita anual de ICMS inferior à R\$ 50,00	171	92,9
Municípios c/ arrecadação per capita anual de ICMS inferior à R\$ 20,00	149	81,0
Municípios c/ arrecadação per capita anual de ICMS inferior à R\$ 10,00	125	67,9
Municípios com saldo negativo entre receitas e despesas orçamentárias	148	80,4
<b><u>Veículos Automotores Existentes em 1995</u></b>		
Municípios com nº de veículos abaixo da média estadual de 6,59 por 100 habitantes	175	95,1
Municípios com menos de 3 veículos para cada 100 habitantes	135	73,4
Municípios com menos de 2 veículos para cada 100 habitantes	103	56,0
Municípios com menos de 1 veículo para cada 100 habitantes	33	17,9

Fontes: IPLANCE (1997B)

Obs: Em 1995, o Ceará possuía 184 municípios.

(1) Renda Interna Anual (RIA): valor do produto dos agentes econômicos de cada município adicionado à economia anualmente (valor bruto da produção menos os custos intermediários do processo produtivo). (2) RIA média estadual: R\$ 69,5 milhões. (3) RIA média estadual, excluída fortaleza: R\$ 29,9 milhões. (4) RIA per capita média estadual: R\$ 1.903,97. (valores de 1995).

A baixíssima proporção de veículos automotores por habitante, que seria um indicador consistente da existência de uma classe média com certo poder de consumo, aponta a quase ausência de mercados com razoável poder de consumo que justifique novos investimentos privados voltados para o mercado local. Justificariam-se apenas eventuais investimentos que visassem, a partir de possíveis vantagens comparativas, produzir para outros mercados.

O atraso econômico presente na maioria dos municípios cearenses acaba por refletir negativamente sobre suas finanças, reduzindo efetivamente a capacidade endógena dos governos municipais criarem melhores condições para expansão de suas economias, totalmente

dependentes de estímulos estaduais e federais. A constatação de que 80,4% dos municípios gastavam mais do que o total de suas receitas em 1996, sugere até mesmo uma incapacidade de manter seus aparatos públicos em funcionamento.

Assim, o atraso também acaba se refletindo sobre a oferta de equipamentos e serviços à população, principalmente os privados, desmotivados pela rentabilidade insuficiente, e sobre os indicadores sociais, como pode ser constatado nas Tabelas 60 e 61.

**TAB. 60 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - SERVIÇOS PÚBLICOS - CEARÁ - 1996**

<b>Disponibilidade de Serviços de Caráter Público em 1996</b>	<b>Nº absoluto</b>	<b>%</b>
Municípios <i>com taxa de fornecimento</i> de água tratada à população <i>inferior a média estadual</i> de 47,52%	165	89,7
Municípios <i>com taxa de fornecimento</i> de água tratada à população <i>inferior 30,0%</i>	121	65,8
Municípios <i>sem fornecimento</i> de água tratada à população	36	19,6
Municípios com nº de terminais telefônicos em serviço <i>abaixo da média estadual</i> de 5,37 por 100 hab.	182	98,9
Municípios <i>com menos de 2</i> terminais telefônicos em serviço para cada 100 habitantes	141	76,6
Municípios <i>com menos de 1</i> terminal telefônico em serviço para cada 100 habitantes	56	30,4
Municípios <i>sem nenhum</i> terminal telefônico em serviço	32	17,4
Municípios <i>sem nenhum</i> estabelecimento bancário	83	45,1

Fontes: IPLANCE (1997A e B)

Obs: Em 1996, o Ceará possuía 184 municípios.

A oferta de serviços de abastecimento de água, telefonia e saúde, e indicadores de saúde e educação, são alguns dos exemplos claros dos reflexos negativos do atraso econômico e das grandes disparidades existente entre os municípios cearense.

**TAB. 61 - DISPARIDADES INTRA-ESTADUAIS - SAÚDE E EDUCAÇÃO - CEARÁ - 1991/1995**

	Nº absoluto	%
<b>Saúde</b>		
Municípios com nº de leitos por mil habitantes inferior à média estadual de 0,25 em 1995	133	72,3
Municípios sem nenhum leito em 1995	26	14,1
Municípios com taxa de mortalidade infantil superior à média estadual de 80,44 em 1991	125	70,2
Municípios com taxa de mortalidade infantil superior à média regional de 82,45 em 1991	117	65,7
Municípios com taxa de mortalidade infantil superior à média nacional de 49,49 em 1991	176	98,9
<b>Educação - 1995</b>		
Municípios com taxa de analfabetismo superior à média estadual de 26,48%	108	58,7
Municípios com taxa de analfabetismo superior a 30%	73	39,7

Fontes: IPLANCE (1997B) e IPEA/PNUD (1998)

Obs: Em 1995 e 1996, o Ceará possuía 184 municípios e, em 1991 o Ceará possuía 178 municípios

O quadro descrito até aqui, indica, portanto, que o atraso socioeconômico do interior cearense está estruturalmente instalado em praticamente todos os municípios que o compõem, consistindo em um forte obstáculo a novos e relevantes avanços dos indicadores sociais básicos, suficientes para se alcançar patamares aceitáveis e reverter a situação de extensa pobreza existente no Ceará.

## Considerações Finais

A hipótese inicialmente adotada neste trabalho pressupunha, primeiramente, que o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará, anterior a 1987, alcançado desde a implantação do sistema de incentivos para o Nordeste na década de 1960, teve um papel de grande importância para obtenção de conquistas posteriores, não devidamente destacado nas análises recentes, especialmente pelos meios de comunicação. Baseada justamente em estudos e, principalmente, notícias veiculadas sobre diversas conquistas obtidas na década de 1990, completando a hipótese inicial, pressupôs-se ter havido maior desenvolvimento socioeconômico após 1986, ainda que favorecido por melhores condições propiciadas pelos avanços anteriores.

Por um lado, os resultados desse estudo confirmaram a grande importância do desenvolvimento do Estado do Ceará, anterior a 1987, para a obtenção dos resultados recentes. As conquistas no campo socioeconômico até 1987, certamente exerceram papel decisivo para a viabilização dos avanços alcançados desde então. Entre essas conquistas, a forte expansão da infra-estrutura econômica se destacou, tendo criado condições bem mais favoráveis ao desempenho socioeconômico do que as vigentes na década seguinte à disponibilização dos incentivos.

Por outro lado, a pressuposição de ter ocorrido um maior desenvolvimento socioeconômico após 1986, não foi confirmada. Sendo que, em relação ao crescimento econômico, face ao cenário nacional desfavorável, o avanço obtido no período 1987-98 foi até mesmo inferior ao do período anterior de igual extensão, 1975-86. Mesmo que as piores condições macroeconômicas do País sejam uma justificativa relevante e procedente, o fato é que o crescimento da economia cearense foi menor, seja em termos percentuais ou absolutos. Uma vez que não se buscou o mérito dos agentes e sim o nível de avanço econômico, é possível afirmar que o Ceará passou a apresentar desempenho econômico inferior ao que vinha obtendo, inclusive acompanhando a tendência regional, só superada pelos estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte.

O contexto macroeconômico presente no país nas décadas de 1980 e de 1990, de fato exerceu influência bastante negativa para o desempenho econômico dos estados brasileiros. Entretanto, esse não foi o único fator relevante a contribuir efetivamente para a desaceleração do

crescimento econômico no caso cearense. Deve-se considerar que os principais obstáculos ao crescimento da economia local não foram removidos, o que também teve influência decisiva.

Algumas ações em andamento, como as direcionadas para a problemática hídrica e para a redução da concentração setorial, que trariam contribuições importantes para superação dos limites ao crescimento, ainda não se concretizaram, a exemplo do Açude Castanhão e do Complexo de Pecém. Outras ações voltadas para o enfrentamento de limites como os severamente impostos pelo atraso do interior e da agropecuária local não tiveram resultado satisfatório.

É interessante observar que o Ceará vem divergindo da tendência da economia nacional que, desde fins da década de 1980, tem apresentado fraco desempenho industrial, especialmente em sua indústria de transformação e, mesmo após a forte redução dos incentivos à agropecuária, tem nesse setor o maior dinamismo entre os três grandes setores econômicos do Brasil, obtendo expressivo crescimento do PIB agrícola.

Já no caso cearense, foi justamente na indústria de transformação onde o Ceará apresentou crescimento absoluto maior do que havia alcançado antes de 1987, enquanto na agropecuária – assim como grande parte dos estados do Nordeste, dos quais se excluíram Bahia e Alagoas – sofreu forte queda no PIB local da atividade. O setor agropecuário cearense não acompanhou o crescimento industrial, ficando às margens do processo e sofrendo forte queda em sua participação na economia estadual, o que contribuiu para a concentração espacial e afastou grande parte de sua importante colaboração para o desenvolvimento do interior.

O processo de concentração espacial não se reverteu após 1986, visto que suas causas estiveram não só relacionadas ao processo de industrialização incentivada anterior, pautado em uma estratégia concentradora, mas também à posterior desarticulação do setor agropecuário em geral, como fornecedor de matérias-primas para as atividades industriais, especialmente no que tange às culturas de sequeiro.

Esta foi uma questão central enquanto determinante do processo de concentração espacial das atividades econômicas. Uma vez que a Região Metropolitana de Fortaleza é a única não inserida no semi-árido, mesmo as atividades agropecuárias nela desenvolvidas tiveram maiores possibilidades de se atrelar ao processo industrial, ainda que reduzidas face à ineficácia das políticas agrícolas estaduais. Enquanto, a inserção da agricultura praticada no interior, onde predomina o Semi-Árido e tais políticas tiveram alcance ainda menor, foi ainda mais prejudicada.

Da mesma forma, no que se refere à concentração setorial da indústria cearense, as transformações ocorridas após a recente expansão industrial, não resultaram em relevante diversificação dos setores participantes desse crescimento, o que propiciou espaços vazios no mercado local, facilitando a entrada de mercadorias extra-estaduais. Como uma consequência desse fator estrutural, o Ceará ainda se mantém altamente deficitário em seu comércio interestadual.

Em contraponto à influência do contexto nacional para a desaceleração do crescimento econômico local, observada no período 1987-98, no campo do desenvolvimento da infra-estrutura econômica e dos indicadores sociais, deve-se levar em consideração que a melhora das contas estaduais e o crescimento da capacidade de investimento do governo cearense – em grande parte propiciada pela reforma fiscal da Constituição Federal de 1988 – foi um fator mais favorável que contrabalançou as adversidades do ambiente macroeconômico, da redução dos investimentos federais e da inflexão das políticas regionais.

Mesmo porque, no caso cearense, a União ainda destinou importantes recursos ao setor público local, não se constatando nos documentos oficiais que versam sobre as diferentes realizações do governo estadual, redução relevante da participação da União nos investimentos públicos locais. Os elevados recursos federais destinados aos programas de desenvolvimento do turismo e de saneamento e às obras do Pecém e do Castanhão, foram exemplos claros disso. O que não deixou de ser uma conquista político-econômica desse período.

A despeito do ambiente macroeconômico do País, desfavorável ao crescimento, vigente em quase todos os anos seguintes a 1986, o Estado do Ceará – exceto em relação aos indicadores sociais estreitamente relacionados ao desempenho econômico e outros poucos – manteve o ritmo de melhoria das condições sociais e de infra-estrutura econômica, apresentando crescimento semelhante ao anterior. Tendo em vista as adversidades impostas pelo cenário econômico, é preciso reconhecer tal resultado como um aspecto favorável do período recente.

Entretanto, ainda que os avanços no campo social tenham sido importantes, não foram suficientes para tirar o Ceará da condição de um dos estados em que estão presentes as piores condições sociais do Brasil. Em 1996, no último ranking publicado pela PNUD, pela ordem crescente do IDH, o Estado do Ceará se encontrava na 22<sup>a</sup> posição entre os 27 estados brasileiros, apenas ganhando uma posição em relação a 1991, ou seja, entre os seis estados com os menores índices de desenvolvimento.

E ainda, embora os avanços dos indicadores sociais agregados constituam um aspecto favorável, os mesmos não espelham as grandes disparidades presentes entre os municípios cearenses, em que a grande maioria vem apresentando indicadores muito inferiores à média estadual, fortemente influenciada por uns poucos municípios em melhores condições, notadamente os da RMF, dado seu relevante peso populacional.

Não obstante, no que se refere à infra-estrutura econômica estadual, embora tenha se mantido, face ao cenário nacional desfavorável, um ritmo de crescimento semelhante ao anterior, nota-se que a região metropolitana continuou a ser o principal alvo dos investimentos desse setor, ficando o interior em segundo plano. Era esperado que dado o desenvolvimento que a RMF apresentou até então, seu crescimento econômico viesse a demandar, com maior poder de influência, por investimentos desta natureza. Entretanto, o problema do atraso presente no interior cearense tem imposto limitações ao desenvolvimento socioeconômico que precisam ser enfrentadas com urgência e nada impediria que as ações estruturais contemplassem com mais efetividade as regiões mais desprovidas.

Deixo aqui a sugestão de pesquisas futuras voltadas para as perspectivas de desenvolvimento econômico do interior cearense, centrada em um estudo detalhado dos limites ao seu crescimento, dada a importância de se conhecer a problemática que envolve o atraso econômico presente em quase todos os municípios não pertencentes à RMF, para que se apontem possibilidades de desenvolver outros centros no interior, além dos historicamente mais adiantados: Sobral, Crato e Juazeiro do Norte.

Urge que se apontem alternativas para o desenvolvimento do interior cearense que busquem atrelar outros municípios ao crescimento econômico do Ceará, cuja dinâmica tem sido basicamente determinada apenas pela RMF.

Tudo indica que muito dificilmente o desenvolvimento socioeconômico cearense poderá alcançar grandes progressos enquanto seus poucos espaços dinâmicos, seja industrial ou agropecuário, conviverem com uma quase totalidade de espaços econômicos atrasados.

## Bibliografia

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresarial e política industrial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v. 28, n. 3, p. 327-345, jul./set., 1997.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Viabilidade do Nordeste no século 21. in: *Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado* (VELLOSO, J. P. dos Reis - coord.). Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 352-405, 2000.
- \_\_\_\_\_. O progresso social do Nordeste: um balanço de quase meio século. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.28, n.4, p. 469 - 490, out./dez., 1997.
- ALMEIDA, Manoel B. & SOARES, Francisco A. A agroindústria do caju no nordeste do Brasil: estratégia competitiva em relação ao mercado internacional. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB, v.27, n. 1, p.105-132, 1996.
- ALMEIDA, Wagner Berno de & ESTERCI, Neide. Trabalho e Subordinação no Sertão Cearense. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: vol. X, números 1-2, p. 95-130, 1979.
- ALVES DE OLIVEIRA, Aécio & FERREIRA, Assuero. Impactos do Turismo sobre o Produto Interno Bruto do Ceará. Governo do Estado do Ceará/Secretária de Turismo, set., 1996.
- AMARAL FILHO, Jair. Ajuste no Estado e Crescimento Recente no Ceará: o papel dos jovens empresários. *Economia & Empresa*. São Paulo: v. 4, n. 1, p. 63-80, 1997.
- ANDRADE, Manuel C. de. Economia pernambucana no século XVI. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- \_\_\_\_\_. O elogio da diversidade Regional brasileira. Entrevista concedida ao *Jornal do Economista*. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? in: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. (AFFONSO, Rui B. Álvares & SILVA, Pedro L. B./organizadores) São Paulo: FUNDAP: Ed. da USP, p. 125-156, 1995.
- ARRAES, Ronaldo A. & SOARES, F. Assis. Pobreza e desigualdade de renda em Fortaleza. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.20, n.2, p. 123-150, abr./jun., 1989.
- ARY, Antônio Jereissate et al. A indústria de calçados de Fortaleza. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.18, n.2, p. 263-289, abr./jun., 1987.
- AZEVEDO, Roberto de & PEREIRA, J. Aluísio. Análise da eficiência econômica da pequena irrigação no Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v. 23, n. 1/4, p. 45-68, jan./dez., 1992.
- AZEVEDO SILVA, Ricardo. Reconfiguração das Atividades Produtivas na Década de 1990. *Estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo: DIEESE-CESIT/IE/UNICAMP-CNPq, Relatório de Pesquisa, 2002.
- \_\_\_\_\_. Da Formação do Complexo Nordestino à Dependência Atual. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB, vol. 32, n. 3, jul/set, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da Privatização no Brasil. *Informe Econômico*. Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 12, abril, 2001b.
- \_\_\_\_\_. Crescimento Econômico, Bem Estar Social e Meio-Ambiente. *Informe Econômico*. Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 9, março, 2000.
- \_\_\_\_\_. & COSTA FILHO, Samuel. Aspectos da Economia Brasileira nos Anos 90. *Informe Econômico*. Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 11, janeiro, 2001.
- AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1986 (Série Ensaios Econômicos, 58)
- \_\_\_\_\_. Variações estaduais de produtividade, salários e excedente e a concentração espacial da indústria no Brasil: 1970/75/80. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.17, n.4, p.521-541, out./dez., 1986.
- \_\_\_\_\_. Fatores locacionais, incentivos municipais e a localização de indústria no Estado de São Paulo: 1958-1967. São Paulo: USP/FEA, 1975. (Dissertação de Mestrado)
- BACHA, Edmar. Os mitos de uma década: ensaios da economia brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 75-106, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros v. 9)
- BAR-EL, Raphael. A indústria e a região. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.12, n.1, p.25-51, jan./mar., 1981.
- BELIK, Walter. Muito Além da Porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP set.,1999 (Tese de Livre Docência)
- BENITEZ, Rogério Martin. O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.29, n.2, p.143-157, abr./jun., 1998.

- BESERRA, Bernadete Ramos. Clientelismo e Modernidade: o caso do Programa de Reforma Agrária no Governo Tasso Jereissati. *Cadernos de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994. (Série Estudos e Pesquisas)
- BOTELHO, Demartone Coelho. Ajuste fiscal e reforma do estado: o caso do estado do Ceará. 1987 a 1991. Fortaleza: UFC/CAEN, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa estratégico de desenvolvimento 1968-1970: a industrialização brasileira, diagnóstico e perspectiva (Estudo coordenado por Arthur Candal), 1969.
- CAMINOTO, João Fábio. A vitória da média. *Veja*. São Paulo: Ed. Abril, ano 29, n.26, p.114-115, 26/jun., 1996.
- CAMELO FILHO, - Zuza, José Vieira. Implantação e Expansão das Estradas de Ferro no Nordeste Brasileiro. Campinas: IE/UNICAMP, fev. 2000. (Tese de Doutorado)
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Ed. Global; Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.
- \_\_\_\_\_. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 1990.
- \_\_\_\_\_. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, v. 8, p. 101-141, jun. de 1997.
- \_\_\_\_\_. Furtado e a questão regional no Brasil. Campinas: FECAMP/UNICAMP, [online] Texto enviado pelo autor em 23 de junho de 2000.
- CARVALHO, José Otamar de. A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CARVALHO, Osires. Aspectos sócio-econômicos, locacionais e efeitos multiplicadores relativos ao Projeto da CSC- Companhia Siderúrgica do Ceará. Fortaleza: UFC/CAEN, TD n. 161, 1997.
- CARVALHO, Paulo C. Silva. Incentivos Fiscaís ("Sistema 34/18" - FINOR) e Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza: UFC, Monografia de Graduação, 1995.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. Ceará em marcha para o desenvolvimento. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1969.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 3a. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.
- \_\_\_\_\_. Globalização, tipos industriais regionais e novas estratégias. in: Seminário Internacional - Globalização e desenvolvimento regional: cenários para o século XXI. Recife: SUDENE, nov., 1996.
- CAVALCANTE, J. Franco. Desenvolvimento e a dinâmica da industrialização recente no Estado do Ceará. Fortaleza: UFC/CAEN, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- CAVALCANTI, J. Euclides A. Relações estruturais na economia brasileira: o caso nordeste. *Revista de Economia do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.22, n. ¼, p.47-72, jan./dez., 1991.
- CEARÁ, Governo do Estado do. Mensagem à assembléia legislativa: anexo das realizações. Fortaleza: Imprensa Oficial, mar./1965/1968/1969/1970/1972/1973/1974/1975/1976/1977/1978/1979/1980/1981/1982/1984/1985/1986/1987/1988/1989/1990/1991/1992/1993/1994/1995/1996/1997/1998/1999.
- \_\_\_\_\_. Plano de Mudanças: 1987-1991. Fortaleza: SEPLAN, 1987.
- \_\_\_\_\_. Três anos de realizações 1991-1993. Fortaleza: SEPLAN/IPLANCE, mar./1994.
- \_\_\_\_\_. Ceará: conjuntura econômica 2000. Fortaleza: IPLANCE, 2001.
- CEARÁ, Secretaria da Fazenda do Estado do. Balanço Geral 1998 - Síntese. Fortaleza: abril/1999, 177p.
- COIMBRA, Ricardo Aquino. Perfil da nova indústria cearense no período 1991-1995: determinantes da composição espacial e setorial. Fortaleza: UFC, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. & ROSA, Antônio Lisboa Teles da. Determinantes da Localização Industrial no Ceará: 1991-1995. Fortaleza: UFC/CAEN, 2000.
- COSTA, Marcelo M. Estudo Sobre o Setor Têxtil do Ceará na Década de 1990. *Estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo: DIEESE, Relatório Setorial n. 14, jan., 2001.
- COUTINHO, Luciano G. O desempenho da indústria sob o Real. in: O Brasil pós-Real. (MERCADANTE, Aloizio, org.) Campinas - SP: UNICAMP-IE, 1997.
- \_\_\_\_\_. & BELLUZO, Luiz G. de Mello. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 7, p. 129-154, dez, 1996.
- \_\_\_\_\_. & FERRAZ, João Carlos ( coordenadores). Estudo da competitividade da indústria brasileira. 3ª ed., Campinas: Papirus; Edit. da UNICAMP, 1995.
- CRUZ, Rogério Pires da. Culturas de Subsistência e estímulos de mercado: Ceará. Fortaleza: UFC, 1981 (Dissertação de Mestrado).
- DA SILVA, Luiz A. Clemente. Evolução da estrutura agrária do Estado do Ceará. Piracicaba: ESALQ, 1982 (Dissertação de Mestrado).

- DINIZ, Clélio Campolina.** Global-Local: Interdependências e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, Estudos Temáticos/Nota Técnica 9, jul., 2000a.
- \_\_\_\_\_. A nova geografia econômica do Brasil. in: Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado. (VELLOSO, J. P. dos Reis - coord.) Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 303-351, 2000b.
- \_\_\_\_\_. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Brasília: IPEA, jun. 1995.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 31, p. 35-64, set., 1993.
- \_\_\_\_\_. & **CROCCO, M. A.** Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.6 n.1, 1996.
- \_\_\_\_\_. & **CROCCO, M. A.** O Novo Mapa da Indústria Brasileira: aglomerações industriais relevantes. VII Seminário sobre a Economia Mineira. Anais. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1995.
- EMBRATUR.** Estudo Econômico-Financeiro dos Meios De Hospedagem e Parques Temáticos no Brasil. Brasília: Embratur/FADE-UFPE, 1998.
- \_\_\_\_\_. Estudo da demanda turística internacional. Brasília: Embratur, 1997 e 1996.
- \_\_\_\_\_. Anuário estatístico 1994/1995. Brasília: Embratur, 1996.
- FARIAS FILHO, Zózimo.** Adequabilidade da força de trabalho ao processo têxtil cearense: uma qualificação da empresa para a empresa. Fortaleza: UFC, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES, Ana Cristina.** A Course through Economic Integration of Peripheral Region: from state developmentism to globalisation in Northeast Brazil. São Carlos-SP: UFSCAR, [online]Texto enviado ao autor por Ana Cristina Fernandes em 20 de julho de 1998.
- \_\_\_\_\_. Substituição de importações, promoção de exportações e disparidades regionais no Brasil recente: lições para os anos noventa. *Anais da ANPUR*. Recife: 7º Encontro Nacional da ANPUR, p. 1014-1035, 1997.
- FERREIRA, Assuero.** Migração e força de trabalho no Estado do Ceará. Fortaleza: UFC, Série Relatórios de Pesquisa n. 26, 1984.
- \_\_\_\_\_. As pequenas e médias empresas na expansão industrial brasileira, com ênfase para o Estado do Ceará. Fortaleza: FIEC/IEL, 1985A.
- \_\_\_\_\_. Mudanças Estruturais do perfil industrial no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.16, n.3, p.471-505, jul./set., 1985B.
- \_\_\_\_\_. Esboço de um perfil sócio-econômico do Estado do Ceará. Fortaleza: UFC/CAEN, TD n. 89, 1990.
- \_\_\_\_\_. O crescimento recente da economia cearense. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB, v.26, n.2, p. 157-180, abr./jun., 1995.
- \_\_\_\_\_. & **OLIVEIRA, Aécio Alves de.** Estruturação da Matriz de Insumo-Produto do Turismo do Ceará. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Turismo, set., 1996.
- FIORI, José Luís.** Para uma economia política do Estado Brasileiro São Paulo: IESP/FUNDAP; 1993. 28p. (Texto para Discussão/Instituto de Economia do Setor Público, n. 11)
- \_\_\_\_\_. Ajuste transição e governabilidade: o enigma brasileiro. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: IESP/FUNDAP; 1994. 39p. (Texto para Discussão/Instituto de Economia do Setor Público, n. 16)
- FRANÇA, Francisco M. C. & CARVALHO, Eveline B. S.** Análise da competitividade internacional do sistema agroindustrial do caju brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB, v28, n.1, p.51-56, jan./mar., 1997.
- FURTADO, Celso.** O Capitalismo Global. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 1998.
- \_\_\_\_\_. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 23ª ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. Análise do 'Modelo' Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1972.
- GAZETA MERCANTIL S.A.** Balanço Anual. Fortaleza: Ceará, Ano V, n. 5, junho de 1999.
- GONÇALVES CAVALCANTI, Carlos E. & PRADO, Sérgio.** Aspectos da guerra fiscal no Brasil. Brasília: IPEA; São Paulo: FUNDAP, 1998.
- GIRÃO, Raimundo.** Pequena história do Ceará. 4ª ed. Fortaleza: UFC, 1984.
- GOMES, G. Maia, SOUZA, H. R. de & MAGALHÃES, A. Rocha ( org.)** Desenvolvimento sustentável no nordeste. Brasília: IPEA, 1995. 377 p.
- GOODMAN, D. E. & ALBUQUERQUE, R. C.** Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro: IPEA/IMPES, 1974.
- GRAZIANO DA SILVA, J.** A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo.** As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil dos Anos de 1990. in: Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil. Kon, Anita (org.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica Regional no Brasil. Brasília: IPEA, 1997. (texto enviado on-line pelo autor)

- \_\_\_\_\_. Desigualdades Regionais e Federalismo. in: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. (orgs: AFFONSO, Rui B. A. & SILVA, P. B.) São Paulo, FUNDAP/UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. O Grande Capital vai à Periferia: regiões, conglomerados, grandes empresas e o Estado. *Anais da ANPEC 21*. Recife: ANPEC, v. 1, p. 341-360, 1993.
- \_\_\_\_\_. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. Campinas: UNICAMP/IE, Tese de Doutorado, 1986.
- GUSMÃO, Paulo Pereira de. Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: IPEA, n.14, p. 157-231, dez., 1996.
- GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife: SUDENE, 1967.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1961/1962/1963/1969/1970/1971/1972/1973/1985/1986/1987/1988/1998/1999.
- \_\_\_\_\_. Censos Econômicos de 1960/70/75/80/85. Rio de Janeiro: IBGE, 1960/70/75/80/85.
- \_\_\_\_\_. Censos Demográficos de 1960/70/75/80/85/91. Rio de Janeiro: IBGE, 1960/70/75/80/85/91.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, IBGE & PNUD. Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil. Brasília: IPEA, CD-ROM, 1998.
- IPLANCE - Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. Anuário Estatístico do Ceará - 1985-87. Fortaleza: IPLANCE, 1989.
- \_\_\_\_\_. Alguns Aspectos Constitutivos da Realidade Cearense. Irene Porto Benevides (elaboração). Fortaleza: IPLANCE, nov., 1994.
- \_\_\_\_\_. O Complexo Algodoeiro Cearense: a crise passada, a ameaça de retaliação e uma proposta para o futuro. Fortaleza: IPLANCE, 1993.
- \_\_\_\_\_. Anuário Estatístico do Ceará. Fortaleza: IPLANCE, 1992.
- \_\_\_\_\_. Anuário Estatístico do Ceará - 1995-96. Fortaleza: IPLANCE, 1997A.
- \_\_\_\_\_. Ranking dos Municípios 1996. Fortaleza: IPLANCE, 1997B.
- \_\_\_\_\_. Ceará em Números - 1998-99. Fortaleza: IPLANCE, 2000.
- KAGEYAMA, A. *et alli*. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIS. In: DELGADO, G. *et alli* (org.). Agricultura e Políticas Públicas. IPEA. 127. P. 113-223, 1990.
- LIMA, Raimundo Delvo de. Políticas de Reforma Agrária no Estado do Ceará. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: vol. 20/21, n. 1/2, p. 271-290, 1990.
- MAIA, José Nelson Bessa & BOTELHO, Demartone Coelho. Estabilidade e Crescimento: o caso do Ceará. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV, p. 20-25, out., 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 8ª ed., 1991.
- MESQUITA, Arlan Mendes. Avaliação Econômica do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995.
- NOBRE, Geraldo da Silva. O processo histórico da industrialização do Ceará. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.
- O POVO. Renda agrícola cresce mas não chega a 1 SM por agricultor. *O Povo*. Fortaleza: 3 de junho, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e terra, 3ª ed., 1981.
- \_\_\_\_\_. A Crise da Federação: da oligarquia à globalização. in: A Federação em perspectiva: ensaios selecionados (orgs: AFFONSO, Rui B. A. & SILVA, P. B.). São paulo: FUNDAP, 1995.
- OLIVEIRA, Hipólita S. de. A Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil dos Anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- PACHECO, Carlos Américo. A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Campinas: UNICAMP/IE, 1991 (Tese de Doutorado).
- PEREIRA, Ricardo A. de Castro. Modelo multi-regional de insumo-produto Nordeste/Resto do País e a análise dos impactos econômicos da agricultura irrigada do Nordeste. Fortaleza: UFC/CAEN, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- PESSOA, Ana. A nova paixão: Fortaleza supera Rio e Porto Seguro como a cidade mais visitada pelos brasileiros. *Veja*, S. Paulo: Edit. Abril, ano 31, n.11, p.62-63, 18/mar, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo (colônia). 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- REIS, José N. Pires & LIMA, Pedro Henrique. Desenvolvimento sócio-econômico e hierarquização dos municípios cearenses. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.26, n.4, p.401-428, out./dez., 1995.
- RIBEIRO, Humberto. Projetos industriais aprovados pela SUDENE (julho a dezembro de 1975). análise de alguns indicadores. *Revista de Economia do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v. 7, n.2, p. 285-320, abr./jun., 1976.
- ROCHA, Francisco J. Sales. A dinâmica industrial do nordeste: porque as trajetórias de crescimento entre os estados diferem. Fortaleza: UFC/CAEN, 1993 (Dissertação de Mestrado).

- ROLIM, Cássio F. C. & CARLEIAL, Liana M. F.** O complexo agroindustrial do algodão no Ceará: considerações iniciais sobre as implicações decorrentes de sua desarticulação. Fortaleza: UFC/CAEN, TD n. 87, 1991.
- ROSA, Antonio L. Teles da.** Crescimento e mudança tecnológica: o caso da indústria cearense durante o período 1970-80. Fortaleza: UFC/CAEN, TD n. 101, 1991.
- SAMPAIO, José L. Furtado.** A fome e as duas faces do Estado do Ceará. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado).
- SANTOS, Valdeci Monteiro.** A Nova Indústria Incentivada no Nordeste: experiências das RMS de Salvador, Recife e Fortaleza. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- SANTANA, José Ricardo de.** Industrialização e complementaridade regional. Fortaleza: UFC/CAEN, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- SILVEIRA, José, ALMEIDA, Manoel & SANTOS, Sandra M.** Estrutura industrial, emprego e produtividade na indústria de transformação cearense no período: 1960-80. Fortaleza: IPLANCE/CAEN, 1983.
- \_\_\_\_\_. & **SANTOS, Sandra M.** Análise da balança comercial do Estado do Ceará no período 1960-1980. Fortaleza: IPLANCE/CAEN, 1983
- SMITH, Roberto.** Terra e trabalho na formação regional do Nordeste. Fortaleza: CAEN/UFC, 1992 (TD n.104).
- \_\_\_\_\_. & **ALVES DE OLIVEIRA, Aécio.** Perspectivas de um Padrão de Financiamento de Investimentos Governamentais no Estado do Ceará. Texto apresentado no seminário "O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro". Fortaleza: UFC, setembro/1993, 26p.
- SOARES, Francisco de Assis & CARTAXO, Sandra M. dos Santos** Economia cearense: a indústria têxtil no contexto da indústria de transformação. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.18, n. 2, p. 243-262, abr./jun., 1987.
- \_\_\_\_\_. & **EWBANK ROCHA, Euripedys.** O pioneirismo do Ceará em programas de industrialização. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v 20, n.3, p. 247-265, jul./set., 1989.
- \_\_\_\_\_. & **SANTOS, Sandra M.** A questão da industrialização estadual no contexto do ajuste público do Ceará. Fortaleza: CAEN/UFC, 1993 (TD n.130).
- \_\_\_\_\_. & **ROCHA, Francisco S.** Nordeste brasileiro: dinâmica econômica dos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.25, n.2, p.261-278, abr./jun., 1994.
- SOUZA, Hermino Ramos de.** Agricultura irrigada no semi-árido nordestino. In : Desenvolvimento sustentável no Nordeste, Brasília: IPEA, p.195-236, 1995.
- SUDEC - Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará.** Diagnóstico das Indústrias do Ceará. Fortaleza: SUDEC, v. 2, 1974.
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.** Desempenho da economia regional do Nordeste. Recife: SUDENE, 1º sem., 1984
- \_\_\_\_\_. Formação bruta de capital fixo do setor público do Nordeste do Brasil, 1960-87. Recife: SUDENE/Grupo de Contas Regionais, 1990A.
- \_\_\_\_\_. Produto e formação bruta de capital fixo. Nordeste do Brasil (1965-89). Recife: SUDENE/Grupo de Contas Regionais, 1990B.
- \_\_\_\_\_. Agregados econômicos regionais Nordeste do Brasil 1965-92. Recife: SUDENE/DPG/PSU/Grupo de Contas Regionais, 1994.
- \_\_\_\_\_. Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público no Nordeste do Brasil 1960-1995. Recife: SUDENE/Grupo de Contas Regionais 1997.
- \_\_\_\_\_. Região Nordeste do Brasil em Números. Recife: SUDENE, ago., 1997.
- \_\_\_\_\_. Desempenho da Economia do Nordeste em 1997. Recife: SUDENE/DPO/EPR/Seção de Contas Regionais, Carta de Conjuntura Nordeste do Brasil, junho, 1998.
- \_\_\_\_\_. Agregados Econômicos Regionais, Nordeste do Brasil (1965-98). Recife: SUDENE/Contas Regionais, ago., 1999A.
- \_\_\_\_\_. Boletim Conjuntural, Nordeste do Brasil (1965-98). Recife: SUDENE/Contas Regionais, ago., 1999B.
- SUDENE/BNB.** Relatório de pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste, 1988. Recife: SUDENE, 1992.
- TAVARES, Fabíola Barrocas.** O Significado da Educação no Neoliberalismo: o caso do Ceará. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado, 2001. (versão encaminhada para defesa)
- TAVARES, Maria da Conceição.** Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, 3ª edição, 1998.
- \_\_\_\_\_. & **MELIN, Luiz Eduardo.** Mitos Globais e Fatos Regionais. in: Globalização: o fato e o mito (orgs: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S. & NORONHA, J. C.) Rio De Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. & **FIORI, José Luiz** (orgs). Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis -RJ: Vozes, 3ª ed., 1997.

- TEIXEIRA, Francisco Soares Teixeira.** Ceará Terra dos Outros: uma avaliação do projeto do Governo de Mudanças. Fortaleza: UECE, ago, 1999.
- TEIXEIRA, Márcia Juca.** Competitividade e Reestruturação Industrial: um estudo do setor de confecções do ceará nos anos 90. Fortaleza: UFC, 1999. (Dissertação de Mestrado)
- VASCONCELOS, José Romeu de.** Matriz de Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 1998. Brasília: IPEA, TD 783, março, 2001.
- \_\_\_\_\_. (coord.); **ALMEIDA, Manoel & SILVA, Almir.** Ceará: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1986 a 1996. Brasília: IPEA, TD n. 627, 1999, 45p.
- VERGOLINO, José R. & MONTEIRO NETO, Aristides.** A dinâmica do crescimento econômico das Capitais dos Estados no Brasil: uma interpretação do período 1970-1991. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.28, n. especial, p.13-30, julho, 1997.
- VERGOLINO, José R.; GOMES, Gustavo Maia & MONTEIRO NETO, Aristides.** Produtos Internos Brutos dos Municípios Brasileiros: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1996. Brasília: IPEA, 2001.
- VIANA, Carlos Negreiro.** Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em Indústria Têxtil no Ceará (1881-1895). *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: BNB, v.21, n.1, p. 67-106, jan./mar., 1990.
- WORD BANK.** Brazil: poverty reduction, growth and fiscal stability in the State of Ceará. Washington DC: Brazil Country Management Unit, state economic memorandum, policy report n. 19217-BR, jun/1999.

ANEXO

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - 1960-70-75-80-85

Extratos de Área	1970				1975				1980				1985			
	Número de Estabelecimentos	Crédito Institucional %liber.	Valor da Prod.* Total (%)	Área ocupada % do total	Número de Estabelecimentos	Crédito Institucional %liber.	Valor da Prod.* Total (%)	Área ocupada % do total	Número de Estabelecimentos	Crédito Institucional %liber.	Valor da Prod.* Total (%)	Área ocupada % do total	Número de Estabelecimentos	Crédito Institucional %liber.	Valor da Prod.* Total (%)	Área ocupada % do total
Até 10	120046	8,1	113136 (23,4)	3,9	130005	5,13	574687 (23,5)	4,7	117683	5,72	6154179 (20,83)	3,93	205129	6,56	894536 (25,95)	6,17
10 a 19	38958	5,4	59615 (12,3)	4,5	39227	4,53	293458 (12,0)	4,9	39762	5,1	3466851 (11,73)	4,63	38546	6,51	383127 (11,12)	4,73
20 a 49	41459	13,4	82330 (17,0)	10,7	40071	14,24	424464 (17,4)	11,3	42290	10,28	4605199 (15,59)	11,16	38234	11,42	500091 (14,50)	10,75
50 a 99	21413	13,1	61475 (12,7)	12,3	20472	12,7	313317 (12,8)	12,9	22393	13,02	3892282 (13,17)	13,24	20463	13,61	413248 (11,99)	12,92
100 a 999	22076	45,4	133559 (27,6)	44,3	20872	42,68	680945 (27,9)	46,3	22471	51,14	9128371 (30,89)	46,51	20760	45,82	982971 (28,52)	45,4
Acima de 999	1238	14,6	34052 (7,0)	24,3	1002	20,72	153441 (6,3)	19,9	1084	14,7	2240371 (7,58)	20,53	1009	16,07	271437 (7,87)	20,01
S/declar.	242	s/inf	418 (0,0863)	s/inf	1	s/inf	4 (0,0)	s/inf	191	0,04	60782 (0,21)	s/inf	137	0,01	1377 (0,03)	s/inf.
<b>Total</b>	<b>245432</b>	<b>100</b>	<b>484584 (100%)</b>	<b>100</b>	<b>251650</b>	<b>100</b>	<b>2440314 (100%)</b>	<b>100</b>	<b>245878</b>	<b>100</b>	<b>29548039 (100%)</b>	<b>100</b>	<b>324276</b>	<b>100</b>	<b>3446790 (100%)</b>	<b>100</b>

Fonte: Censos Econômicos Agropecuários do Estado do Ceará de 1970/75/80/85, IBGE.

- valores correntes de cada ano (Cr\$ 1000,00)
- várias são as limitações decorrentes das alterações metodológicas adotadas pelo IBGE entre os períodos censitários, entretanto, esta tabela, no mínimo, credência as críticas de vários pesquisadores ao sistema de crédito institucional levado a cabo no intervalo de tempo considerado.